

**CONTENCIOSO ECONÓMICO-FINANCEIRO ENTRE PORTUGAL E  
MOÇAMBIQUE NA TRANSIÇÃO À INDEPENDÊNCIA**

**Abdul Magid Khan**

**Dissertação de Mestrado em História**

Orientador: Prof. Doutor **Pedro Aires Oliveira**

**Lisboa, Setembro de 2018**

# **CONTENCIOSO ECONÓMICO-FINANCEIRO ENTRE PORTUGAL E MOÇAMBIQUE NA TRANSIÇÃO À INDEPENDÊNCIA**

**Abdul Magid Khan**

**Dissertação de Mestrado em História**

Orientador: Prof. Doutor **Pedro Aires Oliveira**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em História (História Contemporânea) realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Pedro Aires Oliveira.

**Lisboa, Setembro de 2018**

## **Dedicatória**

À minha esposa Arminda Guambe (Dadinha) e aos meus filhos Mirtes Raíssa e Elton Diego pela compreensão durante a minha longa ausência.

## **Agradecimentos**

Ao Prof. Doutor Pedro Aires Oliveira, pela sábia orientação, incentivo e compreensão na realização da presente pesquisa.

À minha mãe, avô e irmãos e demais família pelos sacrifícios que tornaram possível a minha realização humana, estudantil e profissional.

Ao Banco de Moçambique, meu empregador, pela oportunidade concedida para frequentar este Mestrado e pela concessão da bolsa de estudos.

A todos que directa ou indirectamente, contribuíram para que o presente trabalho tivesse êxito,

O meu muito obrigado.

## **Resumo**

### **(Contencioso Económico-Financeiro entre Portugal e Moçambique na Transição à Independência)**

**Abdul Magid Khan**

Esta dissertação debruça-se sobre o contencioso económico-financeiro entre Portugal e a Frelimo que resultou das desinteligências havidas entre as partes durante as negociações para a independência do território colonial de Moçambique.

Analisa a política económica colonial do regime do Estado Novo na segunda metade do século XX bem como as transformações levadas a cabo pela Frelimo como resultado da adopção da ideologia marxista. Descreve ainda as quatro fases de negociações que tiveram lugar após a assinatura do acordo de Lusaka, em Setembro de 1974, até o período próximo à proclamação da independência em Junho de 1975 que, dada a divergência das partes com relação às dívidas contraídas por Portugal para a realização de investimentos em Moçambique, resultaram no referido contencioso.

O contencioso económico-financeiro centrou-se em matérias como a nacionalização da banca portuguesa em Moçambique; na recusa de Portugal em transferir as reservas de ouro resultantes do pagamento deferido do salário dos trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul; do tratamento e enquadramento dos cidadãos portugueses residentes em Moçambique; e de todas as questões sobre a Hidroeléctrica de Cahora Bassa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contencioso Colonial; Economia Colonial; Descolonização; Moçambique

## **Abstract**

### **(Economic-Financial Dispute between Portugal and Mozambique from Transition to Independence)**

**Abdul Magid Khan**

This dissertation discusses the economic and financial dispute between Portugal and Frelimo, which resulted from divergences between the two parties during the negotiations for the independence of the colonial territory of Mozambique.

It also analyzes the colonial economic policy of the New State during the second half of the 20<sup>th</sup> century, as well as the transformations carried out by Frelimo as a result of the adoption of a Marxist ideology. In addition, the dissertation describes the four phases of negotiations that took place after the signing of the Lusaka Accord in September of 1974 until the period close to the proclamation of independence in June of 1975, which, given the divergence between the parties on the debts accumulated by Portugal for the completion of investments in Mozambique, led to the dispute mentioned above.

The economic-financial dispute centered around matters such as the nationalization of Portuguese banks in Mozambique; Portugal's refusal to transfer gold reserves from the payment of deferred salaries of Mozambican workers in South Africa; treatment and integration of Portuguese citizens residing in Mozambique; and all issues concerning the Cahora Bassa Hydroelectric Dam.

**KEYWORDS:** Colonial Dispute; Colonial Economy; Decolonization; Mozambique

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ACMF-** Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças

**AHD-** Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal

**AHM-** Arquivo Histórico de Moçambique

**BCA-** Banco Comercial de Angola

**BCCI-** Banco de Crédito Comercial e Industrial

**BdP-** Banco de Portugal

**BFN-** Banco de Fomento Nacional

**BM-** Banco de Moçambique

**BNU-** Banco Nacional Ultramarino

**BPD-** Banco Popular de Desenvolvimento

**BPSM-** Banco Pinto & Sotto Mayor

**BSTM-** Banco Standard Totta de Moçambique

**CEMM-** Caixa Económica do Montepio de Moçambique

**CGD-** Caixa Geral de Depósitos

**FMI-** Fundo Monetário Internacional

**FRELIMO-** Frente de Libertação de Moçambique

**HCB-** Hidroeléctrica de Cahora Bassa

**ICM-** Instituto de Crédito de Moçambique

**MNE-** Ministério dos Negócios Estrangeiros

**Renamo-** Resistência Nacional de Moçambique

**RPM-** República Popular de Moçambique

**SET-** Secretaria do Estado do Tesouro

**SETF-** Secretaria do Estado do Tesouro e das Finanças

## ÍNDICE

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
Problema.....	2
Objectivo.....	3
Justificação.....	3
Metodologia e Fontes.....	3
 <b>Capítulo I: O Sector Financeiro em Moçambique antes da Independência e sua Reestruturação.....</b>	 <b>9</b>
1.1 O BNU e a Banca no Período Colonial.....	9
1.2 O Contexto da economia moçambicana na transição à Independência.....	13
1.3 A independência de Moçambique e a criação do Banco de Moçambique.....	31
 <b>Capítulo II: Negociações Económicas e Financeiras entre o Governo Português e a Frelimo.....</b>	 <b>36</b>
 <b>Capítulo III: Contencioso Económico-Financeiro.....</b>	 <b>55</b>
3.1 A questão das reservas bancárias.....	68
3.2 Reservas de ouro e a mão-de-obra moçambicana nas minas do Rand.....	72
3.3 A questão da barragem de Cahora Bassa.....	82
 <b>Conclusão.....</b>	 <b>92</b>
 <b>Bibliografia .....</b>	 <b>100</b>
 <b>Legislação e Fontes.....</b>	 <b>107</b>
 <b>Anexos</b>	



## INTRODUÇÃO

O contencioso económico-financeiro entre a Frelimo e o Governo de Portugal é um desentendimento havido após a assinatura do Acordo de Lusaka. Refere-se em concreto à falta de consenso nas questões económico-financeiras como sejam as reservas bancárias, as reservas de ouro resultantes do pagamento pela exportação da mão-de-obra de Moçambique para a África do Sul, às dívidas resultantes da construção da barragem de Cahora Bassa e a todas as questões em matéria de futura cooperação económica entre os dois países.

Issuf Adam define o Contencioso como “as obrigações que o governo moçambicano teria que satisfazer perante o governo português. Estas obrigações foram vistas de uma forma totalmente contraditória por ambas partes. Para Portugal, tratava-se de uma compensação pelas perdas económicas sofridas por portugueses, um pagamento por parte de Moçambique de investimentos e de obrigações incorridas por Portugal para o desenvolvimento de Moçambique. Para Moçambique era uma exigência da potência colonial que tentava obrigar os moçambicanos a pagar o preço do colonialismo, a assumir como dívida a exploração colonial”<sup>1</sup>.

O tema do contencioso entre Portugal e Moçambique tem apenas sido referido de forma passageira pela literatura histórica (como por exemplo nas sínteses de Malyn Newitt e de Norrie Macqueen) sendo que as versões mais pormenorizadas pertencem a dois protagonistas deste *dossier*, Jorge Sampaio e Sérgio Vieira. O presente estudo pretende reconstituir a evolução do problema levando em conta estes e outros testemunhos e procurando ir mais longe através do cruzamento com outras fontes (arquivos, imprensa e bibliografia) e na adopção de uma postura mais distanciada, própria de um trabalho de âmbito académico.

A economia de Moçambique nos últimos anos da dominação colonial portuguesa é centrada nos corredores de transporte ferroviário da costa moçambicana para os países vizinhos, na exportação de mão-de-obra para as minas na África do Sul, que gerava receitas através do pagamento diferido e do mecanismo da cláusula de ouro, e na agricultura focada nas culturas obrigatórias de algodão e castanha de caju para exportação como matéria-prima da indústria transformadora na metrópole.

---

<sup>1</sup> Adam, Iussuf. **Portugal-Moçambique:** a procura de uma relação. In *Estudos Moçambicanos*, (9), Maio de 1991. p. 48.

O acordo do pagamento diferido sobre o ouro permitia ao governo português (de forma facultativa) receber em vez de dinheiro, ouro. O momento do pagamento diferido era trocado por ouro a um câmbio fixo  $\text{Rand}=\text{Ouro}$ , que nunca se alterou, apesar das inúmeras alterações ocorridas no mercado internacional. Esse ouro era depois vendido pela África do Sul no mercado internacional e o seu valor posteriormente entregue a Portugal.

A principal fonte de receitas do Estado proveniente da venda da mão-de-obra mineira era através do sistema obrigatório do pagamento diferido de uma percentagem fixa dos salários dos mineiros. Sob certas cláusulas das Convenções estas somas de pagamentos diferidos eram transferidas para o Estado português na forma de ouro valorizado a um preço especial. Este sistema terminou em 1977 quando a África do Sul revalorizou as suas reservas de ouro em consequência de uma emenda aos artigos de Acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Para a presente dissertação propõe-se a seguinte estrutura: Introdução; Capítulo I-O Sector Financeiro em Moçambique antes da Independência e sua Reestruturação, que abordará a história da banca desde a instalação do Banco Nacional Ultramarino (BNU) até à reestruturação no período pós independência bem como a análise da situação económica de Moçambique no período que antecedeu o acordo de Lusaka até às políticas económicas introduzidas pela Frelimo no pós-independência; Capítulo II- Negociações Económicas e Financeiras entre o Governo Português e a Frelimo, onde são descritas as quatro rondas negociais que tiveram lugar no primeiro semestre de 1975, antes da independência de Moçambique, com vista a buscar acordos em várias matérias do âmbito económico e financeiro, como previsto no acordo de Lusaka; Capítulo III- Contencioso Económico-Financeiro onde serão abordadas as matérias que resultaram no referido contencioso, agravado pela nacionalização da banca em 1977 e pela demora na transferência do ouro de Portugal para o controlo do Banco de Moçambique segundo plasmado no acordo para a transferência do BNU e; a Conclusão que para além da síntese dos três capítulos, vai apresentar o desfecho do referido contencioso.

### **Identificação do problema e sua justificação.**

Quais foram as causas/motivações do contencioso económico e financeiro entre o Governo de Portugal e a Frelimo aquando da negociação do acordo de Lusaka para a

independência de Moçambique? Esta será a problemática que nos serve de base. Nos capítulos seguintes propomo-nos analisar o contencioso económico-financeiro havido entre Portugal e Moçambique após a assinatura do Acordo de Lusaka, apresentar o seu desfecho e contribuir para uma melhor compreensão das implicações político-económicas que daí resultaram.

### **Justificação**

A escolha do tema “contencioso económico e financeiro” deve-se à importância que este revestiu na independência de Moçambique e seu impacto nas relações bilaterais com Portugal nos anos subsequentes. O impasse em relação aos activos e passivos do BNU, o diferendo em relação às reservas de ouro resultantes da compensação pela África do Sul pela exportação da mão-de-obra moçambicana para as minas do *Rand*, a dívida bancária, os depósitos consulares de cidadãos portugueses residentes sobre tudo em Lourenço Marques e na Cidade da Beira e, a questão da barragem de Cahora Bassa arrastaram-se por diversas rondas de negociação e o seu término deu-se após a reversão da barragem em 2007.

Na presente pesquisa, pela complexidade das matérias que fizeram parte do Contencioso e pela natureza da dissertação de mestrado, optou-se por se excluir a questão dos depósitos consulares. Eles são referidos quando se mostra necessário elucidar alguma questão a eles relacionados. Na questão da hidroeléctrica de Cahora Bassa, e porque o limite temporal desta dissertação é 1974 (a partir das negociações para o acordo de Lusaka) até 1980 (altura do encerramento do contencioso), foram analisadas questões referentes a este período e apenas fez-se menção ao processo que levou à assinatura do acordo de reversão da HCB em 2006.

Por questões de economia de tempo e dificuldade de acesso a bibliografia ou arquivos estrangeiros, não foi possível empreender uma análise comparativa relativamente a contenciosos semelhantes na história das descolonizações africanas. Porém, no Capítulo II faz-se uma pequena abordagem do processo de descolonização de Angola e Guiné-Bissau com realce para as questões económicas.

### **Metodologia e Fontes**

Como metodologia foi feita a pesquisa de bibliografia referente ao tema com enfoque para a história do sistema financeiro de Moçambique, foi revisitado o acordo de

Lusaka nas cláusulas 13, 16 e 18 que se referem às questões económico-financeiras. Foram usados depoimentos de ex-integrantes das missões de negociação destes acordos<sup>2</sup>, consultada legislação de Moçambique e outros instrumentos normativos, foi realizada pesquisa de fontes primárias no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, no Arquivo do Banco de Moçambique, no Arquivo Histórico de Moçambique e, por fim, analisou-se a repercussão desta questão na imprensa de Portugal e Moçambique.

Aquando da submissão do projecto de dissertação, previa-se realizar entrevistas com personalidades envolvidas nas negociações tanto do Acordo de Lusaka assim como nas questões económico-financeiras. Dada a dificuldade de acesso às figuras do lado português bem como do lado moçambicano, optou-se por recorrer à análise documental das suas memórias e biografias de que podemos destacar da parte portuguesa, as de Jorge Sampaio, Freitas do Amaral, Mário Soares, e da parte moçambicana as Sérgio Vieira e Jacinto Veloso. Também foram usados depoimentos e entrevistas de figuras relevante da política dos dois lados que estiveram envolvidos nos assuntos em análise na presente dissertação.

Algumas das tácticas negociais clássicas da diplomacia<sup>3</sup> foram usadas pelos dois lados como instrumento de pressão para obter ganhos nas negociações. A intensificação dos ataques armados perpetrada pela Frelimo logo após o 25 de Abril, assim como a insistência na obtenção de um cessar-fogo e negação de um acordo imediato da independência por parte de Portugal, são exemplos de estratégia de pressão.

Para Calvet de Magalhães, a negociação deve ser entendida como as conversas ou discussões com o objectivo preciso de se concluir um determinado acordo sobre um determinado problema<sup>4</sup>. O autor realça que “uma negociação exige sempre concessões de parte a parte, ajustamentos e compromissos, e é quase sempre caracterizada por avanços e recuos, momentos de crise e de ruptura”<sup>5</sup>. Quanto à diplomacia paralela muitas vezes evocada nas negociações entre Portugal e a Frelimo, Magalhães define-a como “os desvios da normalmente da acção diplomática que frequentemente ocorrem e que podemos designar por *patologia diplomática*. Um desses desvios consiste no

---

<sup>2</sup> Depoimentos referidos em Histórias Vidas: 1975-2010.

<sup>3</sup> Magalhães, José Calvet de. A Diplomacia Pura, 1995.

<sup>4</sup> Idem, p. 103.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 85.

emprego pelo poder político de uma via alternativa da via diplomática oficial a que é uso chamar-se de *diplomacia paralela*”<sup>6</sup>.

A abordagem da presente pesquisa tentou transcender as perspectivas unilaterais que muitas vezes prevalecem nestes estudos ao procurar um equilíbrio na demanda de dados sobre os dois lados em confronto, Moçambique e Portugal. Buscou-se nos dois países, através sobretudo da documentação diplomática e dos relatos da imprensa, elementos que nos permitissem examinar a questão numa perspectiva tanto quanto possível equidistante e isenta.

No que se refere à bibliografia, cumpre destacar algumas obras que mais nos influenciaram ou esclareceram. Começaríamos com as publicações do Banco de Moçambique nomeadamente, *Cronologia: 1975-2010*, que aborda a história do banco em aspectos como política monetária e cambial, supervisão do sistema financeiro, a moeda e os meios de pagamento, e a colectânea *Banco de Moçambique: Histórias Vividas* que reúne depoimentos de figuras relevantes na política e economia do período de transição após a independência e dirigentes do Banco de Moçambique que de alguma forma tiveram intervenção nas grandes questões estruturantes do sistema financeiro moçambicano. Destas figuras destacam-se, Joaquim Ribeiro de Carvalho<sup>7</sup> com o tema “Criação do Banco de Moçambique: dos Acordos de Lusaka (7/9/1974) à publicação no Boletim Oficial (17/5/1975)” e José Óscar Monteiro<sup>8</sup> com o tema “A Criação do Banco de Moçambique: do capítulo 0 à cláusula 16”.

Os depoimentos inseridos no volume *das Histórias Vividas* publicado pelo Banco de Moçambique, da qual se reconhece alguma «carga emocional» com a qual os factos são narrados pelos intervenientes, foram muito importantes porque, na ausência de biografias ou outro tipo de estudos sobre as matérias relatadas, nos permitiram aceder a testemunhos, em primeira mão, de quem esteve envolvido em muitos dos assuntos tratados na presente dissertação. A confrontação dos factos aqui narrados foi feita com recurso a bibliografia, notícias da imprensa, documentos de arquivo e, principalmente, de relatos da contraparte portuguesa como são os casos de Almeida Santos, Jorge Sampaio, Mário Soares e Melo Antunes.

---

<sup>6</sup> Ibidem Idem, p. 113.

<sup>7</sup> Integrante da Comissão de Negociação dos Acordos de Lusaka e antigo Ministro da Agricultura.

<sup>8</sup> Integrante da Comissão de Negociação dos Acordos de Lusaka e antigo Ministro da Administração Estatal.

Para entender o contexto político e económico vivido no período de transição para a independência de Moçambique, recorreu-se ao livro que resultou de tese de doutoramento *Salazar, Caetano e o 'Reduto Branco': A manobra político-diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)* de Luís Barroso que mostra o esforço empreendido por Portugal para a manutenção das colónias em África usando como estratégia a aliança com os regimes de minoria branca da África do Sul e da Rodésia.

Joana Pereira Leite em *A Formação da Economia Colonial em Moçambique: Pacto Colonial e Industrialização: Do Colonialismo Português às Redes Informais da Submissão Mercantil 1930-74* permite perceber a política de integração do espaço económico português e todas as reformas económicas introduzidas na segunda metade do século XX pelo Estado Novo, na tentativa de desenvolver as províncias ultramarinas e, em último caso, evitar o colapso do império colonial português, já afectado pelas guerras de libertação.

Por sua vez, a obra *Aspectos do Colonialismo Português: Análise de economia e política sobre as colónias portuguesas, África do Sul e Namíbia* de Eduardo de Sousa Ferreira, busca mostrar a função do Ultramar como fonte de divisas para a Metrópole através da introdução da Zona Monetária do Escudo. No caso específico de Moçambique, destaca o empreendimento de Cahora Bassa naquilo que o apelida de “infra-estrutura da dependência” tendente a perpetuar a presença portuguesa em Moçambique e fazer a integração com as economias da África do Sul e da Rodésia através do fornecimento de energia produzida pela Hidroeléctrica de Cahora Bassa.

Almeida Serra em *Os três anos que abalaram Moçambique* analisa os acontecimentos políticos, sociais e económicos resultantes das medidas tomadas pela Frelimo logo após a independência. Destaca os efeitos que as nacionalizações e a viragem para o sistema marxista-leninista tiveram na sociedade moçambicana que se viu mergulhada numa crise económica.

No que se refere ao Banco Nacional Ultramarino, estão disponíveis as obras *A Actividade do Banco Nacional Ultramarino em Moçambique: da fundação à saída de Moçambique 1864 – 1974*<sup>9</sup> e, *Cem anos do Banco Nacional Ultramarino na Vida Portuguesa: 1864 – 1964* de Braga Paixão.

---

<sup>9</sup> Tese de licenciatura em História de Carmélia Langa.

Na questão do Acordo de Lusaka e das negociações económico e financeiras tendentes à resolução do Contencioso colonial, destacam-se a biografia de Jorge Sampaio<sup>10</sup> que narra a sua participação nas negociações económicas bem como da questão de Cahora Bassa com uma visão crítica do posicionamento dos negociadores do governo da Frelimo. Sérgio Vieira<sup>11</sup>, em sua autobiografia, contraria muitos factos e opiniões relatadas por Jorge Sampaio e enfatiza os danos resultantes da colonização e entende que estas negociações deviam tomar como base a independência e soberania de Moçambique.

Sobre o caso específico de Cahora Bassa, Marta Patrício em *Cahora Bassa nas relações bilaterais entre Portugal e Moçambique: 1975-2007* apresenta o percurso histórico desde os acordos com a África do Sul para a construção da barragem na década de 1960, passando pelo conflito de tarifas entre Portugal/Moçambique/África do Sul que geraria um conflito que seria resolvido recentemente com a assinatura do acordo de transferência da barragem do controlo accionista maioritário de Portugal para Moçambique. Por sua vez, Allen e Barbara Isaacman, na obra *Barragens, Deslocamento e Ilusão de Desenvolvimento: Cahora Bassa e seus legados em Moçambique, 1965-2007* fazem uma análise crítica das consequências ambientais e sociais que a construção de grandes barragens e especificamente a de Cahora Bassa trazem para a vida das populações afectadas. Apontam que mesmo após a barragem tornar-se propriedade do estado moçambicano, isto não serve aos interesses nacionais na medida em que continua a exportar grande parte da sua energia para a África do Sul.

Para entender a forma como o Contencioso foi resolvido, foram consultadas as Memórias de Freitas do Amaral<sup>12</sup> na questão referente ao ouro de Moçambique e seu testemunho, na qualidade de Ministro do Governo Sá Carneiro, sobre o fim do referido Contencioso. Merece destaque também a dissertação de mestrado de Manuel Campos Magalhães<sup>13</sup> com o título *Belém e São Bento nas Relações Externas Pós-Coloniais Portuguesas (1976-1982)* que no capítulo IV analisa os Governos AD com particular

---

<sup>10</sup> Castanheira, José Pedro. **Jorge Sampaio**: uma biografia: Volume I- História de uma geração. 2.ed. Porto: Porto Editora, 2012.

<sup>11</sup> Vieira, Sérgio. **Participei, por isso testemunho**. Maputo: Editorial Ndjira, 2010.

<sup>12</sup> Amaral, Diogo Freitas do. A Transição para a Democracia: Memórias políticas II (1976-1982).

<sup>13</sup> Magalhães, Manuel Campos. **Belém e São Bento nas Relações Externas Pós-Coloniais Portuguesas (1976-1982)**. Lisboa, 2012. Dissertação de mestrado em ciência política e relações internacionais na FCSH/UNL.

realce em “Sá Carneiro e Freitas do Amaral: o confronto com as diplomacias paralelas e o pragmatismo nas relações africanas”. Um importante testemunho é feito por Adrião Rodrigues, antigo Vice-Governador do Banco de Moçambique, no seu *blog*<sup>14</sup> e na carta de demissão dirigida ao Presidente Samora Machel.

Um outro diferendo que fazia parte do Contencioso entre Portugal e Moçambique é a questão dos Espoliados e dos denominados “depósitos consulares”. Havia divergência sobre a quem recaía a responsabilidade por indemnizar os cidadãos portugueses que perderam os seus bens com a independência de Moçambique e na questão dos depósitos consulares o governo de Moçambique não permitiu que o dinheiro depositado em bancos de Maputo fosse sacado pela Embaixada de Portugal e devolvido aos seus beneficiários. Sobre esta matéria, Ângelo Soares, um dos auto-designados “espoliados de Moçambique”, reuniu, num blog, vários documentos, essencialmente artigos de jornais<sup>15</sup> da época e entende que Portugal negociou mal a independência de Moçambique e não acautelou os interesses dos portugueses residentes na África.

---

<sup>14</sup> <http://spesgaudium.blogspot.pt/>

<sup>15</sup> [www.espoliadosultramar.com](http://www.espoliadosultramar.com)



## **CAPÍTULO I: O SECTOR FINANCEIRO EM MOÇAMBIQUE ANTES DA INDEPENDÊNCIA E SUA REESTRUTURAÇÃO**

### **1.1 O BNU e a Banca no Período Colonial**

A história da banca em Moçambique data desde a criação da sucursal, em Moçambique, do Banco Nacional Ultramarino (BNU)<sup>16</sup>, com abertura de um estabelecimento na Ilha de Moçambique<sup>17</sup> dotado de fundos necessários para ocorrer à emissão de notas. Em seguida, estendeu a sua actividade por toda a província, abrindo novos estabelecimentos com intervalos irregulares.

O BNU foi criado como banco emissor para as ex-colónias portuguesas em 1864, mantendo esse papel até à sua independência. No caso de Angola, este papel é mantido apenas até 1926, altura em que foi criado o Banco de Angola que passa a ter o direito de emissão. Também na Índia, Macau e Timor, as emissões do BNU terminaram com o fim do domínio português. A partir do último quartel do século XIX, o BNU começara a instalar sucessivamente sucursais e agências, primeiro nos territórios das ex-colónias, e depois, no continente e ilhas.

Dos estatutos do BNU<sup>18</sup>, refere-se como missão a de criar um banco para promover investimentos no Ultramar, e como objectivos, propunha-se “a favorecer as operações de crédito nas possessões portuguesas além-mar” e “facilitar o crédito hipotecário, predial, agrícola e industrial no Ultramar, para apoiar a obra do fomento material”.

O papel estratégico do BNU é visto por Paulo Jorge Fernandes na seguinte perspectiva: “a instituição foi relevante para dar um novo impulso ao projecto imperial português, pois o seu objectivo fundador seria o de erguer um banco polivalente, a quem seriam atribuídas todas as operações próprias dos bancos de circulação, bem como as de crédito mobiliário e as de crédito predial e agrícola”<sup>19</sup>. Acrescenta que, foi de extrema importância para o desenvolvimento da colónia no dito período do “Colonialismo Tardio” pois permitiu o financiamento da construção dos prédios de

---

<sup>16</sup> Carta de Lei de 27 de Janeiro de 1876.

<sup>17</sup> Então capital de Moçambique.

<sup>18</sup> Sancionados pelo Decreto de 12 de Agosto de 1864.

<sup>19</sup> Fernandes, Paulo Jorge. **Banco Nacional Ultramarino (1864-2001)**. In: Dicionário de História Empresarial Portuguesa, Volume 1, 2013, pp 312-318.

arrendamento, do desenvolvimento agrário a partir das companhias majestáticas e demais infra-estruturas públicas.

Para Mónica Ferreirinha, o ano de 1951 é da maior importância para o BNU, pois ele marca também o regresso à normalidade estatutária<sup>20</sup>, com a nomeação de José Vieira Machado como novo governador (1951-72). Dois anos mais tarde, é assinado um novo acordo com o Estado, facto que desencadeia uma fase de grande desenvolvimento, mesmo apesar da guerra colonial. O acordo vinha regulamentar questões importantes para a vida desta instituição. A primeira de todas diz respeito à natureza do banco emissor, à unidade ou pluralidade de bancos emissores, à duração do privilégio de emissão de notas, funções que o banco emissor podia desempenhar, montante e constituição de capital, posição do Estado, reservas e provisões, regalias e obrigações, circulação fiduciária e reservas monetárias, etc. O novo contrato garante a função emissora do BNU e atribui-lhe o privilégio de único estabelecimento bancário com tal função, com excepção para o Banco de Angola com vista a garantir-se que, com um só banco adquiria melhor significado a solidariedade económica nacional e melhor se garantia a unidade de direcção da política monetária do Governo no Ultramar<sup>21</sup>.

Na visão de Jaime Reis, às vésperas da Revolução do 25 de Abril de 1974, o sistema bancário português tinha conseguido atingir um apreciável desenvolvimento. Os seus activos totais eram da mesma ordem de magnitude que o Produto Interno Bruto. As suas maiores unidades tinham chegado a uma dimensão nunca vista em Portugal e tinha finalmente conseguido implantar-se a nível nacional e embora mais modestamente, a nível internacional. Havia um grau de interligação importante entre as maiores instituições bancárias e os sectores mais dinâmicos da economia real. Por outro lado, em geral, a tutela estatal estava cada vez mais apertada e a regulação cobria tanto aspectos gerais como muitas questões de pormenor<sup>22</sup>.

Em 1974-1975, o sector bancário sofreu indubitavelmente aquele que foi o maior choque da sua história e que o iria marcar profundamente. A causa foi uma viragem à esquerda pronunciada na política nacional, que resulta da queda do Estado Novo, da implantação de um regime democrático e da descolonização. Em menos de

---

<sup>20</sup> Em 1931, o Governo decretou intervenção no BNU devido às dificuldades financeiras do banco que passou a ser gerido por Conselhos Administrativos nomeadas pelo governo.

<sup>21</sup> Ferreirinha, Mónica. **Breve história do BNU**. Lisboa: BNU, 2009. p. 34.

<sup>22</sup> **Dicionário de História Empresarial Portuguesa Séculos XIX e XX**: Introdução, p. 30.

um ano o Estado nacionalizou a maior parte do sistema bancário, deixando de fora apenas as caixas económicas e de crédito agrícola e três pequenos bancos estrangeiros, estes últimos por conveniência política do momento. Ao mesmo tempo, foi proibida a criação de novas instituições privadas de crédito<sup>23</sup>.

Numa primeira fase, ainda em 1974, a reforma atingiu apenas os três bancos de emissão- o de Portugal, o Nacional Ultramarino e o de Angola-, o que em termos comparativos nada tinha de notável, visto que a nacionalização de tais entidades já há tempos que se tinha tornado normal em muitos países industrializados do mundo ocidental. Num segundo momento, no entanto, em Março de 1975, a mesma medida foi alargada à totalidade da banca nacional, exceptuando, evidentemente, a Caixa Geral de Depósitos, a maior instituição financeira do País, que já era estatal. Este processo, à época invulgar na Europa, integrava-se num programa muito mais vasto de nacionalizações, que abarcava os sectores básicos da economia, todos os grandes grupos económicos e muitas grandes empresas, assim como uma parcela significativa do território agrícola.

No relato de Paulo Jorge Fernandes, como corolário das transformações introduzidas na banca portuguesa pós 25 de Abril, “a partir de 1974, o BNU sofreu uma profunda reestruturação e passou a pautar a sua actividade por critérios de natureza comercial, tanto na frente doméstica como no plano internacional. Também seria nacionalizado por alvo do Decreto-Lei nº 451/74, de 13 de Setembro. Nos termos dos acordos celebrados entre o governo colonial e os dos novos Países de Língua Oficial Portuguesa, que nessa altura chegaram à independência, o BNU transferiu o activo e o passivo de todas as suas dependências das ex-colónias para os bancos nacionais, recém-constituídos”<sup>24</sup>.

Aquando da privatização ou abertura aos capitais privados das empresas públicas, pelo Decreto-Lei nº 232/88, de 5 de Julho, o Banco Nacional Ultramarino, E.P., foi transformado em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo como accionista maioritário a Caixa Geral de Depósitos. A Caixa detinha 99% do capital social do BNU, pertencendo o restante 1% ao Estado. Em 23 de Julho de 2001,

---

<sup>23</sup> Idem, p. 31.

<sup>24</sup> Fernandes, Paulo Jorge. **Banco Nacional Ultramarino (1864-2001)**. In: Dicionário de História Empresarial Portuguesa, Volume 1, 2013, pp 312-318.

por deliberação<sup>25</sup> do conselho de administração da CGD, deu-se a fusão, por incorporação, mediante a transferência geral do património, do Banco Nacional Ultramarino para a Caixa Geral de Depósitos.

A quando da independência em 1975, havia em Moçambique nove bancos nomeadamente: o Banco de Moçambique (BM)<sup>26</sup>; o Instituto de Crédito de Moçambique (ICM); a Caixa Económica do Montepio de Moçambique (CEMM); o Banco Standard Totta de Moçambique (BSTM); o Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM); o Banco de Fomento Nacional (BFN); a Casa Bancária de Moçambique (CBM); o Banco Comercial de Angola (BCA); o Banco de Crédito Comercial e Industrial (BCCI). Contudo, após a independência, constatou-se a ineficácia do sistema bancário herdado, traduzida na sua incapacidade em se tornar num instrumento decisivo na luta pela independência económica. Havia o entendimento de que a banca deveria desempenhar um papel importante, como instrumento do Estado, na centralização e distribuição dos recursos financeiros do País e no seu controlo<sup>27</sup>. Refira-se que a banca era o reflexo da situação económica prevalecente nessa época e caracterizada pela fuga massiva de técnicos, na sua maioria portugueses; fuga dos donos das cantinas, machambas e fábricas que, na sua saída, procuravam destruir as infra-estruturas e o equipamento<sup>28</sup>.

Em cumprimento das Directivas Económicas e Sociais do III Congresso da Frelimo e de conformidade com os mecanismos legais definidos pelo Governo, através da Lei 5/77 de 31 de Dezembro, fez-se a reestruturação do sistema bancário, passando este de nove bancos para três: O Banco de Moçambique (BM), o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD) e o Banco Standard Totta de Moçambique (BSTM), sendo este último o único banco comercial privado sediado em Moçambique.

Com a reestruturação da banca, o BM assumiu o controlo maioritário do mercado, onde detinha exclusividade de execução e controlo de operações com o exterior, ou seja, com 100% de operações bancárias com o exterior, 80% do mercado creditício, pelo menos até 1988, e 90% na captação de depósitos de empresas, até 1989. Neste âmbito, o Instituto de Crédito de Moçambique (ICM) e a Caixa Económica do Montepio de

---

<sup>25</sup> Deliberação de 28 de Março de 2001.

<sup>26</sup> Ora criado pela Lei 2/75, de 17 de Maio.

<sup>27</sup> Comiche, Eneias da Conceição. **O Processo de Reestruturação e Integração da Banca**. In “Histórias Vidas: 1975-2010”. Maputo: Banco de Moçambique, 2012. p. 70.

<sup>28</sup> Idem, p. 72.

Moçambique (CEMM) foram extintos, tendo os seus bens, direitos e responsabilidades sido integrados no novo Banco, o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD)<sup>29</sup>. Por seu turno a Casa Bancária de Moçambique (CBM) e os departamentos em Moçambique do Banco de Crédito Comercial e Industrial (BCCI) e do Banco Comercial de Angola (BCA) cessaram todas as suas actividades<sup>30</sup>, tendo integrado os seus activos e passivos no BM. O Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM) e o Banco de Fomento Nacional (BFN), bancos nacionalizados em Portugal, cessaram as suas actividades em Moçambique. Em paralelo, em Portugal, a 14 de Março de 1975, foram nacionalizadas todas as instituições de crédito, com excepção dos bancos estrangeiros e das caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

O Banco Standard Totta de Moçambique continuaria a financiar principalmente indústrias transformadoras enquanto as empresas com comissões administrativas tinham deixado de trabalhar com o banco. As operações com o exterior ocupavam uma posição cimeira no banco. De notar que o BSTM veio a ser autorizado<sup>31</sup>, a operar na área de invisíveis correntes, outrora da exclusividade do Banco de Moçambique.

## **1.2 O contexto da economia portuguesa e moçambicana no período colonial tardio e na descolonização**

A economia e finanças do Império colonial português na segunda metade do século XX estavam estruturadas na Zona Económica do Escudo, na política de integração do Espaço Económico Português e no mecanismo de Pagamentos Interterritoriais.

Mário Murteira, no seu contributo para a *História da Expansão Portuguesa* (1998), sustenta que “a política económica portuguesa no regime do Estado Novo procurou fundar-se naquilo que o poder considerou ser «o interesse nacional». Tal conceito no que se refere às colónias africanas pressupunha, como se sabe, certa «missão civilizadora» a desempenhar pela metrópole, o que, por seu turno, implicava também a convicção da existência de atributos endógenos da economia e da sociedade

---

<sup>29</sup> Criado pela Lei nº 6/77, de 31 de Dezembro.

<sup>30</sup> A partir de 1 de Janeiro de 1978.

<sup>31</sup> Por despacho do Governador do Banco de Moçambique de 23 de Setembro de 1988.

portuguesas, legitimadores de tão alta missão”<sup>32</sup>. O autor considera que Portugal era demasiadamente exíguo, em termos de dimensões de recursos materiais e humanos, para atribuir a si próprio, como papel colonizador primordial, o desenvolvimento económico das suas colónias; algo que afinal o Estado Novo não conseguia realizar mesmo dentro das suas fronteiras europeias.

A estrutura económica no regime do Estado Novo era centrada na iniciativa privada que se sustentava nos grandes grupos económico e financeiros como a CUF, Champalimaud, os bancos Nacional Ultramarino, Espírito Santo, Português do Atlântico, Burnay, Borges. Porém, nada disto sugeria a visão liberal da economia de mercado. Ao mesmo tempo que o Estado renunciava ao exercício directo da actividade económica, condicionava essa mesma “iniciativa privada” através do regime jurídico do Condicionamento Industrial, que estabelecia constrangimentos sérios à livre iniciativa no sector secundários da económica, ficando nas mãos da elite política e da burocracia estatal os meios fundamentais de regulação da economia. Esse condicionamento foi também estendido às colónias e permitiria, em princípio, uma localização de capacidades produtivas conforme a estratégia de integração de todo o espaço económico controlado por Portugal. Um outro instrumento de intervenção do Estado foram os «Planos de Fomento» introduzidos em 1953, também alargados às colónias, que traçavam a política económica e social<sup>33</sup>. Mecanismo idêntico de intervenção estatal na economia foi a existência de empresas concessionárias e empresas participadas pelo Estado que eram fiscalizadas à luz dos Decretos nº 41.169, de 29 de Julho de 1957, do nº 47.743, de 1967.

O sistema de pagamentos que vigorou na chamada zona do escudo enferrou de um defeito de concepção que depressa o tornou inviável. Com paridades fixas entre o escudo e as diferentes moedas territoriais, as colónias acumularam débitos em relação à metrópole. Não havendo câmbios flexíveis nem se dispondo de outros mecanismos de ajustamentos praticáveis, tornou-se indispensável um processo de racionamento de divisas e a acumulação de «atrasados» nas contas de algumas colónias, facto que

---

<sup>32</sup> Murteira, Mário. **A Economia Colonial**. In História da Expansão Portuguesa, Volume V/ Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999. p. 105.

<sup>33</sup> Idem, p. 110.

contribuiu para dificultar, em lugar de facilitar, como era desejado, o comércio entre os componentes da zona do escudo<sup>34</sup>.

O 25 de Abril acontece numa altura em que a economia da Europa Ocidental mergulha numa crise motivada pelo ataque à Israel pelas forças do Egipto e da Síria o que fez disparar os preços do petróleo acabando dessa forma com os trinta anos de crescimento económico do pós-guerra na ordem dos 5 a 13%<sup>35</sup>.

A estratégia da economia portuguesa desde 1961 era de inserção em duas zonas de livre comércio: A Zona Económica do Escudo (ZEE) exclusivamente ligada ao escudo e pluricontinental e a EFTA<sup>36</sup> (Associação Europeia de Livre Comércio, em inglês European Free Trade Association) ligada à Europa. Por condicionalismos político-ideológicos (a questão das colónias) e pela protecção dos mercados africanos, Portugal não aderiu à CEE (Comunidade Económica Europeia). A adesão à EFTA possibilitou o rápido crescimento de alguns sectores da economia portuguesa como a pasta de papel e as indústrias alimentares. Por sua vez, a ZEE também conhecida como Espaço Económico Português (EPP) permitia produzir nas colónias as matérias-primas para as indústrias da metrópole e, outrossim, transferir as indústrias e sectores menos exigentes em termos tecnológicos e de trabalho qualificado para as colónias, principalmente aqueles que encontravam aí matérias-primas baratas – como a têxtil algodoeira, algumas indústrias alimentares, os cimentos e outras<sup>37</sup>.

Em 1973, a estratégia económica de fundo tinha falhado, obrigando a adaptações e remendos incompletos e deixando Portugal sem um caminho claro a seguir.

Para o caso específico de Moçambique, no regime colonial de Salazar, o poder político visava essencialmente dois objectivos no aproveitamento da força de trabalho dos moçambicanos: a produção de matérias-primas úteis à industrialização da metrópole, de que o algodão permitiu o surto da grande indústria têxtil algodoeira em

---

<sup>34</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>35</sup> Telo, António José. **História Contemporânea de Portugal: Volume I- Do 25 de Abril à actualidade**. Barcarena: Presença, 2007. p. 252.

<sup>36</sup> De que faziam parte o Reino Unido, Suécia, Suíça, Noruega, Dinamarca, Áustria e Portugal).

<sup>37</sup> Telo, António José. **História Contemporânea de Portugal: Volume I- Do 25 de Abril à actualidade**. Barcarena: Presença, 2007, p. 257.

Portugal é o exemplo lapidar; e os ganhos em ouro e divisas que permitissem aumentar a capacidade de importar do estrangeiro<sup>38</sup>.

Para António José Telo “o projecto do EEP funcionou relativamente bem nos primeiros anos, permitindo a transferências de largas dezenas de unidades industriais para a África e o nascimento de grandes projectos para as alimentar energicamente, como eram Cahora Bassa em Moçambique, ou a barragem do Cunene em Angola. Simplesmente as barreiras à circulação de bens e capitais nunca desapareceram e aumentaram mesmo com o tempo. Todo o processo se agravou porque, a partir de certa altura, os colonos em Angola e Moçambique começaram a duvidar do futuro de longo prazo das províncias ultramarinas e tentam resguardar a posição pessoal através da transferência de capitais para o exterior”<sup>39</sup>. Esta necessidade massiva de transferência de capitais concorreu para a questão dos «atrasados».

Em 1971, o governo português reconhece o fracasso desta iniciativa e pelo Decreto-Lei 478/71 de 8 de Novembro, acaba com as medidas de liberalização económica, impõe fortes restrições à circulação de capitais, bens e pessoas no espaço português e remete para um futuro não especificado, um eventual fim a estas barreiras.

A integração do Espaço Económico Português, instituída pelo Decreto-lei 44016 de 8 de Novembro de 1961, tinha em vista a integração económica, aduaneira e monetária de todo o espaço português (Continente, Ilhas e Ultramar) tendo como objectivo final a livre circulação de mercadorias, bens e transferência de capitais.

Segundo Mendonça, o mecanismo de pagamentos interterritoriais teve início a partir de 1 de Março de 1963, por força do Decreto-Lei nº 44828, de 31 de Dezembro de 1962 e vigorou até a publicação do Decreto-lei nº 478/71<sup>40</sup>, de 6 de Novembro. O seu objectivo era a liberalização das trocas comerciais entre os territórios nacionais, cabendo ao Banco de Portugal, Banco Nacional Ultramarino e ao Banco de Angola, garantir as transferências e liquidações respectivas no território de destino dessas

---

<sup>38</sup> Murteira, Mário. **Formação e Colapso de uma Economia Colonial**. In História da Expansão Portuguesa, Volume V/ Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999. p. 120.

<sup>39</sup> Telo, António José. **História Contemporânea de Portugal**: Volume I- Do 25 de Abril à actualidade. Barcarena: Presença, 2007. p. 258.

<sup>40</sup> Que regulamentou os pagamentos interterritoriais e autorizava os fundos cambiais das províncias ultramarinas a regularizarem os pedidos de transferência atrasados.



operações no pressuposto de que, uma vez que se tornavam livres as transacções, livres passariam a ser também os respectivos pagamentos<sup>41</sup>.

Esta legislação tem como princípio a ideia de integração nacional na base de que as partes componentes do território constituem simples províncias num complexo integrante. Não é, porém, a realidade económica. Os territórios nacionais não constituem uma unidade, um todo, porque a população que os compõe é diferente de território para território em atenção à sua própria mentalidade, cultura e estágio sócio-económico, porque, em consequência, diversos são os costumes e as leis que regem esses aglomerados humanos e sociais, porque a distância em que se encontram essas parcelas entre si e em relação à Metrópole é suficientemente grande para criar peculiaridades e dificuldades de solução de situações, porque as suas produções agrícolas, comerciais e industriais se diferenciam obviamente, porque, em fim, vários e diferente é o grau de desenvolvimento económico e social e cultural desses grupos humanos, com necessidades diversas.

O Decreto-lei nº 478/71, de 6 de Novembro modificou os pagamentos interterritoriais, reintroduzindo o registo prévio para a importação e exportação<sup>42</sup>. A implantação deste regime de pagamentos se atribui à verificação simultânea de três factos: uma excessiva e demorada retenção de dinheiros por transferir de Angola e de Moçambique para a Metrópole, uma repetida posição de desequilíbrio negativo da balança de pagamentos daqueles territórios e uma perspectiva pouco animadora da recuperação económica, por si já assoladas pelas guerras de libertação.

Durante algum tempo, as exportações efectuavam-se, no Ultramar, sendo cativos na Metrópole 90% do valor das cambiais, pelo que ficavam disponíveis para o exportador 10%, dos quais ele dava o uso que entendesse. Foi a partir de 1 de Junho de 1962 que a totalidade das cambiais obtidas através da exportação reverteu a favor do Fundo Cambial<sup>43</sup> da respectiva província.

A obrigatoriedade de exportar e realizar pagamentos em Portugal criou uma dependência aos industriais, comerciantes e produtores nas colónias. A exportação de

---

<sup>41</sup> Mendonça, Pio Coelho de. **Algumas Reflexões sobre Pagamentos Interterritoriais no Espaço Português**. Coimbra: Coimbra Editora, 1973. p.10.

<sup>42</sup> Idem. p.13.

<sup>43</sup> Decreto-Lei nº 44016, de 8 de Novembro de 1961, nº 1 do Artigo 47º.

matérias-primas das colónias bem como a importação de bens de consumo, maquinaria e todo o tipo de produtos acabados não obedecia o pressuposto da concorrência ou da livre escolha e, em muitos casos, os produtos exportados de Portugal para as colónias era de qualidade inferior em comparação com os fabricados nas outras praças europeias.

Para ilustrar o desequilíbrio que esta política de integração criava para a economia das colónias, num editorial, acerca da “Integração do Espaço Português”, *O Jornal* escreve:

**“Em 1961 surge o projecto da integração económica do espaço português a qual, deveria, a prazo, conduzir à livre circulação de mercadorias entre Portugal e as colónias. Como a economia metropolitana, apesar de subdesenvolvida, se encontrava mais avançada do que a economia das colónias, a liberalização das trocas no “espaço português” facilitou a penetração dos artigos metropolitanos nos mercados dando-lhes vantagens aduaneiras sobre os concorrentes estrangeiros. E como se tratava de produtos próprios para a industrialização que dá os primeiros passos (têxteis e confecções, artigos da indústria metalomecânica ligeira, etc.) a sua entrada nas colónias travava a industrialização destas., em benefício imediato das empresas metropolitanas.**

Por outro lado, sempre iam fazendo alguns investimentos portugueses nas colónias. Acontecia que, no total, vinha mais dinheiro das colónias para a metrópole do que o contrário. Na sua relação com o estrangeiro, as colónias, em conjunto, apresentavam saldos positivos. O contrário, no entanto, se passava com Portugal- eram as muito atrasadas economias coloniais que financiavam a economia metropolitana”<sup>44</sup>.

Sousa Ferreira, no que diz respeito à Função das Colónias na Economia Portuguesa, entende que “a pedra lapidar da política ultramarina é o princípio de que a metrópole e o Ultramar perfazem uma unidade política. Esse princípio permitiu, até 1933, uma vasta descentralização administrativa e económica”<sup>45</sup>. Porém, com a Constituição de 1933, a descentralização sofreu uma primeira restrição, seguindo-se mais alterações com a revisão constitucional de 1959 e a consequente alteração do Art. 134º: «...A organização político-administrativa deverá orientar-se para a integração no regime geral da administração dos outros territórios nacionais”. Em alusão ao Ultramar.

Neste período, os principais objectivos da política económica portuguesa em África eram o metódico aproveitamento dos recursos e possibilidades em prol da

---

<sup>44</sup> *O Jornal*, Ano I, Nº 28, 7 de Novembro de 1975, p. 12.

<sup>45</sup> Ferreira, Eduardo de Sousa. **Aspectos do Colonialismo Português**: Análise de economia e política sobre as colónias portuguesas, África do Sul e Namíbia. Lisboa: Seara Nova, 1974. p. 63.

economia da metrópole e a transferência da mão-de-obra excedente para os territórios ultramarinos.

No caso específico de Moçambique, Joana Pereira Leite entende que “o facto da questão da solvabilidade internacional da economia moçambicana estar intimamente ligada à lógica da sua problemática de inserção regional revela-se, sem qualquer dúvida, como um dos aspectos mais importantes a reter da dinâmica de transformação da economia colonial na África Oriental portuguesa. E isto, por maioria da razão, tendo em conta que a situação deficitária que se verificava desde 1958 dizia respeito, em última análise, à regulação das trocas no seio do «espaço português», ou seja ao pagamento das dívidas para com a metrópole (situação deficitária, devido tanto à expansão económica do pós guerra como às alterações ocorridas, consequentemente, nas articulações coloniais)”<sup>46</sup>.

Porém, o défice acima referido seria compensado através da formação de um circuito de ouro entre Moçambique e a metrópole, no âmbito do acordo do pagamento deferido<sup>47</sup> no que respeita aos salários dos trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul. Esta dinâmica cuja origem remonta à necessidade de complementaridade das economias regionais na África Austral, asseguraria finalmente, a liquidação dos débitos de Moçambique relativamente a Portugal.

Ainda sobre a relação económica Metrópole-Colónias, Leite entende que “o modo como os rendimentos obtidos na África Austral (constituindo a parte mais significativa da balança de invisíveis correntes) conseguiam compensar o défice da balança comercial, revela-se prova incontestável da importância das relações económicas regionais, no balanço global da exploração colonial. Mesmo que estas receitas, a partir de finais da década cinquenta, já não fossem suficientes para suportar o endividamento que resultava da expansão económica do pós-guerra. Com efeito, a partir de 1958 o saldo da balança de pagamentos é, pois, negativo, situação que não se modificou até ao fim da colonização”<sup>48</sup>.

---

<sup>46</sup> Leite, Joana Pereira. **A Formação da Economia Colonial em Moçambique: Pacto colonial e industrialização: do colonialismo português às redes informais de submissão mercantil (1930-74)**. In Estudos de Desenvolvimento, África em Transição, Anuário do CESA/ISEG, Editora TRINOVA, 2000, p. 44.

<sup>47</sup> Questão a ser tratada no Capítulo III.

<sup>48</sup> Leite, Joana Pereira, **A Formação da Economia Colonial em Moçambique: Pacto colonial e industrialização: do colonialismo português às redes informais de submissão mercantil (1930-74)**. In

No caso específico de Moçambique, acrescenta Leite, que “assim, se, por um lado, a situação da insolvabilidade da economia moçambicana apenas confirma a realidade do seu processo de transformação, movimento que se traduz, enquanto mutação ocorrida no sector exportador, por outro lado, evidencia o papel da dinâmica regional enquanto factor de neutralização desta lógica de endividamento. Esta questão torna-se bem interessante quando nos apercebemos que estes mesmos rendimentos regionais seriam suficientes para cumprir as obrigações da colónia face ao estrangeiro”<sup>49</sup>.

A balança de pagamentos da colónia de Moçambique a não ser pela obrigatoriedade de realizar pagamentos no âmbito da visão de integração do espaço português, seria equilibrada pela dependência em relação à economia sul-africana uma vez que o usufruto do porto e do caminho-de-ferro de Lourenço Marques, aliado aos rendimentos do pagamento diferido garantiriam divisas para o equilíbrio das contas. Sobre esta questão, Leite considera que “Na verdade, as contas de Moçambique relativamente à economia internacional sempre estiveram saldadas. Recordemos que, com efeito, no quadro do sistema de pagamentos que garantia, nos anos sessenta, a regulação das trocas no seio do ‘Espaço Económico Português’, era a metrópole que, em última análise, devia suportar o custo da reprodução da economia colonial. Finalmente, neste contexto de liquidação da dívida face à economia portuguesa, deve ser apreendido o processo da formação do circuito entre os dois territórios, ele próprio elemento decisivo na manutenção do ‘sistema de pagamentos interterritoriais’ até 1965-ano em que se aliena a última ‘tranche’ de ouro do fundo cambial da colónia”<sup>50</sup>.

O Ultramar funcionou, na segunda metade do século XX, como fonte de divisas para a Metrópole<sup>51</sup>. A título de exemplo, em 1963, as disponibilidades em ouro e em divisas atingiram o valor de 837 milhões de dólares. Estas reservas têm garantido à metrópole a liquidez internacional, mesmo posteriormente a 1961, ano em que se iniciaram as guerras nas províncias ultramarinas. A balança de pagamentos da zona do escudo acusa, porém, um saldo activo constante. São os saldos activos das províncias ultramarinas que restabelecem o equilíbrio dos pagamentos realizados na zona do

---

Estudos de Desenvolvimento, África em Transição, Anuário do CESA/ISEG, Editora TRINOVA, 2000. p. 50.

<sup>49</sup> Idem, p. 50.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>51</sup> Ferreira, Eduardo de Sousa. **Aspectos do Colonialismo Português**: Análise de economia e política sobre as colónias portuguesas, África do Sul e Namíbia. Lisboa: Seara Nova, 1974. p. 41.

escudo: são eles que garantem o aumento constante das disponibilidades em ouro e em divisas do país<sup>52</sup>.

A crise da balança de pagamentos entre a metrópole e as colónias teve um impacto mais imediato do que os custos da guerra e afectou profundamente o fluxo de produtos e de capital para o império<sup>53</sup>. O desequilíbrio da balança de pagamentos deu-se porque as importações de produtos portugueses continuavam a ser maiores do que as exportações das colónias para Portugal e, desta forma, a balança tinha de ser equilibrada pelos excedentes de divisas ganhos nas transacções com os países estrangeiros e eram convertidas em escudos. Porém, um ruinoso programa de industrialização e de fomento económico implementado nas colónias levou a que a sua balança de pagamentos aos parceiros estrangeiros se deteriorasse, impossibilitando-as de pagar as suas dívidas aos fornecedores metropolitanos<sup>54</sup>. A situação ainda se agravou mais, em consequência da ausência de controlo sobre as transferências de fundos para Portugal.

Para o equilíbrio da balança de pagamentos, era necessário que Portugal tivesse importado mais das colónias ou que o preço das matérias-primas fosse ajustado à realidade internacional. Os pagamentos atrasados levaram a que Moçambique e Angola acumulassem dívidas com a Metrópole, o que obrigou Portugal a conceder empréstimos para a amortização dos atrasados, situação que deu origem à uma dívida que aquando da descolonização não foi prontamente resolvida, tendo originado o Contencioso colonial.

Na economia de Moçambique colonial, duas fontes económicas são responsáveis pelas elevadas receitas na rubrica “invisíveis correntes”. Trata-se, por um lado, das remessas dos trabalhadores moçambicanos das minas sul-africanas e, por outro lado, das receitas que resultam do movimento ferroviário e portuário com os países vizinhos.

Em paralelo com a exportação de mão-de-obra para as minas da África do Sul e os corredores ferro-portuários, o empreendimento de Cahora Bassa tornar-se-ia de grande importância para a estruturação da economia moçambicana no período final da colonização.

---

<sup>52</sup> Idem, p.43.

<sup>53</sup> Clarence-Smith, William Gervase. **O Terceiro Império Português (1825-1975)**. Lisboa: Teorema, 1985.p. 204.

<sup>54</sup> Idem, p. 204.

Do ponto de vista estratégico esta barragem permitia a aproximação de Portugal junto dos regimes brancos da África do Sul e da Rodésia do Sul mas também através do povoamento do vale do Zambeze por colonos brancos, com o intuito de erguer uma cintura humana ao redor da barragem para o desenvolvimento agrícola.

Sousa Ferreira considera que há já alguns anos que o eixo Pretória-Salisbury-Lisboa se esforçava por criar um “Mercado Comum” na África meridional, mercado esse que tinha como fim permitir o alicerçar do “Bastião Branco” e perpetuar a subordinação dos africanos. As relações estreitas entre Portugal, Rodésia e a África do Sul, os interesses comuns quando à exploração das riquezas do solo e da força de trabalho da população africana são reforçadas sobremaneira pela construção da barragem de Cahora Bassa, visto que uma tal construção significava a aceleração da exploração económica com o auxílio de capitais estrangeiros)<sup>55</sup>.

O ponto de vista a cima referido é compartilhado por Isaacman quando afirma que “apesar de toda a pompa e circunstância em melhorar a qualidade da vida dos moçambicanos rurais, o objectivo final de Cahora Bassa era cimentar a aliança de segurança entre o estado colonial português e o regime sul-africano. A barragem era essencial na estratégia militar de Portugal contra a guerrilha e um símbolo do seu cometimento de manter o seu império africano”<sup>56</sup>.

A aliança com a África do Sul não se limitava ao futuro fornecimento de energia aquele país mas, porque se vivia então o período da guerra colonial, com a possibilidade de sabotagem do empreendimento pelos guerrilheiros da Frelimo <sup>57</sup>, também Portugal buscava apoio militar para proteger a Barragem.

Sobre o povoamento de Cahora Bassa por colonos portugueses, o *Diário de Notícias* escrevia: “O progresso que a barragem de Cahora Bassa não só há-de permitir pôr termo à actividade dos guerrilheiros, como atrairá ao vale do Zambeze um milhão de europeus, o que terá grande importância, tanto sobre o futuro daquela província portuguesa, como sobre o de toda a África Austral...”<sup>58</sup>.

---

<sup>55</sup> Ferreira, Eduardo de Sousa. **Aspectos do colonialismo português**. Lisboa: Seara Nova 1974. Pp. 95-97.

<sup>56</sup> Isaacman, Allen; Isaacman, Barbara. **Barragens, Deslocamento e Ilusão de Desenvolvimento: Cahora Bassa e seus legados em Moçambique, 1965-2007**. Maputo: Imprensa Universitária, 2016. p. 17.

<sup>57</sup> Sérgio Vieira em suas memórias refuta esta ideia.

<sup>58</sup> *Diário de Notícias*, 01/10/1969.

A barragem de Cahora Bassa foi foco de confrontação política tanto entre Portugal e a Frelimo como também de campanhas em países como Alemanha Federal, Suécia ou França para além das organizações internacionais com realce para a Organização da Unidade Africana (OUA)<sup>59</sup>.

Uma das principais dificuldades sentidas por países ocidentais na tentativa de legitimar a participação no projecto residia no facto de Moçambique ser uma colónia. Este estatuto colonial não era, naquela altura, aceite pela maioria da opinião pública mundial, sobretudo a partir do momento em que os países imperialistas passaram à fase de conceder a independência política às suas colónias, na expectativa de continuarem a exploração numa outra base, que era a chamada exploração neocolonialista.

As dificuldades de legitimação crescem ainda pelo facto de nas colónias portuguesas existirem movimentos de libertação que gozavam de significativo apoio entre a população e ganham cada vez mais influência. Essa situação levou desde o início a um certo mal-estar e insegurança por parte das empresas participantes e algumas instâncias políticas, o que resultou numa linha política dúplice. Por um lado apoiam o Governo de Lisboa (económica ou militarmente ou das duas maneiras). Deste modo contribuem para a manutenção da ditadura e para a prossecução da exploração com a ajuda da força militar e, ao mesmo tempo, asseguram o acesso à mão-de-obra barata em Portugal. Por outro lado não querem entrar em contradição com os movimentos de libertação para que não encontrem, mais tarde, o caminho barrado em colónias independentes sob a direcção desses mesmos movimentos. É a esta luz que deve ser visto o sucesso da campanha contra Cahora Bassa na Suécia, com a saída da empresa ASEA do consórcio ZAMCO. Também o Governo Federal da Alemanha enveredou pela política dúplice com o envio do primeiro-ministro da Renânia-Vestfália, Kuhn, à Zâmbia para conversações com representantes dos movimentos de libertação e onde prometeu-lhes apoio material, não obstante o Governo Federal alemão ter decidido uns dias antes numa reunião especial do Gabinete, manter as garantias concedidas às empresas envolvidas em Cahora Bassa<sup>60</sup>.

Nos últimos anos do regime colonial verificou-se um desenvolvimento económico bastante rápido em Moçambique, que pode ser visto em retrospectiva como

---

<sup>59</sup> Isaacman, Allen; Isaacman, Barbara. (2016); Middlemas (1975); Patrício (2012).

<sup>60</sup> Isaacman, Allen; Isaacman, Barbara. **Barragens, Deslocamento e Ilusão de Desenvolvimento: Cahora Bassa e seus legados em Moçambique, 1965-2007**. Maputo: Imprensa Universitária, 2016. p. 107.

complementar da retirada da influência metropolitana. As elevadas despesas governamentais levariam à subida da inflação mas também a impressionantes taxas de crescimento da economia. À medida que um número cada vez maior de emigrantes brancos se mudava para as cidades, desenvolveu-se uma cintura de empresas agrícolas e industriais para abastecer o mercado de consumo com uma série de produtos transformados<sup>61</sup>.

Com a revolução do 25 de Abril de 1974 acontecem alterações de fundo na economia e nas finanças portuguesas. Como forma de conter os movimentos reivindicativos, os salários são aumentados e a inflação triplica dos 7,8% em 1973 para 27,9% em 1974. Verifica-se ainda a queda nas exportações, caos generalizado nas empresas, preços condicionados, baixa produtividade, perda dos mercados ultramarinos, o que concorre para o défice da balança comercial.

Nos anos subsequentes assistiu-se, em conformidade com o que Telo designa como a doutrina do Conselho da Revolução, à quebra dos monopólios com a reforma agrária e as nacionalizações; ao desequilíbrio crescente das contas externas com esgotamento das reservas bancárias pelo que se passou a financiar o défice através do aumento da dívida externa e, em 1977 sem capacidade de endividamento, houve necessidade de se recorrer a um programa de austeridade.

O programa de austeridade baptizado com o nome de “Programa de Ajustamento”<sup>62</sup> foi negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e previa a redução do défice da balança de transacções correntes através do aumento das taxas de juro para reduzir a procuração pelo crédito fácil; pela queda dos salários reais; pelo aumento dos impostos; pela contenção dos gastos públicos e pela desvalorização do escudo.

O programa de ajustamento alcançou os objectivos preconizados mas teve como consequências a redução do ritmo de crescimento da economia, do investimento e da inovação, com uma queda maior da produtividade relativa da economia portuguesa. Inevitavelmente, estes desenvolvimentos exerceriam uma forte restrição nas tentativas do poder político pós-revolucionário de obter algum desanuviamiento nas relações com

---

<sup>61</sup> Newitt, Malyn. **História de Moçambique**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1977. p. 459.

<sup>62</sup> Assinado em Maio de 1978 embora viesse a ser aplicado nos seus aspectos principais desde meados de 1977.



as ex-colónias, fosse pela via das iniciativas de cooperação, fosse pela via das concessões em dossiers como o do contencioso com Moçambique, conforme se tornará patente mais à frente neste trabalho.

Após a assinatura dos acordos de Lusaka mesmo antes da proclamação da independência, a economia de Moçambique seria abalada, por um lado, pela onda de encerramento de empreendimentos comerciais e industriais pela saída dos seus proprietários de origem portuguesa, que regressaram a Portugal ou estabeleceram-se nos países vizinhos (África do Sul ou Rodésia) e, por outro, pela denominada “sabotagem económica” caracterizada pela destruição destes mesmos empreendimentos e pela exportação irregular de divisas<sup>63</sup>.

Ainda na questão da sabotagem económica que a Frelimo responsabiliza os industriais e comerciantes portugueses, MacQueen é da opinião que “as perturbações industriais (que se seguiram após o 25 de Abril) aumentaram ainda mais a grande crise financeira provocada em Moçambique, antes do 25 de Abril, pelas toscas tentativas de Lisboa de impor disciplina fiscal no Império. Em meados de agosto de 1974, as reservas em moeda estrangeira existentes no território não davam para pagar mais do que uma semana de importações de bens essenciais”<sup>64</sup>.

Após a independência, Moçambique teve a sua economia planificada, simbolizada pelas cooperativas de consumo, machambas do povo, empresas estatais, nacionalização da propriedade privada (prédios de rendimento e demais empresas).

A Frelimo estruturou o poder e a sociedade inspirada na ideologia marxista-leninista<sup>65</sup>. Assumiu, em suma, as funções de “partido-Estado”. Os discursos dos seus dirigentes passaram a fazer referência ao capitalismo como um sistema de exploração, à colectivização dos meios de produção, à terra como propriedade do Estado e à priorização da resolução das necessidades do povo.

A primeira constituição da república, de 1975, no artigo 4º, já elucidava esta pretensão: “eliminação das estruturas de opressão e exploração coloniais e tradicionais e

---

<sup>63</sup>Opinião também expressa na comunicação de Vítor Crespo, Alto-Comissário em Moçambique, Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, cota: PT/ACMF7GMF/24/24.0.1- Cooperação com Moçambique.

<sup>64</sup> Macqueen, Norrie. **A Descolonização da África Portuguesa: A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1988. p. 157.

<sup>65</sup> Bouene, Felizardo. **Moçambique: 30 anos de independência**. In *Africana Studia*, nº 8, 2005.p. 73.

da mentalidade que lhes está subjacente; e a extensão e reforço do poder popular democrático; a edificação de uma economia independente e a promoção do progresso cultural e social; e edificação da democracia popular e a construção das bases material e ideológica da sociedade socialista”<sup>66</sup>.

Na governação socialista que se seguiu à independência, e muito concretamente após o III Congresso da Frelimo, na visão de Santos e Trindade, o Estado substituiu agentes e mecanismo do mercado colonial e capitalista por controlo administrativo dos preços da maioria dos produtos alimentares e não alimentares, dos salários, das taxas de juros e de todo o sistema financeiro e de direcção e gestão de empresas. Deu mais ênfase administrativa em detrimento dos custos reais e da viabilidade económica das políticas e programas, onde a distribuição dos investimentos e as metas de produção assumiam força de lei, embora assentando em critérios predominantemente administrativos<sup>67</sup>.

Porém, a situação económica de Moçambique passados alguns anos era crítica. Para esta situação contribuíram seguramente as opções da política da Frelimo, nomeadamente a tentativa de estatização forçada da agricultura, a desestabilização militar e económica promovida pela Renamo e pela África do Sul, a seca que assolou a África austral<sup>68</sup> e a própria situação económica internacional com a subida das taxas de juro, a valorização do dólar e a deterioração dos termos de troca internacionais.

Serra sobre a nova doutrina económica, entende que “...pareceu ser possível, até desejável, à luz da ideologia dominante da Frelimo e em nome da revolução social que se pretendia levar a cabo, destruir rapidamente as estruturas económicas, políticas e sociais coloniais, deixando para uma segunda fase o aparecimento de estruturas alternativas e dos mecanismos da sua regulação. Os custos de um tal procedimento, ou não eram analisados, ou eram subavaliados face aos benefícios que se esperava colher”<sup>69</sup>.

Assinale-se, no entanto, que, contrariamente, estas afirmações não estavam nem em sintonia com a política que o Governo de Transição liderado pela própria Frelimo

---

<sup>66</sup> Moçambique. **Constituição da República**. Imprensa Nacional, 1975.

<sup>67</sup> Santos, Boaventura de Sousa; Trindade, João Carlos. **Conflito e Transformação Social: uma paisagem da justiça em Moçambique**; 1º volume, Edições Afrontamento. p. 243.

<sup>68</sup> Durante os anos 1982-1983.

<sup>69</sup> Serra, António de Almeida Serra. **Os três anos que abalaram Moçambique**. In *Estudos de Desenvolvimento, África em Transição*, Anuário do CEsA/ISEG, Editora TRINOVA, 2000, 2000. p. 67.

vinha desenvolvendo no sentido de evitar a retirada dos colonos nem com anteriores tomadas de posição da própria Frente, designadamente no texto do acordo de Lusaka e nas declarações que se lhe seguiram.

Num artigo crónica intitulado *Samora Machel tem Obrigação de Saber que um Povo Pode ser Colonizado Mas não é Estúpido*, o *Expresso* escreve que a nível económico o país mergulha numa crise dado o abandono e paralisação de empresas outrora de padrões portugueses. Milhares de moçambicanos caíram no desemprego. O semanário critica a política das aldeias comunais e machambas de povo que, no seu apontando, as próprias populações resistiram a abandonar as suas zonas de origem para habitar as recém-implantadas aldeias, bem como trocar a agricultura familiar em prol da produção colectiva nas machambas do povo<sup>70</sup>.

Sobre a debilidade da situação económica no período que temos vindo a analisar, o Alto-Comissário em Moçambique<sup>71</sup>, num documento enviado ao Primeiro-Ministro e ao Ministro Sem Pasta Melo Antunes, com o título *Alguns Aspectos da Conjuntura Económica de Moçambique- 28/11/74*<sup>72</sup> diz que os pontos sensíveis são os problemas derivados da falta de quadros técnicos e riscos de abandono por parte de outros, e de falta de cambiais que permitam manter o fluxo normal de abastecimento de matérias-primas, bens de equipamento e, também em parte não menos significativa, bens essenciais de consumo final.

Sobre a Banca, a correspondência de Vítor Crespo refere que o mau desempenho da economia influencia o sector bancário. O factor principal, responsável por esse mau funcionamento, é sem dúvida a falta de liquidez com que se vêm debatendo todas as instituições bancárias, embora este factor deva ser explicado pela falta de confiança do público, pelo entesouramento excessivo, pela não satisfação dos compromissos do Estado para com o mercado e pelo estrangulamento dos circuitos de crédito.

Mais adiante, escreve que o Ministério da Coordenação Económica (do governo de transição de Moçambique) modificou as taxas para as operações de crédito activas e passivas e as taxas de redesconto. A principal inovação foi a diminuição do custo das

---

<sup>70</sup> *Expresso*, N° 181, 15 de Abril de 1976, p. 18.

<sup>71</sup> Vítor Crespo.

<sup>72</sup> Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, cota: PT/ACMF7GMF/24/24.0.1- Cooperação com Moçambique.

operações de crédito a realizar com as actividades do sector primário e o aumento da remuneração das operações de depósito. Sem dúvida que foram medidas importantes tendentes a impulsionar um sector que poderá vir a serem motor dentro do conjunto da economia moçambicana. Não julga, contudo, que simples incentivos de carácter financeiro sejam no momento presente, suficientes para vencer as dificuldades estruturais que a actividade económica defronta.

O ponto de ruptura na tentativa de conciliar a revolução social pretendida pela Frelimo com a manutenção de modelos herdados da administração colonial dá-se com as nacionalizações decretadas a 24 de Julho de 1976.

Na visão de Malyn Newitt “esta nacionalização foi imposta á Frelimo pela necessidade de agir com urgência no sentido de evitar um colapso e que não deveria ser considerada como um indicador de um plano predeterminado para sociabilizar a economia”<sup>73</sup>.

Para António Rita-Ferreira, o novo governo de Moçambique tentou compensar os proprietários das casas nacionalizadas. “Os antigos proprietários não receberam indemnizações mas ficaram com o direito de escolher a casa onde, no futuro, preferissem residir e, ainda, a possuir uma outra “de campo”. Àqueles que não tivessem meios de subsistência, alternativos foi garantida uma pensão vitalícia correspondente a 70% do montante das antigas rendas, até ao limite máximo de 10.000\$00, que correspondia ao vencimento máximo fixado para os quadros superiores das empresas”<sup>74</sup>.

Em Portugal, no ano 1974, após a Revolução de 25 de Abril, situação similar ocorre com a nacionalização<sup>75</sup> dos bancos emissores, nomeadamente o Banco de Portugal, o BNU e o Banco de Angola. A nacionalização abrangeu também o ramo das seguradoras e das principais empresas nacionais. A justificativa do Conselho da Revolução era a necessidade de tomar o controlo efectivo do poder económico pelo Estado, eliminando desta forma os perigos para os superiores interesses da Revolução, sendo a outra justificação a de instituir uma política económica ao serviço dos trabalhadores.

---

<sup>73</sup> Newitt, Malyn. **História de Moçambique**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1977. p. 474.

<sup>74</sup> Rita-Ferreira, A. **Moçambique post-25 de Abril: causas do êxodo da população de origem europeia e asiática**. In “Moçambique: cultura e história de um país”. Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1988. p. 153.

<sup>75</sup> Decreto-Lei 132-A/75, de 14 de Março.

Segundo Garcia da Rosa, o que se pretendia com este processo era “por um lado, eliminar o poder dos grandes grupos económicos que se consideravam um factor de perigo para a Revolução levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) pois eles tinham constituído a base económica de apoio ao fascismo português e, por outro lado, colocar na mão do Estado as empresas estratégicas que permitissem a recuperação económica e um desenvolvimento sustentado, equilibrado e independente”<sup>76</sup>.

O processo de (re)privatizações teve início com a revisão constitucional de 1982 através da alteração da Lei 46/77, de 8 de Julho sobre a delimitação dos sectores estratégicos da economia. Pela lei 11/83 de 16 de Agosto, foi aberta à iniciativa privada o exercício das actividades bancárias e seguradoras. Mais tarde, pela Lei 84/88, de 20 de Julho, autorizou-se a transformação das empresas públicas em sociedades anónimas de capitais públicos ou de maioria de capitais públicos, o que permitiu a formação dos actuais grandes grupos económicos à semelhança dos existentes até 1974.

René Backmann, da *Le Nouvel Observateur*, num artigo com título *Moçambique ‘apertado’ entre a revolução e a África do Sul* entende que “não é fácil ser uma «testa de ponte da revolução africana» e, simultaneamente, viver na dependência económica da África do Sul. Diz que esta convivência era possível graças à política de relações de boa vizinhança, como dizem os tratados internacionais, no respeito mútuo, na igualdade, na não ingerência recíproca e nos benefícios comuns”<sup>77</sup>. Esta dependência, agravada pela partida da maioria dos portugueses que viviam em Moçambique, entre os quais quase todos os quadros da indústria, do comércio e da administração, e também pela saída em massa de capitais, explica a gravidade da situação económica moçambicana, a desorganização das redes de transporte e de distribuição de produtos alimentares, a quase paralisação do sector da construção civil, a baixa da actividade dos portos e a queda da produção da maior parte das fábricas ainda em funcionamento.

Numa tentativa de reatar a cooperação entre os dois países após o abandono das negociações em Junho de 1975, o Secretário de Estado da Cooperação de Portugal, Gomes Mota, visitou Moçambique em Março de 1976<sup>78</sup> onde foi recebido por Samora Machel. Acerca das conversações, Mário Machungo, chefe da delegação moçambicana,

---

<sup>76</sup> Garcia da Rosa, Eugénio Óscar. **Os Grupos Económicos e o Desenvolvimento em Portugal no Contexto da Globalização**. Lisboa: Edição do Autor, 2016. 416p. Tese submetida para a obtenção do grau de doutor no ISEG em 2012.

<sup>77</sup> *O Jornal*, Ano II, Nº 97, 4 de Março de 1977.

<sup>78</sup> *O Jornal*, Ano I, Nº 46, 12 de Março de 1976.

ao analisar a situação actual em Moçambique e concretamente no que respeita às nacionalizações, defendeu ser uma medida tendente à dignificação da saúde, do ensino e dos esforços desencadeados pela população moçambicana para a consolidação da independência. Num gesto descrito pelo *O Jornal*<sup>79</sup> como demonstração de boa vontade de Samora Machel em relação às conversações em curso, foram libertados 28 portugueses que se encontravam detidos em Moçambique (alguns deles à chegada a Lisboa, declararam a sua participação nos acontecimentos de 7 de Setembro)<sup>80</sup>.

Ainda sobre o período logo a seguir à independência, Anabela Carvalho salienta que “a profunda crise económica que se abate sobre o país na sequência da herança colonial e do encerramento da fronteira com a Rodésia, assim como a restrição imposta pela África do Sul à contratação de mão-de-obra moçambicana para as minas de ouro, justifica a realização do III Congresso da Frelimo, em Fevereiro de 1977. A definição do modelo pelo qual se haverá de construir a ‘nova sociedade moçambicana’, tema central do congresso implica dois tipos de reflexões: uma de natureza político-ideológica, discute o estatuto da Frelimo quanto à sua possibilidade de se manter como movimento ou de se transformar em partido político; outra, de natureza sócio-económica, deverá reflectir, em função do modelo de desenvolvimento adoptado, as principais linhas de orientação da política económica”<sup>81</sup>.

Na vertente política, adoptou-se um modelo de sociedade socialista de inspiração soviética que determinou a transformação da Frelimo em partido único, ideologicamente marxista-leninista, que se constituiu como elemento central do novo regime moçambicano e em relação ao qual se subordinariam todos os órgãos da soberania nacional.

Do ponto de vista da política económica, ainda na análise de Anabela Carvalho, e de acordo com as directrizes económicas e sociais aprovadas no III Congresso, a estratégia económica deveria conduzir, numa primeira fase, a um desenvolvimento industrial centrado na indústria ligeira em articulação com o desenvolvimento agrícola, de modo a, por um lado, satisfazer as necessidades básicas da população e, por outro

---

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> Tomada da Rádio Clube de Moçambique por cidadãos portugueses em protesto à assinatura do Acordo de Lusaka.

<sup>81</sup> Carvalho, Anabela Soriano. **Estratégias e Práticas Económicas do Empresariado Islâmico de Origem Indiana em Moçambique (1975-1987)**. In Estudos de Desenvolvimento, África em Transição, Anuário do CESA/ISEG, Editora TRINOVA, 2000. p. 93.

lado, promover a produção das culturas de exportação. Num segundo momento, ter-se-ia como objectivo o desenvolvimento de uma indústria pesada e de um sector estatal agrário forte que contribuisse para a modernização do país e para a autonomia económico-social. O desenvolvimento deste modelo baseava-se no pressuposto de um aumento das receitas das culturas de exportação e de um reforço das relações com os países que apoiavam o esforço de investimento, ou seja, os países do Leste Europeu.

Sendo que o principal instrumento para a concretização destes objectivos era o sistema de planificação, tornava-se necessária a criação de uma estrutura central forte e a reformulação dos princípios reguladores da actividade económica. Neste sentido, em 1977, são nacionalizados os sectores da banca, dos seguros e dos petróleos.

No concernente à área de Finanças, Banca e Seguros, tais directivas económicas e sociais aprovadas no congresso, preconizam: O uso dos recursos financeiros de modo a atingir os objectivos da política económica do país e garantir a defesa da Independência Nacional e das conquistas da Revolução. Assim, os recursos financeiros devem ser prioritariamente afectos à agricultura, indústria, comércio e transportes, tendo em vista a satisfação das necessidades fundamentais das classes trabalhadoras e a defesa e segurança nacional<sup>82</sup>.

A materialização desta política financeira obriga a urgente organização do aparelho do Estado ao nível das finanças e a criação de um novo sistema financeiro, simbolizado pela nacionalização do BPSM e do BFN integrados no Banco de Moçambique, pela criação do Banco Popular de Desenvolvimento (BPD) que incorpora o agora extinto Instituto de Crédito de Moçambique (ICM) e a manutenção do Banco Standard Totta de Moçambique (BSTM), sendo este último o único banco comercial privado sediado em Moçambique.

### **1.3 A independência de Moçambique e a criação do Banco de Moçambique**

O Banco de Moçambique (BM) foi criado<sup>83</sup> no espírito do acordo sobre a independência de Moçambique, designado por Acordos de Lusaka<sup>84</sup>, que de entre as

---

<sup>82</sup> Centro de Intervenção para a Democracia Amílcar Cabral (CIDAC), Cota MZ-Pol III- 1.

<sup>83</sup> Através do Decreto nº 2/75, de 17 de Maio.

várias matérias, previa que seria criado, em Moçambique, um Banco Central, com o objectivo de assegurar ao Governo de Transição meios de realizar uma política financeira independente que teria funções de Banco Emissor, sendo que para tal, o Estado Português comprometia-se a transferir para aquele Banco as atribuições, o activo e o passivo do departamento de Moçambique do Banco Nacional Ultramarino.

No que se refere às questões monetárias, o Decreto nº 13/75, de 21 de Junho, determinava que continuam a ter curso legal em Moçambique e poder liberatório pleno as notas de emissão do BNU, bem como a moeda divisionária em circulação, até que de outro modo seja decidido pelo Governo da República Popular de Moçambique. No entanto, o mesmo decreto extingue o Fundo Cambial, cujas atribuições passam para o BM. A 24 de Julho de 1976, ainda no âmbito da transferência do Departamento do BNU para o BM, à luz da respectiva escritura celebrada a 23 de Junho de 1975, o grupo misto de trabalho<sup>85</sup> concluiu a análise das contas, a sua compensação e a verificação dos valores activos e passivos que integravam o património do departamento transferido, tendo relatado não terem sido encontrados actos ou operações intencionalmente lesivas do património daquele departamento.

Na visão de Adrião Rodrigues, então Vice-Governador do Banco de Moçambique, o acordo firmado para a transferência do departamento do BNU e criação do banco central moçambicano tinha sido vantajoso; porém os problemas ocorreram com a integração dos trabalhadores portugueses do BNU, uma vez que a solução encontrada, da não integração automática dos trabalhadores do agora ex-BNU no BM mas sim a celebração de contratos com estes como Cooperantes, provocou o êxodo de técnicos qualificados para Portugal:

“No dia 25 de Junho de 1975 era a independência de Moçambique e o primeiro dia do Banco de Moçambique (BM), enquanto banco central. Tinha-se feito um óptimo acordo e Moçambique recebia o activo e passivo do BNU no território da antiga colónia. Mas, no início, as coisas não começaram tão bem, porque a delegação do BNU vinha com a peregrina ideia que os trabalhadores do banco em Moçambique se transferiam para o BM e se desvinculavam do BNU. Um tal sistema, num período

---

<sup>84</sup> Foi assinado entre o Governo Português e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) a 7 de Setembro de 1974 em Lusaka na Zâmbia.

<sup>85</sup> Constituído por representantes do BM (Álvaro A. Fornazini e Natália J.C. Leão) e do BNU (Mário G. Peres da Silva, Guilherme M. Nunes Calado e José A. Figueira Guerreiro).



conturbado como aquele, em que as pessoas tinham escolhas gravíssimas a fazer, quer quanto à nacionalidade quer quanto a continuarem a viver em Moçambique, determinaria o êxodo dos funcionários do banco, a começar pelos mais qualificados; além do que era uma violência pouco democrática transferir o pessoal, sem a sua anuência”<sup>86</sup>.

A solução para o problema a cima referido foi rubricar um acordo de cooperação entre o BM e o BNU para que os trabalhadores que mostrassem vontade de permanecer em Moçambique pudessem ser integrados como cooperantes e no seu regresso a Portugal ser-lhes-ia garantida a integração no BNU<sup>87</sup>. Este acordo foi conseguido com intervenção directa do presidente Samora Machel e do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, conforme narra Adrião Rodrigues:

“Assim, rapidamente, eu, o Dr. Pereira Leite e o governador do BM, Dr. Alberto Cassimo definimos uma contraproposta que o Cassimo verbalizou no dia seguinte: não queríamos ninguém obrigado no BM; queríamos um acordo de cooperação, pelo qual o pessoal, que não quisesse integrar-se no BM, ficaria a prestar serviço por tempo determinado, findo o qual teria direito a ingressar nos quadros do BNU, em Portugal. Diga-se, em abono da verdade, que muitos dos elementos da delegação do BNU apoiaram a nossa posição e no-lo fizeram saber.

Acontece que um auto intitulado delegado sindical do BNU, integrado na sua delegação, veio ter comigo e me interpelou dizendo: “Como é que, você, um democrata<sup>88</sup>, se põe a defender colonos exploradores? “ Olhei o homenzinho com algum desprezo e perguntei-lhe: -“ Quantos são os trabalhadores do BNU, em Portugal?”. Três mil e tal, respondeu. Pois aqui, em Moçambique, são pouco mais de dois mil, respondi, e os lucros do banco são todos gerados em Moçambique. Já vê que a contabilidade de quem explora quem não pode ser feita com a simplicidade do seu raciocínio! O homem calou-se, mas o problema continuava, porque a delegação do BNU insistia na sua posição.

Decidimos pôr o presidente Samora Machel ao corrente da situação e fazer-lhe ver que assim não teria um banco central mas uma manta de retalhos. O pessoal do banco era extremamente competente, mas não tinha experiência do exercício das funções de banco central, porque as que o BNU podia exercer, não o fazia pela delegação de Moçambique, mas pela sede, em Lisboa, ou Moçambique não fosse uma colónia. Todavia tínhamos a certeza que, com aquele pessoal, mobilizado e competente, facilmente colmataríamos quaisquer dificuldades que surgissem. Por outro lado o pessoal tinha-nos feito saber que estava connosco e apoiava a nossa posição. Tudo isto, o Cassimo e o Pereira Leite expuseram ao presidente que rapidamente percebeu a situação e

---

<sup>86</sup> In <http://spesgaudium.blogspot.pt/>, O Primeiro Dia, Texto publicado a 03 de Nov. de 2010.

<sup>87</sup> Decreto-lei 23/75, de 22 de Agosto.

<sup>88</sup> Adrião Rodrigues integrava o grupo de portugueses designados por “Democratas de Moçambique” que apoiavam a independência.

prometeu resolvê-la; ele considerava fundamental ter um banco central a funcionar bem e, tanto quanto possível, com a prata da casa. Por isso, no dia seguinte, telefonou ao PM de Portugal, Vasco Gonçalves, e, dois dias depois, a delegação do BNU estava a negociar o acordo de cooperação. Este acordo possibilitou que Moçambique tivesse um banco central forte e eficiente que não só permitiu ultrapassar as grandes dificuldades de uma independência obtida em condições económicas difíceis como desenvolver outros laços de cooperação com Portugal, como adiante veremos. Por outro lado o pessoal ficou mobilizado com a nossa atitude e viu que podia confiar no futuro governo do BM”<sup>89</sup>.

Jorge Sampaio<sup>90</sup>, sobre o mesmo assunto dá-nos esta versão: “Estava-se numa fase de debandada dos brancos. O acordo feito com a Frelimo previa um esquema de regresso do pessoal do BNU a Portugal. Houve então uma reunião com os funcionários na sede do BNU. O Chefe da delegação da Frelimo subiu ao balcão, donde falou e foi aplaudido. Eu também subi, mas quando começaram a perceber que o acordo não lhes era muito favorável, fui vaiado. Foi a única vez na minha vida que fui vaiado!”<sup>91</sup>

Sobre a reestruturação da banca, havida logo após a independência, Adrião Rodrigues, diz que a estratégica de manter a função emissora e comercial no Banco de Moçambique era a visão de Samora Machel embora algumas correntes na Frelimo e influenciadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) advogassem a separação com a criação de um banco exclusivamente comercial<sup>92</sup>. “Mas a clarividência de Samora Machel, a quem tive ocasião de expor a minha opinião e que não morria de amores pelas opiniões do FMI, abortou a tentativa dando uma resposta negativa à proposta. Tudo isto, veio a propósito da organização da banca, em Moçambique que, como sempre, da parte do governo, passava por uma nacionalização total”<sup>93</sup>.

A opinião acima exposta também foi reforçada por Joaquim de Carvalho, em entrevista aquando da segunda ronda de negociações no Guincho, afirma que a nacionalização da banca em Portugal pode facilitar a transferência do BNU mas descarta a separação da função comercial da função emissora dado o peso que este banco tem para a economia de Moçambique<sup>94</sup>.

---

<sup>89</sup> In <http://spesgaudium.blogspot.pt/>, O Primeiro Dia, Texto publicado a 03 de Nov. de 2010.

<sup>90</sup> Nesta altura das negociações ocupava o cargo de Secretário de Estado da Cooperação Externa do IV Governo provisório.

<sup>91</sup> Castanheira, José Pedro. **Jorge Sampaio: uma biografia**: Volume I-História de uma geração. 2.ed. Porto: Porto Editora, 2012. p. 603.

<sup>92</sup> O que viria a suceder mais tarde com a criação do ex- Banco Comercial de Moçambique (BCM).

<sup>93</sup> In <http://spesgaudium.blogspot.pt/>, O Primeiro Dia, Texto publicado a 03 de Nov. de 2010.

<sup>94</sup> *Expresso*, Nº 113, 1 de Março de 1975, p. 01.

A decisão da nacionalização e integração da banca colonial é explicada por Adrião Rodrigues pelas seguintes razões:

“Ouvido o BM, explicámos que os dois principais bancos, o Montepio de Moçambique e o Instituto de Crédito já eram controlados pelo estado, bem como o BM; os outros eram, todos, delegações de bancos portugueses e um de Angola, já independente mas num caos. O único com sede em Moçambique era o Standard-Totta, totalmente privado. Não tínhamos qualquer interesse em nacionalizar delegações, cujas actividades estavam perfeitamente controladas e só iríamos receber paredes e mobiliário, além de abrímos um contencioso com Portugal e Angola. Quanto ao Standard Totta era um pequeno banco, bem administrado e moçambicano, pelo que não o nacionalizar seria uma prova de que Moçambique estava aberto ao investimento privado e estrangeiro”<sup>95</sup>.

O Banco de Moçambique iniciou a sua actividade de banco central com cerca de 150.000 contos de disponibilidades externas<sup>96</sup>. Porém, passado algum tempo a situação melhorou e o BM dispunha de cerca de 20 toneladas de ouro fruto do “pagamento diferido” com a África do Sul e também da compra de ouro junto de garimpeiros, em reservas, e de cerca de um milhão de contos em divisas fortes (US dólares, marcos e francos suíços). O ouro encontrava-se em bancos estrangeiros e as divisas aplicadas externamente, mas na casa forte havia cerca de 200.000 contos em divisas fortes, uma grande quantidade de randes sul-africanos e uma tonelada de ouro.

No que diz respeito às funções do Banco de Moçambique, a Lei Orgânica estabelece que, “o BM é uma pessoa colectiva de direito público, dotado de autonomia administrativa e financeira, com natureza de empresa pública e que tem por objecto o exercício das funções de emissor, central, de caixa de tesouro e comercial”<sup>97</sup>. Como Banco Central, o BM é o banqueiro do Estado, consultor do governo no domínio financeiro, orientador e controlador da política monetária e do crédito, responsável pela gestão das disponibilidades externas no País e intermediário nas relações monetárias internacionais; supervisiona as outras instituições de crédito: impõe limitações sobre a expansão do crédito, fixa as taxas de juro e outras.

---

<sup>95</sup> In <http://spesgaudium.blogspot.pt/>, O Primeiro Dia, Texto publicado a 03 de Nov. de 2010.

<sup>96</sup> Idem

<sup>97</sup> Moçambique. Lei nº 1/92. De 3 de Janeiro. Lei orgânica do Banco de Moçambique.

No exercício destas funções o BM subordina sempre a sua actuação à política económica definida pelo governo, com quem mantém para o efeito estreitos contactos. Como Banco Comercial, “o BM controla e executa a política de crédito de acordo com os objectivos da política económica do Governo, assegurando o equilíbrio empresarial e de outros agentes económicos”.

A Lei nº 1/92, de 3 de Janeiro<sup>98</sup>, que consagra a separação de funções de banco central e banco comercial<sup>99</sup>, define a natureza, os objectivos e funções do BM, confere a instituição, entre outras, as funções de orientador e controlador da política monetária e de autoridade cambial da República de Moçambique, e o mandato para accionar os mecanismos de política ao seu dispor, para garantir o alcance dos objectivos que lhe são adstritos.

---

<sup>98</sup> Que revoga o Decreto nº 2/75, de 17 de Maio.

<sup>99</sup> Daria lugar desta forma à criação do ex-Banco Comercial de Moçambique.

## CAPÍTULO II: NEGOCIAÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS ENTRE GOVERNO PORTUGUÊS E A FRELIMO

As negociações económicas e financeiras são fruto do Acordo de Lusaka assinado a 7 de Setembro de 1974<sup>100</sup> entre o Estado português e a Frelimo. Esse acordo determina um cessar-fogo em Moçambique, confere base legal à independência de Moçambique (prevista para 25 de Junho de 1975), prevendo ainda a criação de um Governo provisório de transição, chefiado por um alto-comissário português, a partir de 17 de Setembro de 1974.

Almeida Santos, à data ministro da Coordenação Interterritorial, emite, nas suas memórias, a opinião de que “o acordo a que chegámos, e localmente assinámos foi o que a situação em Portugal, em Moçambique na frente militar, por um lado, permitiu e, por outro, exigiu que fosse”<sup>101</sup>. E acrescenta que “a paz só foi possível quando a lei 7/74, de 27 de Julho, veio permitir que a descolonização se fizesse por negociação directa com os movimentos de libertação, logo com preterição da via-sacra política e democrática prevista no Programa do Movimento das Forças Armadas suprimindo desta forma a necessidade de consultas ou referendos às populações das colónias assim como dependente da eleição de uma Assembleia Constituinte em Portugal”<sup>102</sup>.

O historiador MacQueen indica que as primeiras negociações deram-se de forma secreta, com a viagem de Melo Antunes a Dar-Es-Salam, onde se reúne com a Frelimo entre os dias 30 de Julho a 2 de Agosto aí se estabelecendo as bases do futuro acordo de Lusaka: independência sem referendo prévio; transferência do poder para a Frelimo depois de um período de transição; e reconhecimento da Frelimo como único interlocutor e representante do povo moçambicano<sup>103</sup>.

Na sua explanação, MacQueen, afirma que duas semanas depois, as negociações prosseguiram em Dar-es-Salam com a delegação portuguesa para além de Melo Antunes, composta também por Mário Soares e Almeida Santos. Deste encontro acertaram-se os pormenores do cessar-fogo, a composição do governo de transição e o

---

<sup>100</sup> Ratificado pelo Presidente da República portuguesa, António de Spínola, a 8 e publicado a 9 de Setembro.

<sup>101</sup> Santos, António de Almeida, **Quase Memórias: II Volume-** As questões da transição à independência de Moçambique e outros territórios. Lisboa: Casa das Letras, 2006. p. 88.

<sup>102</sup> Idem, p. 453.

<sup>103</sup> MacQueen, Norrie. **A Descolonização da África Portuguesa: A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império.** Mem Martins: Editorial Inquérito, 1988. pp. 179-180.

relacionamento com o Respectivo Alto-Comissário. Havia também questões relativas ao acordo de longo prazo que poderiam impedir um acordo rápido e que foram deixadas para posterior resolução, mas que acabaram por envenenar as relações entre os dois países depois da independência. Entre essas questões contavam-se a definição das garantias e dos direitos de propriedade e de segurança dos cidadãos portugueses que desejassem ficar em Moçambique depois da independência, bem como a repartição das responsabilidades financeiras entre Portugal e o novo Estado.

Mário Soares, acerca da deslocação a Dar-Es-Salam em agosto de 1974 com os ministros Melo Antunes (Sem Pasta) e Almeida Santos (Coordenação Interterritorial) diz que entre ele e Melo Antunes subsistiam diferentes estratégias na forma de abordar a questão da descolonização. Melo Antunes defendia um acordo político imediato para a independência com o reconhecimento da Frelimo como representante legítimo do povo moçambique enquanto Soares advogaria a ideia de um acordo imediato de cessar-fogo seguido de negociação para a auto-determinação dos territórios coloniais com envolvimento de outros movimentos, como o GUMO, o FICO, etc<sup>104</sup>.

A reunião havida em Lusaka<sup>105</sup> no início de Junho de 1974, que terminou com o célebre abraço<sup>106</sup> entre Mário Soares e Samora Machel, não alcançou o acordo desejado no entender de Melo Antunes, porque Portugal exigia um cessar-fogo imediato e, por sua vez, a Frelimo exigia o reconhecimento do direito do povo moçambicano à independência total e completa; exigia a aceitação do princípio da transferência da soberania exercida por Portugal às instituições representativas do povo moçambicano, isto é, à Frelimo; e ainda o reconhecimento da Frelimo como legítimo representante do povo moçambicano.

Um dos primeiros resultados práticos da publicação da Lei 7/74 é o desencadeamento do processo negocial relativo a Moçambique, onde, a 1 de Agosto, o cessar-fogo estende-se às diversas frentes. A resposta do MFA à situação concreta em que se deparava em Moçambique, “passa mais uma vez por uma diplomacia paralela

---

<sup>104</sup> Rezola, Maria Inácia. **Melo Antunes: uma biografia política**. Lisboa: Âncora Editora, 2012. p. 311.

<sup>105</sup> A delegação portuguesa era liderada por Mário Soares, e faziam parte Almeida Santos, Nuno Lousada (do MFA local), Otelo Saraiva de Carvalho e Manuel Sá Machado.

<sup>106</sup> Mário Soares defende que o abraço com Samora Machel não enfraqueceu a capacidade negocial de Portugal, antes representou fraternidade e vontade de paz entre dois povos que tinham lutado, cada um a seu modo, contra o fascismo e o colonialismo das ditaduras de Salazar e Caetano (Avillez, p. 308).

entregue a Melo Antunes, que utiliza como intermediários os países africanos vizinhos” como ilustra o encontro havido na Tanzânia em Junho de 1974 com os dirigentes na Frelimo<sup>107</sup>. Sobre esta tese, Melo Antunes, embora reconheça que o referido encontro tenha sido fundamental para o estabelecimento de uma plataforma de entendimento com a Frelimo, refere que a decisão para que participasse nessas conversações teve a “concordância de Spínola, Costa Gomes, Vasco Gonçalves, Mário Soares e Almeida Santos”<sup>108</sup>.

Dada a situação militar vivida no interior de Moçambique (rendição do quartel de Omar, em condições tidas como humilhantes para a tropa portuguesa), a delegação de Melo Antunes ficou com pouco espaço de manobra negocial tendo chegado ao entendimento para se “elaborar um documento sobre os conceitos básicos e as linhas mestras do acordo a negociar, formalmente, caso Portugal concordasse em que este documento era uma base de partida aceitável para a continuação do diálogo”<sup>109</sup>. Por seu turno, Almeida Santos acredita que, neste encontro, Melo Antunes encontrou a chave da descolonização: “dar primazia ao político sobre o técnico, militar, financeiro ou jurídico”<sup>110</sup>.

As negociações económicas e financeiras entre Portugal e a Frelimo que aconteceram antes da independência conheceram quatro fases: a primeira, no Maputo, em Janeiro de 1975; a segunda, no Guincho, em Fevereiro/Março seguinte; a terceira, no Maputo, em Abril e a quarta, também, no Maputo, em Junho, também de 1975.

Estas negociações tiveram a colaboração dos chamados “Democratas de Moçambique” que era um grupo de cidadãos de origem portuguesa, na sua maioria advogados, que eram favoráveis à independência, alguns dos quais viriam a ocupar cargos de relevo no futuro governo, como seriam os casos de Carlos Adrião Rodrigues, Vice-Governador do Banco de Moçambique e Rui Baltazar Alves, sucessivamente ministro da Justiça, das Finanças e recentemente Presidente do Conselho Constitucional.

---

<sup>107</sup> Telo, António José. **História Contemporânea de Portugal**. Barcarena: Presença, 2007. Vol. II, p. 176.

<sup>108</sup> Depoimento do tenente-coronel Melo Antunes nos Estudos Gerais da Arrábida, “A Descolonização Portuguesa” (30 de Agosto de 1996).

<sup>109</sup> Entrevista de Melo Antunes ao *Expresso*, 17 de Fevereiro de 1979.

<sup>110</sup> Santos, António de Almeida. **Quase Memórias**, II Volume- As questões da transição à independência de Moçambique e outros territórios. Lisboa: Casa das Letras, 2006. p.82.

Sobre este grupo, o general Sousa Meneses, num depoimento dado em 1996, é da opinião que “os chamados «Democratas de Moçambique» ou melhor dizendo, os brancos que com algum poder, dinheiro, inteligência e algum poder social, e que eram contra o regime antes do 25 de Abril, repartiam-se por um ou por outro lado, mas mais para o lado da Frelimo, na esperança de salvar as respectivas posições e interesses. Alguns conseguiram, a golpes de habilidades e de influência, ser ouvidos”<sup>111</sup>.

Para o prosseguimento das negociações no domínio económico-financeiro, foi criada a nível dos dois interlocutores, o que se designou por “Comissão de Cúpula”, que tinha por missão coordenar as actividades das diversas comissões que seriam criadas para negociar matérias de especialidade. Do lado da FRELIMO, em carta<sup>112</sup> ao governo português, indigitou-se para fazer parte da referida comissão, Joaquim de Carvalho, Alberto Cassimo, Mário Machungo, Carlos Adrião Rodrigues, Eneias Comiche e António Pereira Leite. Por sua vez, o Ministro das Finanças Silva Lopes, em carta-resposta ao Alto-Comissário em Moçambique, aceita a formação das comissões com a Frelimo. Da parte portuguesa foram indicados: António Martins (Barragem de Sines), Oliveira Marques (BNU), Walter Marques (BdP), Freitas Mota (Min. Economia), Fernando Reino (Comissão da Descolonização), Emílio Simões de Abreu (Ministério Da Coordenação Interterritorial), José Falcão e Cunha (GPZ), Galvão Teles (Ministério das Finanças) e Vicente de Carvalho (Ministério das Finanças).

As sessões negociais tiveram, sempre, a seguinte divisão de trabalho: uma Comissão A, que se ocupou das questões relacionadas com a transferência do BNU e ainda das ligadas ao Banco de Fomento Nacional e a Sociedade Financeira Portuguesa e, bem assim, a outros interesses empresariais; a Comissão B tratou do Sistema monetário da Zona do Escudo e esquema de regularização de créditos e débito do Fundo Monetário desta zona, situação dos créditos de residentes em Portugal ainda não expressos em escudos portugueses, empréstimos, avales e garantias do Estado Português, tratamentos de situações de antigos residentes em Moçambique agora domiciliados em Portugal, quanto aos valores mobiliários e imobiliários que ali possuam e aos respectivos rendimentos; a comissão C abordou problemas gerais da

---

<sup>111</sup> **A Descolonização Portuguesa:** Painel dedicado a Moçambique (29 de Agosto de 1996): Depoimentos do Almirante Vasco de Almeida e Costa, General Sousa Meneses e Almirante Vítor Crespo. In “Estudos Gerais da Arrábida”, p. 36.

<sup>112</sup> Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota PT/ACMF7GMF/24/24.0.1.



cooperação e dupla tributação; e a Comissão D tratou de Cahora Bassa, situação do Gabinete do Plano do Zambeze (GPZ), da Sociedade Hidroeléctrica do Revué e da Sonefe.

De 20 a 27 de Janeiro de 1975, decorre a primeira fase das conversações entre as delegações da Frelimo<sup>113</sup> e portuguesa<sup>114</sup>, com o objectivo de estabelecerem os primeiros acordos entre os dois países nos sectores económico e financeiro, conforme o estipulado nos pontos 13º e 16º dos Acordos de Lusaka, cláusulas que impõem o compromisso de estabelecer e desenvolver laços de cooperação entre os povos de Moçambique e Portugal, numa nova base de independência e respeito mútuo, e a criação em Moçambique de um Banco Central e emissor.

Nesta ronda, segundo Joaquim de Carvalho<sup>115</sup>, as questões respeitantes à transferência do BNU e da garantia do empreendimento de Cabora Bassa foram tratadas de forma pacífica. O que acarretou acesa discussão foi a apresentação pela parte portuguesa do “contencioso económico-financeiro” que resultava das dívidas de financiamentos da Metrópole para investimentos na colónia. Joaquim de Carvalhodiz que a primeira vez que a Frelimo tomou conhecimento da difícil situação económica e financeira caracterizada pela escassez de divisas foi através dos membros do Governo Provisório de Moçambique<sup>116</sup> os doutores Mascarenhas Gaivão e Abdool Karim Vakil<sup>117</sup>.

Diante dos impasses verificados nesta primeira ronda de negociação, Machel, entende que “com a assinatura dos Acordos de Lusaka, o essencial das questões políticas entre os nossos países fora resolvido. Restavam questões de pormenor e questões económicas a solucionar” e sublinha que, “a pilhagem das nossas riquezas, a exploração brutal dos nossos trabalhadores, a venda de mão-de-obra para o estrangeiro,

---

<sup>113</sup> Chefiada por Joaquim de Carvalho e constituída por Alberto Cassimo, António Pereira Leite, Carlos Adrião Rodrigues, Rui Baltazar Alves, Mário da Graça Machungo e Eneas da Conceição Comiche.

<sup>114</sup> Chefiada por António da Silva Martins e constituída por Oliveira Marques, Vicente de Carvalho, Jorge Sampaio, José Falcão e Cunha, José Joaquim Fragoso, José Manuel Galvão Teles, Freitas Mota, Walter Marques e Fernando Reino.

<sup>115</sup> Membro da delegação moçambicana.

<sup>116</sup> O que se seguiu ao 25 de Abril de 1974.

<sup>117</sup> Carvalho Joaquim Ribeiro de. **Criação do Banco de Moçambique: dos Acordos de Lusaka (7/9/1974) à publicação no Boletim Oficial (17/05/1975)**. In: BANCO DE MOÇAMBIQUE. Histórias vividas, 1975-2010: depoimentos. Maputo: Banco de Moçambique, 2012 p.37.

tudo isto permitiu que Portugal acumulasse enormes reservas financeiras, que grandes fortunas se tivessem edificado em Portugal”<sup>118</sup>.

Mais adiante, salienta que, generosa e unilateralmente, a Frelimo contentou-se em centrar as discussões sobre as principais reivindicações seguintes: transferência para Moçambique do departamento moçambicano do Banco Nacional Ultramarino e das reservas; transferência para Moçambique do Banco de Fomento Nacional; transferência da Barragem de Cahora Bassa<sup>119</sup>.

Ainda na mesma carta, alude-se ao que Portugal exigia: o pagamento de 16 milhões de contos de dívidas, que seriam devidas por Moçambique ao governo português por obras feitas pelo regime colonial em benefício do povo moçambicano; a transferência onerosa do departamento moçambicano do BNU, do Banco de Fomento e de outras instituições; o usufruto de Cahora Bassa por Portugal com o objectivo de amortizar dívidas portuguesas<sup>120</sup>.

Nesta primeira ronda negocial foram abordadas questões relativas à transferência para Moçambique do BNU, do Banco de Fomento Nacional (BFN), do Gabinete do Plano do Zambeze (GPZ), da Sociedade Financeira Portuguesa (SFP), do Fundo Monetário da Zona do Escudo, dos débitos e créditos de Moçambique e Portugal, relações comerciais e da Barragem de Cahora Bassa.

A Sociedade Financeira Portuguesa (SFP) foi criada como sociedade anónima e segundo seus estatutos tinha “por objectivo o estudo, a promoção e a prática de quaisquer operações financeiras e de investimento, nomeadamente daquelas que envolvam relações com o estrangeiro e das referentes a títulos ou outros valores e participações”<sup>121</sup>. É neste propósito que participa da mobilização de financiamentos para a construção da barragem de Cahora Bassa e de outros investimentos em África. Da sua estrutura accionista, o Estado era detentor de 55% e os restantes 45% eram de investimentos privados de bancos<sup>122</sup>, seguradoras e outras instituições de créditos.

---

<sup>118</sup> Em carta de Samora Machel dirigida a Vasco Gonçalves, então primeiro-ministro do governo de Portugal, sobre o Contencioso Económico-Financeiro (ponto 3.1 e 3.10 da carta) publicada em *O Jornal* a 12 de Abril de 1979.

<sup>119</sup> Ponto 3.10 da referida carta de Machel.

<sup>120</sup> Ponto 5.1.

<sup>121</sup> Decreto-Lei n.º 49.273, de 27 de Setembro de 1969.

<sup>122</sup> De que se incluem a Caixa Geral de Depósitos e o Banco de Fomento Nacional.

A SFP antevendo o impacto financeiro do processo da descolonização, num documento<sup>123</sup> elaborado a 27 de Dezembro de 1974 com o título *A Descolonização e a Sociedade Financeira Portuguesa*, dirigido ao Ministro das Finanças, refere-se aos efeitos da descolonização em curso sobre a SFP. Aponta as dívidas contraídas junto dos bancos para o financiamento da HCB: os empréstimos foram contraídos junto do Tesouro metropolitano, da CGD, do Instituto de Crédito de Moçambique, BNU, BCCI, Banco Comercial de Angola e Banco Standard Totta e como solução propõe:

- a) Que seja a Fazenda Nacional a disponibilizar os fundos para pagamento da referida dívida.
- b) Novo empréstimo do BNU, em moeda moçambicana ou prorrogação sucessiva dos empréstimos em vigor.
- c) Empréstimo junto à TAP e a CTM (Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos).

Em jeito de conclusão, a SFP considera que “Quanto aos problemas a médio prazo a que a próxima independência de Moçambique pode dar origem relativamente à intervenção da SFP no pagamento das despesas decorrentes da execução do empreendimento de Cahora Bassa, serão eles função da interpretação e aplicação que vier a ser dada ao Acordo de Lusaca, em especial ao seu nº 14”<sup>124</sup>.

A partir de 22 de Fevereiro de 1975, realiza-se a segunda fase das conversações de carácter económico-financeiro com Portugal, tendo como agenda, para além do debatido na primeira fase, problemas de cooperação técnica, jurídica e jurisdicional<sup>125</sup>.

Aquando da segunda fase de negociações<sup>126</sup> foram estudados os critérios a adoptar na eventual transferência do Departamento do Banco de Fomento Nacional em Moçambique, tendo sido decidido nomear um grupo de trabalho<sup>127</sup> para aprofundar a

---

<sup>123</sup> Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota PT/ACMF7GMF/24/24.0.1- Cooperação com Moçambique.

<sup>124</sup> Cujo texto é: “A Frente de Libertação de Moçambique declara-se disposta a aceitar a responsabilidade decorrente dos compromissos financeiros assumidos pelo Estado Português em nome de Moçambique desde que tenham sido assumidos no efectivo interesse deste território”.

<sup>125</sup> *Jornal Notícias*, 22 de Fevereiro de 1975. p.1.

<sup>126</sup> Que decorreram de 22 de Fevereiro a 2 de Março de 1975, no Guincho (Cascais), em Portugal.

<sup>127</sup> Esse grupo de trabalho da parte portuguesa, integrou o Dr. Manuel Regalado e a Dra. Elsa Barradas.

análise da sua situação patrimonial e este detectou problemas com os créditos e investimentos deste banco pelo que, se propôs a rejeição das seguintes rubricas<sup>128</sup>:

- (i) Exclusão de todos os empréstimos a médio ou longo prazo, sem um plano financeiro, e daqueles que se encontravam em mora há mais de um ano<sup>129</sup>, sem um plano de reestruturação. Dentre os mutuários do BFN encontravam-se a empresa açucareira Maragra, com um peso de 56,7% da totalidade do crédito em vigor. Havia excessiva concentração do crédito em 4 mutuários, nomeadamente Maragra, Sher (Sociedade Hidroeléctrica do Revué), Soalpo (empresa têxtil sediada em Manica) e Sonefe (Sociedade Nacional de Estudos e Financiamento de Empreendimentos Ultramarinos), que eram detentoras de cerca de 85% do crédito em vigor;
- (ii) Rejeição de todas as responsabilidades (depósitos a prazo e empréstimos de instituições de crédito) respeitantes a depósitos ou empréstimos vencidos e não pagos tempestivamente;
- (iii) Condicionar a aceitação dos saldos das Contas Transitórias e de Regularização ao estudo da origem dessas contas e respectivos movimentos e definição do seu significado, bem como à introdução de correcções nos seus saldos, consoante o grau de exigibilidade.

Entre 8 e 15 de Abril de 1975, teve lugar em Maputo a terceira fase das negociações económico-financeiras visando o estabelecimento das bases de cooperação e a definição da nova política económica que, seguindo-se a descolonização de Moçambique haveria de regular as relações entre os dois povos. Estas negociações<sup>130</sup> terminaram com a assinatura de importantes protocolos de acordos<sup>131</sup> sobre as matérias de fundo de elevado significado para Moçambique e Portugal, sendo de destacar:

- Transferência para Moçambique do BNU, do BFN, dos financiamentos da Sociedade Financeira Portuguesa e efeitos em Moçambique, da nacionalização da banca e das companhias seguradoras com sede em Portugal.

---

<sup>128</sup> Comiche, Eneias da Conceição. **O Processo de Reestruturação e Integração da Banca**. In: BANCO DE MOÇAMBIQUE. Histórias vividas, 1975-2010: depoimentos. Maputo: Banco de Moçambique, 2012. p. 78.

<sup>129</sup> Reportando-se a 31 de Dezembro de 1974.

<sup>130</sup> *Jornal Notícias*, 16 Abril de 1975; p. 1.

<sup>131</sup> Acordo sobre a Transferência do BNU; Acordo sobre o empreendimento de Cahora Bassa; Acordo sobre o Gabinete do plano do Zambeze.

- Cooperação efectiva das questões económico-financeiras decorrentes da passagem de uma administração colonial para uma administração independente e soberana;
- Definição de um novo tipo de relações entre os povos português e moçambicano, num espírito de cooperação e amizade.

Na quarta ronda, no Maputo, em Junho de 1975, foi onde as divergências políticas mais se fizeram notar e porque se estava a alguns dias da data da proclamação da independência nacional, muitos acordos já consensualizados não foram ratificados. Para além da ratificação dos acordos sobre o BNU e o BFN, foram aprovados os diplomas e instrumentos a que Portugal se comprometera, designadamente a Resolução do Conselho de Ministros nº 128/75, de 4/6/1975 (nomeando Jorge Sampaio para “outorgar, em representação do Estado, na escritura da constituição” da HCB) e os decretos-lei, da mesma data, nº276-B/75, também sobre a HCB e nº276-C/75, sobre o Gabinete do Plano do Zambeze, tendo ficado adiada a assinatura do Acordo Geral de Cooperação e os acordos nos domínios jurídico-judiciário e técnico-científico. Nas intervenções a seguir consta que o recuo da Frelimo é pelo facto de entender que alguns aspectos dos acordos chocavam com os princípios revolucionários sempre por ela defendidos.

Sobre esta ronda negocial, Jorge Sampaio, relata que a Frelimo faz marcha atrás em todos os acordos<sup>132</sup>. A reunião inaugural decorre a 10 de Junho. A delegação moçambicana é chefiada, já não por Joaquim de Carvalho, mas por Mário da Graça Machungo, ministro para a Coordenação Económica do Governo de Transição, que tem ao seu lado Óscar Monteiro, membro do Comité Executivo da Frelimo. A mudança no topo da delegação frelimista não é apenas nominal. A entrada de Óscar Monteiro traz dificuldades acrescidas às negociações. Machungo tem pressa -e não sem razão: em vésperas da independência, marcada para 25 de Junho, “não podemos prolongar para além do dia 15”. Sampaio concorda: “Como vêm, os bons espíritos encontram-se”, dita para a detalhadíssima acta da reunião.

E, desta feita, entra-se num impasse negocial. Com efeito, ainda nas palavras de Sampaio, a Frelimo colhe inteiramente de surpresa a contraparte ao propor a revisão de

---

<sup>132</sup> Castanheira, José Pedro. **Jorge Sampaio: uma biografia**: Volume I- História de uma geração. 2.ed. Porto: Porto Editora, 2012. pp. 604-605.

quase todos os protocolos e acordos rubricados nas rondas anteriores. Mário Machungo justifica-se: alguns protocolos “não poderiam ser ratificados pela Frelimo sem serem sujeitos a uma revisão (...). Necessitam de uma análise mais profunda, porque em alguns aspectos não se coadunam com os princípios políticos que são os princípios revolucionários pelos quais nos batemos”. Ao seu lado Óscar Monteiro vai mais longe: “Lamentamos estar a voltar a esses mesmos acordos e devemos dizer que assumimos as culpas que nos cabem nessa matéria. Podemos dizer que cometemos um erro ao rubricar esses documentos”. Ainda segundo Sampaio, num autêntico auto-elogio, Machungo enfatiza “o espírito de franqueza” da Frelimo e insiste em que “estão em causa princípios políticos fundamentais”. Em resposta, Sampaio pede para falar com igual “franqueza” e declara: “Será preciso fazer um esforço para não considerar” a posição da Frelimo como relevando de “desconfiança em relação à delegação portuguesa”. Esta “participou activamente nos acordos, neles depositou a sua melhor vontade e a sua maior abertura” por forma a não “deixar permanecer relações do tipo colonial”. Lembra que, na sequência das anteriores fases negociais, realizadas na praia do Guincho (Cascais) e em Lourenço Marques, o Conselho de Ministros português fez promulgar decretos-leis, protocolos, e eis que agora se volta a discutir estes artigos todos. Óscar Monteiro propõe que o Acordo de Cooperação e Amizade não seja assinado. Sampaio responde: “Se me permite, eu discordo, com toda a franqueza”. No Acordo Judiciário, Monteiro reclama o mecanismo de extradição, “mesmo em casos que podem ser considerados políticos”. Prefere o “congelamento” do Acordo de Dupla Tributação e a alteração do de cooperação técnica científica. Não satisfeito, reclama “algumas pequenas modificações” no protocolo sobre Cahora Bassa. Sampaio responde: “Desde o Guincho que Portugal já definiu 500 mil vezes (...) que não se importa de dar um milhão de contos para se ver livre” da barragem. Recompuesto, reconhece à parte contrária, “todo o direito de rever o protocolo de acordo já assinado”, deplora que só agora estas questões sejam “levantadas” e pede à Frelimo que apresente alternativas escritas sobre as matérias em aberto. Mário Machungo aceita e encerra a sessão.<sup>133</sup>

A reunião de 14 de Junho, segundo Sampaio, ainda corre pior. A Frelimo declara “rejeitar a maior parte dos pontos” de um documento apresentado pela delegação portuguesa. A discussão centra-se sobre Cahora Bassa. A acta é eloquente: “O Dr. Jorge

---

<sup>133</sup> 4ª Fase de Negociações, 10/6/75 e Síntese da Reunião de Cúpula de 10 de Junho de 1975. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota-PT/ACMF/GMF/24/24.0.1.

Sampaio declarou que, para encerrar esta questão, voltava a fazer a pergunta sobre qual seria a situação quando da nacionalização de uma participação estrangeira na sociedade, quais as condições que Moçambique ofereceria ao Estado português”. Machungo responde que “admitir” uma tal pergunta “era admitir que estavam a brincar”. Sampaio contrapõe que Machungo “não tinha o direito de fazer tais declarações sobretudo depois de um trabalho comum que se arrastava há cinco meses” e que “o melhor seria então encerrar-se o dossiê em estudo assim como todos os outros. A pergunta que tinha feito era perfeitamente legítima já que o Estado de Moçambique, tal como o Estado Português, era soberano para nacionalizar aquilo que muito bem lhe aprouvesse”. Num tom ainda mais firme<sup>134</sup>, Sampaio prossegue: “Não admitia que se pusesse em causa as suas declarações e que a delegação da Frelimo teria de modificar a sua maneira de discutir sob pena de não se encontrarem soluções para os problemas”. A seu lado, António Martins corrobora: “A pergunta feita pelo Dr. Jorge Sampaio tinha toda a actualidade”. Mário Machungo não considera que a Frelimo tenha “sido incorrecta”, diz que “não queria ofender ninguém”, propõe a suspensão da sessão mas avisa que a sua delegação continuará “com a mesma força e a mesma disposição para discutir os problemas, com a mesma paixão também, a paixão de revolucionários”<sup>135</sup>.

Esta quarta ronda- a última antes da independência- termina com mais pontos em aberto do que no começo. À partida para Lisboa, Sampaio declara diplomaticamente à imprensa que resolveram-se duas questões que considerava muito importantes: “a transferência do BNU para o Banco de Moçambique e a elaboração definitiva dos protocolos de acordos sobre Cahora Bassa”<sup>136</sup>. O novo documento relativo à barragem é rubricado a 16 de Junho por Sampaio e Machungo<sup>137</sup>. Tudo demais continuará a ser discutido após a independência, num quadro inteiramente diverso e menos favorável para Portugal<sup>138</sup>.

Findas as quatro rondas negociais havidas antes do 25 de Junho de 1975, seguiram-se no pós-independência, conversações tendentes a alcançar vários acordos

---

<sup>134</sup> Castanheira, José Pedro. **Jorge Sampaio: uma biografia**: Volume I- História de uma geração. 2.ed. Porto: Porto Editora, 2012, p. 605.

<sup>135</sup> Actas da Reunião Conjunta das Comissões A e D, 14/6/1975. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. Cota: PT/ACMF/GMF/24/24.0.1.

<sup>136</sup> *Diário de Notícias*, 18/6/1975.

<sup>137</sup> Adicional ao protocolo de acordo sobre o Empreendimento de Cahora Bassa, 16/6/1975. A 23/6/1975 foi lavrada a escritura de constituição da HCB, e, de seguida, celebrado o contrato de concessão.

<sup>138</sup> Na visão de Jorge Sampaio (Castanheira, José Pedro. **Jorge Sampaio: uma biografia**: Volume I- História de uma geração. 2.ed. Porto: Porto Editora, 2012. p. 608).

com destaque para a questão de Cahora Bassa. A 2 de Outubro de 1975, foi assinado em Lourenço Marques, por Samora Machel e Vítor Crespo, o Acordo Geral de Cooperação<sup>139</sup> que tinha como finalidade a instalação de centros de formação técnica e profissional, de laboratórios e organismos científicos e técnicos.

As negociações ficaram paralisadas por um longo período dado o colapso do IV Governo Provisório liderado por Vasco Gonçalves, em Agosto de 1975, como consequência dos acontecimentos no denominado “Verão Quente” que levou ao pedido de demissão em bloco dos ministros do PS, do PSD bem como dos militares moderados. O “Verão Quente” de 1975, como é sabido, consistiu numa mobilização contra a radicalização do chamado “gonçalvismo”<sup>140</sup> e caracterizou-se por saques e destruição das sedes, sobretudo nos distritos a norte de Portugal, do Partido Comunista Português (PCP) e de outros movimentos de esquerda. Tratou-se de uma mobilização contra as posições socializantes que defendiam a política das nacionalizações e da reforma agrária. A campanha saldou-se com a formação de um governo mais representativo, o VI Governo Provisório<sup>141</sup> após a intervenção do denominado “Grupo dos Nove”, grupo de Conselheiros da Revolução defensores do pluralismo partidário onde sobressaía a figura de Melo Antunes.

Em Novembro de 1975, é formada uma comissão mista luso-moçambicana, para negociar com a África do Sul e Moçambique, a “revisão do acordo e contratos existentes sobre a venda de energia produzida” pela HCB<sup>142</sup>. A delegação portuguesa inclui para além de Jorge Sampaio como líder, António Martins, Miguel Galvão Teles e José Robin de Andrade. A da Frelimo é chefiada pelo Ministro da Economia Joaquim de Carvalho, assessorado por António Alves e António Pereira Leite. Este acordo sobre Cahora Bassa contempla os princípios orientadores da empresa que procederá à conclusão e exploração da hidroelétrica. “A solução foi concebida pelo Miguel Galvão Teles e discutida, noite dentro, em pleno Songo”<sup>143</sup>.

---

<sup>139</sup> Decreto 692/75, de 14 de Novembro.

<sup>140</sup> Designação dada ao pensamento político de Vasco Gonçalves e seus membros próximos.

<sup>141</sup> Palácios, Cezerale Diego. Um Caso de Violência Política: o “Verão Quente” de 1975. In *Análise Social*, vol XXXVII (165), 2003, 1127-1157.

<sup>142</sup> *Diário do Governo*, 10/11/1975.

<sup>143</sup> Miguel Galvão Teles. **State Succession and Treaty Survival solely between the Predecessor State and other Stat Party**. Lisboa: Gabinete do Plano do Zambeze, 1975. Citado por Castanheira, José Pedro. **Jorge Sampaio: uma biografia**: Volume I-História de uma geração. 2.ed. Porto: Porto Editora, 2012. p. 632.



Nas suas memórias, Sérgio Vieira, antigo governador do Banco de Moçambique e membro de várias equipas de negociação, entende que “por absurdo, os contenciosos encerravam-se com Portugal quando governava a direita, salvo nos mandatos de Vasco Gonçalves. Os mesmos contenciosos que Vasco Gonçalves, antes da independência de Moçambique, por escrito, declarara encerrados, reabriram-se diversas vezes, quando a esquerda estava na governação e, sucessivamente, Sá Carneiro, Pinto Balsemão e, finalmente, Cavaco Silva, quando primeiro-ministro os declararam definitivamente encerrados!”<sup>144</sup>.

Acrescenta Vieira que a instabilidade portuguesa não facilitava a cooperação desejada e preconizada por todos. “Durante um largo período, o nosso Governo encarregara-me desse dossiê. Começava a discussão e quando avançássemos, caía o Governo e lá se esperava que se arrumasse a casa, para se retornar do zero”. E prossegue: uma das vezes, quando em Moçambique iniciávamos conversações com um ministro enviado pelo Governo<sup>145</sup>, porque se executara um mercenário de nacionalidade portuguesa, condenado pelo tribunal<sup>146</sup>, o ministro declarou que não podia prosseguir as conversações e partiu de regresso a Lisboa<sup>147</sup>. Este episódio acontece em Abril de 1979 na vigência do II Governo Constitucional liderado por Mário Soares. Após a sua demissão seguiram-se-lhe três governos de iniciativa presidencial

Finalmente, o Presidente Eanes encarregou uma personalidade destacada<sup>148</sup>, conhecida pelo seu antifascismo e anticolonialismo, meu amigo desde os nossos tempos de Estudantes de Direito em Lisboa, o Dr. Jorge Sampaio, para vir discutir connosco. A meio da negociação o governo em Lisboa intrometeu-se e Sampaio partiu.

Para Ângelo Soares, no final destas fases da negociação, pode dizer-se que se chegou à seguinte conclusão: na Comissão A, fez-se um acordo sobre todos os aspectos ligados à transferência do BNU, tendo ficado pendentes as questões relacionadas com o Banco de Fomento Nacional e certos interesses empresariais. Para ele são precisamente estas questões não resolvidas que, em boa parte, explicam os problemas entre Portugal e Moçambique. A Comissão C avançou com vários textos de acordo em matérias da

---

<sup>144</sup> Sérgio Vieira. *Participei, por isso testemunho*. Maputo: Editorial Ndjira, 2010. pp.567.

<sup>145</sup> Álvaro Barreto, Ministro da Indústria.

<sup>146</sup> Nesta altura, em Moçambique, havia pena de morte.

<sup>147</sup> Sérgio Vieira. **Participei, por isso testemunho**. Maputo: Editorial Ndjira, 2010. pp.583 .

<sup>148</sup> Opinião de Sérgio Vieira a cerca de Jorge Sampaio.

cooperação. A Comissão D) conseguiu, antes da Independência (o que era fundamental para Portugal), chegar a acordo integral sobre o empreendimento de Cahora Bassa e a sua exploração, bem como assegurar que a venda de energia fosse possível a terceiros uma vez que, então como agora, não há procura em Moçambique para a quantidade de energia produzida<sup>149</sup>.

Na Comissão B, porém, Portugal e Moçambique chegaram, no final da terceira fase, a um impasse. E isto porque Moçambique entendia que a dívida pública entre Portugal e a sua ex-colónia não tinha razão de ser exigível. Esta dívida pública dizia respeito a créditos do Estado Português e do Fundo Monetário do Escudo e de avales sobre obrigações de fomento, créditos de empresas (BNU, BFN, Sociedade Financeira Portuguesa, etc.), por despesas do sector público, inscritas via dívida pública do orçamento geral de Moçambique. A liquidação de operações a residentes em Portugal, ainda não expressas em escudos portugueses, por carência de cobertura por parte do Fundo Cambial de Moçambique (a célebre questão dos atrasos).

A posição da Frelimo, prossegue Ângelo Soares, teve algumas variantes mas acabou por consolidar-se na tese segundo a qual, num contexto de descolonização, tais créditos seriam inexigíveis a Moçambique. E acabou por dizer que não haveria qualquer outro acordo possível (no que se incluía, evidentemente, a questão de Cahora Bassa) se Portugal continuasse a exigir ao novo Estado aquilo que apenas se compunha de rubricas da dívida pública da colónia de Moçambique, para com a Metrópole.

Na tentativa de ultrapassar o impasse acima referido, iniciaram-se, então, e dada a gravidade dos problemas pendentes, contactos de natureza política para esclarecimentos de posições, tanto mais urgentes quanto é certo que a independência se aproximava, sem que os acordos de Cahora Bassa estivessem firmados. Após estas diligências reuniu a Comissão Nacional de Descolonização, com a presença de vários ministros do IV Governo Provisório, e deliberou que as rubricas das dívidas tratadas na Comissão B não deveriam ser exigíveis. E foi em função dessa deliberação que a Comissão Nacional de Descolonização incumbiu o Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, de então responder à carta que Samora Machel lhe havia dirigido<sup>150</sup>. Aliás,

---

<sup>149</sup> No blog [www.espoliadosultramar.com](http://www.espoliadosultramar.com)

<sup>150</sup> Carta que Vasco Gonçalves refere não existir contencioso com Moçambique. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. Cota SETF-47 Est. 88.

tal posição é idêntica à que sempre foi seguida por governos estrangeiros quando descolonizaram os seus territórios, por considerarem que, efectivamente a exigência de dívida pública da metrópole à colónia são incompatíveis com a descolonização. E, também, de resto a posição subsequente de futuros governos portugueses, nomeadamente o VI Governo Provisório foi inteiramente idêntica no que respeita a dívida pública da Guiné, Cabo Verde e São Tomé<sup>151</sup>.

Numa análise à economia dos novos países africanos de expressão portuguesa, Mário Murteira entende que “a recusa do diálogo com os movimentos de libertação por parte do poder colonial português não só justificou a sua radicalização como os conduziu a procurar na envolvente externa – por seu turno de forte componente ideológica anticapitalista, na época em referência – os fundamentos programáticos, digamos, a visão do mundo própria e justificativa dessa luta de libertação”<sup>152</sup>.

Quanto às relações económicas a estabelecer, Mário Murteira assegura que “nas condições em que decorreu a descolonização portuguesa em África, não é de estranhar a ruptura profunda que se verificou no relacionamento, não só político mas também económico, de Portugal com as suas antigas colónias. No caso de Angola e Moçambique, as duas colónias de longe economicamente mais poderosas, a evolução final na década de sessenta e princípios da de setenta não ia na direcção de uma crescente integração económica com Portugal, apesar das intenções do governo de Lisboa”<sup>153</sup>. Por um lado, Portugal encontrava-se já em processo de integração formal e real na Europa, designadamente pelas vias do comércio internacional e da emigração da mão-de-obra. Por outro lado, Moçambique encontrava-se cada vez mais inserido no contexto económico e político da África Austral, enquanto Angola seguia também caminhos próprios de internacionalização, em particular por intermédio do sector dos petróleos, em rápida expansão.

A política externa de Portugal após o 25 de Abril, mesmo tendo em conta a retórica da normalização de relações com as ex-colónias e da vocação africanista de Portugal, esteve preferencialmente virada à inserção no contexto europeu. Para Mário Murteira as razões para tal se explicam porque: “A estabilização do poder político em

---

<sup>151</sup> Soares, Ângelo, em [www.espoliadosultramar.com](http://www.espoliadosultramar.com)

<sup>152</sup> Murteira, Mário. **A Economia dos Novos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa**. In História da Expansão Portuguesa, Volume V/ Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999p. 131.

<sup>153</sup> Idem, p. 137.

Portugal depois do período revolucionário de 1974-1975 foi demorada, podendo afirmar-se que só cerca de uma década depois das independências existiu em Portugal um governo estável com uma política definida em relação às ex-colónias. Além disso, até à entrada em pleno de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986, esse objectivo era de longe o prioritário, dir-se-ia obsessivo, para o governo português, ocupando a política africana um lugar secundário na sua política externa”<sup>154</sup>.

Para uma perspectiva comparada, nas negociações para a descolonização económica e administrativa da Guiné, segundo relata Almeida Santos em *Quase Memórias*, tinha que se assegurar a manutenção das ligações aéreas Bissau-Sal-Lisboa; o pagamento à Angola de uma dívida por fornecimento de milho; o futuro das ligações marítimas entre Portugal e Guiné antes asseguradas pela marinha mercante portuguesa; o futuro das empresas portuguesas operando na Guiné, as sucursais do Banco de Portugal e do Banco Nacional Ultramarino; a regularização do défice financeiro e da situação da tesouraria; dos serviços dos CTT; etc<sup>155</sup>.

Almeida Santos considera que não há notícia de um processo de descolonização de qualquer colónia ou país que tenha corrido inteiramente bem<sup>156</sup>. Embora seja verdade que países como a Grã-Bretanha, criando a sua Commonwealth, ou a França, recorrendo à sua União Francesa, revelaram uma assinalável capacidade de compreensão do processo histórico de emancipação da África, de antecipação às suas exigências inelutáveis, de realismo e pragmatismo, não nos podemos esquecer também de que o desmantelamento dessas duas formações imperiais se revestiu de muitos episódios violentos (conflitos no Quénia e Rodésia/Zimbabwe e da Argélia).

Na visão de Almeida Santos, a descolonização da Guiné não correu bem ou mal<sup>157</sup>. Limitou-se a cancelar a situação existente à saída de mais de uma década de guerra, ou seja, a confirmar a derrota dos defensores do *statu quo* colonial. Mesmo antes da assinatura do Acordo de Argel, o novo Estado independente da Guiné-Bissau havia sido reconhecido por mais de oitenta Estados, incluindo amigos de Portugal. Organismos como a OUA e a ONU tinham-no reconhecido.

---

<sup>154</sup> Ibidem, p. 138.

<sup>155</sup> Santos, António de Almeida. **Quase Memórias: II Volume-** As questões da transição à independência de Moçambique e outros territórios. Lisboa: Casa das Letras, 2006. p. 44.

<sup>156</sup> Idem, p. 432.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 47.

No tocante à descolonização de Angola, o acordo de Alvor, celebrado em Janeiro de 1975, previa a criação de um governo de transição, com um alto-comissário português e um colégio presidencial de três membros, um por cada um dos movimentos armados (FNLA<sup>158</sup>, MPLA<sup>159</sup> e UNITA<sup>160</sup>). Este modelo era muito idêntico ao aplicado em Moçambique; porém, o seu malogro, entre várias razões, ficou a dever-se à existência de três movimentos armados que não respeitaram a partilha de poder e posterior realização de eleições conforme previsto no referido acordo.

Das questões económicas se acordou, à semelhança de Moçambique, na transferência do departamento de Angola do Banco de Angola (artigo 53º) e pelo artigo 51º “A FNLA, o MPLA e a UNITA declaram-se dispostos a aceitar a responsabilidade decorrente dos compromissos financeiros recebidos pela parte portuguesa em nome e em relação a Angola, desde que tenha sido no efectivo interesse do povo angolano”. No que diz respeito a cidadãos portugueses a viver em Angola, pelo artigo 54º “A FNLA, a UNITA e o MPLA comprometem-se a respeitar os bens e interesses legítimos dos portugueses domiciliados em Angola”.

No que diz respeito às relações pós-independência, Norrie MacQueen é da opinião que “as relações entre Portugal e o regime do MPLA foram difíceis desde a independência. A recusa de Lisboa de transferir formalmente o poder para o MPLA e a subsequente atitude de não reconhecer o regime de Agostinho Neto até Fevereiro de 1976 causaram em Luanda um forte ressentimento que aumentou depois de um atentado à bomba contra o Consulado de Angola no Porto, em Maio de 1976, levando Angola a decidir interromper as relações diplomáticas. Poucos meses depois as relações foram reatadas, mas a situação continuou difícil”<sup>161</sup>.

A normalização das relações iniciou-se aquando do encontro entre Eanes e Neto, em Bissau, em Julho de 1978, preparado por Melo Antunes e organizado por Luís Cabral. Na sequência desse encontro, Portugal procurou, dentro dos seus limites constitucionais, restringir as actividades no País dos elementos anti-MPLA. A Cimeira

---

<sup>158</sup> Frente Nacional para a Libertação de Angola.

<sup>159</sup> Movimento Popular para a Libertação de Angola.

<sup>160</sup> União Nacional para a Independência Total de Angola.

<sup>161</sup> MacQueen, Norrie. **A Descolonização da África Portuguesa: A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1988. p. 267.

da Guiné foi um dos muitos exemplos reveladores das diferenças da política «presidencial» africana de Eanes<sup>162</sup>.

Inicialmente, as relações entre Portugal e Moçambique foram mais difíceis do que com Angola e levaram bastante mais tempo a melhorarem. As dificuldades com Maputo foram de tipo diferente das que se haviam tido com Luanda e reflectiram as diferenças fundamentais das condições em que se encontravam os dois territórios na altura da independência, como nota MacQueen. Em primeiro lugar, as perspectivas económicas de Moçambique eram infinitamente piores do que as de Angola e os seus contenciosos com Portugal eram conseqüentemente, mais ameaçadores para a relação em geral entre os dois países. Em segundo lugar, a guerra civil em Angola provocara uma quase total saída dos colonos brancos. Embora o comportamento em Portugal de alguns desses retornados possa ter causado dificuldades nas relações, a verdade é que já não constituíam uma presença em Angola diplomaticamente perturbadora. Em contrapartida, a relativamente mais pacífica transferência de poder em Moçambique, embora tivesse provocado a saída de muitos colonos, deixara muitos milhares no país depois da independência. A maneira ríspida, e muitas vezes injustificável, como foram tratados pelas novas autoridades esses portugueses, que haviam decidido ficar, tornou-se num ponto importante de atrito nas relações entre Lisboa e Maputo<sup>163</sup>.

Tanto as questões financeiras como as humanas foram prejudicadas por uma série de nacionalizações efectuadas pelo regime da Frelimo nos primeiros dois anos de independência. Apesar de se terem verificado depois algumas melhorias na situação, as relações se mantiveram tensas e pioraram ainda mais quando a Frelimo nacionalizou, em Janeiro de 1978, todos os bancos portugueses.

Para Almeida Santos os problemas que resultaram da descolonização de Moçambique, concretamente as negociações económicas fracassaram “devido a evolução que tiveram as relações entre os dois países. É sabido que quer Portugal, quer Moçambique viriam a enveredar por políticas e medidas de nacionalização de sectores económicos e empresas, com reflexos recíprocos na economia dos dois países”<sup>164</sup>.

---

<sup>162</sup> Idem, p. 268.

<sup>163</sup> Ibidem, p. 271.

<sup>164</sup> Santos, António de Almeida. **Quase Memórias: II Volume-** As questões da transição à independência de Moçambique e outros territórios. Lisboa: Casa das Letras, 2006. p. 117.

Ainda segundo Almeida Santos, o acordo de Lusaka trazia no seu texto as condições normalmente exigíveis para uma descolonização honrosa e compaginável com a defesa dos interesses de Portugal e a protecção dos residentes portugueses. A população branca estava em geral preparada para aceitar um futuro liderado pela Frelimo. Foram muitas as manifestações de adesão à nova autoridade política, quer a representada pelo Governo de Transição, quer a correspondente a um Governo definitivo constituído pela Frelimo<sup>165</sup>. Santos responsabiliza os grupos nacionalistas brancos pelo fracasso da implementação do acordo de Lusaka<sup>166</sup>, grupos esses que contavam com o apoio de agentes económicos interessados em não perder os privilégios coloniais. Foram eles que organizaram os distúrbios de 7 de Setembro e 21 de Outubro de 1974 e suscitaram nos dirigentes da Frelimo o receio de novos surtos com propósitos de restauração de um regime de minoria branca a exemplo da África do Sul e da Rodésia, facto que de certa forma ficou provado com o surgimento da Renamo, que integrou Evo Fernandes e Orlando Cristina, os manifestantes contrários aos acordos de Lusaka<sup>167</sup>.

---

<sup>165</sup> Idem, p. 120.

<sup>166</sup> FICO, COREMO, GUMO, UNIPOMO, etc.

<sup>167</sup> Santos, António de Almeida. **Quase Memórias**: II Volume- As questões da transição à independência de Moçambique e outros territórios. Lisboa: Casa das Letras, 2006. p. 129.

### CAPÍTULO III: CONTENCIOSO ECONÓMICO-FINANCEIRO

O contencioso económico-financeiro entre a Frelimo e o Governo de Portugal é, como já assinalámos, um desentendimento havido após a assinatura do Acordo de Lusaka. Refere-se, em concreto, à falta de consenso nas questões económico-financeiras como sejam as reservas bancárias, as dívidas da colónia que Portugal queria ver assumidas pelo Estado moçambicano, as reservas de ouro resultantes do pagamento pela exportação da mão-de-obra de Moçambique para a África do Sul, às dívidas resultantes da construção da barragem de Cahora Bassa e a todas as questões em matéria de futura cooperação económica.

As razões deste contencioso são explicadas por Newitt pelas omissões dos acordos firmados em Lusaka para a independência de Moçambique: “O Acordo de Lusaka deixou muitas questões por resolver. A posição dos colonos e das suas propriedades não recebeu quaisquer garantias; não se tomaram nenhuma decisões sobre o activo português ou eventuais indemnizações; e toda a questão da dívida colonial ficou pendente. Por fim, algumas destas questões foram esclarecidas mas não sem que antes fossem causados danos profundos às relações pós-coloniais entre Moçambique e Portugal. Só pode ser considerada uma abdicação completa da responsabilidade de ambas as partes que não se tivessem negociado as condições para a permanência de trabalhadores especializados portugueses e moçambicanos, nem que se celebrassem quaisquer acordos comerciais ou financeiros que teriam garantido uma relação harmoniosa entre a antiga colónia e a metrópole”<sup>168</sup>.

Na segunda sessão das negociações económico-financeiras já referidas no capítulo anterior, Portugal apresentou como concessões a transferência não onerosa do departamento moçambicano do BNU e a realização de reduções no montante da dívida. Por sua vez, a Frelimo aceitou que Portugal usufrísse, por um longo período, da barragem de Cahora Bassa. Estas questões de foro económico foram as únicas em que se chegou a relativo consenso antes da independência de Moçambique, relegando as demais para futuras negociações, as quais se converteram no referido contencioso económico-financeiro.

---

<sup>168</sup> Newitt, Malyn. **História de Moçambique**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1977. p. 463.



Machel<sup>169</sup>, no ponto 8.3, recorda que face às posições da Frelimo, a parte portuguesa declarou então concordar que não havia dívida para com Portugal e referiu a existência de um contencioso económico-financeiro. No entendimento da Frelimo, e dado que o governo português não enjeitava a condição de herdeiro parcial do regime colonial-fascista, propõe-se que o contencioso económico-financeiro seja examinado na perspectiva de 500 anos de dominação colonial. Como fundamentação, a Frelimo denunciava o colonialismo e suas consequências, à exploração dos recursos naturais e mão-de-obra; para além das consequências da guerra colonial de libertação nacional.

A finalizar, na carta que temos vindo a referir, Samora Machel entende que é nesta perspectiva, e só nela, que pode ser avaliado o contencioso económico-financeiro e no caso de o balanço ser favorável a Portugal, Moçambique engaja-se a pagar integral e imediatamente a totalidade da sua dívida.

As questões que mais se destacaram logo à partida, neste contencioso, foram os empréstimos concedidos e investimentos realizados pela banca portuguesa em Moçambique; dívidas e obrigações que o Estado português contraía para a realização de investimentos na colónia; os fundos do tesouro português, depositados nos bancos Pinto Sotto Mayor e de Fomento Nacional, resultantes dos depósitos consulares e da TAP. Mais tarde acrescentou-se a questão do ouro e da exploração comercial da hidroeléctrica de Cahora Bassa.

Algumas correntes de opinião em Portugal, como é sabido, não foram favoráveis à descolonização e foram muito críticas no caso específico, aos Acordos de Lusaka. No que se refere ao contencioso económico-financeiro, Ângelo Soares, entende que o acordo foi desfavorável a Portugal concretamente no nº 16 que estipula “o Estado português obriga-se a transferir para o Banco Central a formar em Moçambique, o activo e passivo do departamento de Moçambique do BNU, isto é, portanto a parte que lhe cabe das suas reservas. Mas no nº 14 dá-se à Frelimo, através da subjectividade da cláusula, o direito de honrar ou não, como o entender, os compromissos financeiros assumidos por Portugal em nome de Moçambique”.<sup>170</sup> Exemplifica que a Frelimo

---

<sup>169</sup> Em carta de Samora Machel, datada de 18 de Abril de 1975, dirigida a Vasco Gonçalves, então primeiro-ministro do governo de Portugal, sobre o Contencioso Económico-Financeiro. Arquivo Histórico de Moçambique. Cota: 32SM-0001.

<sup>170</sup> Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. Cota SETF-47 Est. 88. Também disponível no blog [www.espoliadosultramar.com](http://www.espoliadosultramar.com).

poderá não liquidar um tostão dos 15 a 20 milhões de contos que custará Cahora Bassa, declarando que o interesse do empreendimento era essencialmente da África do Sul pelo fornecimento de energia.

O contencioso económico-financeiro, que nasceu após à assinatura do acordo de Lusaka, teve a primeira tentativa de solução política em carta do primeiro-ministro Vasco Gonçalves que Jorge Sampaio, na sua biografia autorizada, testemunha nos seguintes termos:

“O Secretário de Estado leva uma cópia da carta dirigida a 09 de Maio por Vasco Gonçalves a Samora Machel, exprimindo “uma posição que se pretende inequívoca e virada exclusivamente para o futuro”. A posição do primeiro-ministro é realmente clara: “Portugal considera definitivamente encerrado aquilo que se tem designado por «contencioso económico e financeiro»”<sup>171</sup>. Tal como na 3ª fase, “fui sem ter recebido quaisquer instruções concretas”. Só que, desta feita, Vasco Gonçalves, com a sua carta a Samora, varrerá todos os obstáculos, abrindo campo à iniciativa contrária. “É claro que as negociações não podiam correr bem. Eles endureceram a sua posição à medida que se aproximava a independência”<sup>172</sup>.

O Contencioso entre Portugal e Moçambique que via a cooperação entre os dois países congelada agravou-se com a nacionalização dos bancos com capitais portugueses em Moçambique. Pela Lei 5/77 de 31 de Dezembro, são encerrados o Banco Pinto Sotto Mayor e o Banco de Fomento Nacional, o seu capital e património integrados no Banco de Moçambique. Pela mesma lei, o Instituto de Crédito de Moçambique é integrado no recém-criado Banco Popular de Desenvolvimento (BPD).

A reacção de Portugal acerca das nacionalizações foi a chamada ao Palácio de Belém do Embaixador de Moçambique, Armando Panguene, e o envio de uma carta ao Presidente Samora Machel. Na referida carta<sup>173</sup>, Eanes reconhece e respeita a decisão do governo de Maputo mas entende que há necessidade de acautelar os legítimos interesses portugueses e harmonizá-los com os objectivos prosseguidos pelo governo

---

<sup>171</sup> Carta do primeiro-ministro Vasco Gonçalves para o Presidente da FRELIMO, 9/5/1975. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. Cota SETF-47 Est. 88. Também disponível em [www.espoliadosultramar.com](http://www.espoliadosultramar.com)

<sup>172</sup> Castanheira, José Pedro. **Jorge Sampaio: uma biografia**: Volume I-História de uma geração. 2.ed. Porto: Porto Editora, 2012. p. 603.

<sup>173</sup> Carta datada de 7 de Janeiro de 1978, Arquivo Histórico Diplomático, Proc. 945,1- Assuntos relativos a bancos.

moçambicano. Deste modo, Portugal propunha que Moçambique nacionalizasse estes bancos e assumisse os créditos e investimentos realizados por eles a diversas empresas.

Da parte moçambicana, entendeu-se que a responsabilidade pelo pagamento das dívidas e saneamento das empresas era da responsabilidade dos seus proprietários, que em última análise seria o Estado português visto que os referidos bancos, que detinham acções nessas empresas, como resultado da nacionalização da banca em Portugal, passaram a ser do Estado.

Conforme escreve o jornal *O Dia* “...no que respeita ao BFN e BPSM as dificuldades agora surgidas relacionam-se com os importantes financiamentos que haviam sido aplicados naquele território e também com as relevantes participações que detinham em algumas empresas sediadas em Moçambique, controladas pelo governo daquele país, mas propriedade do Estado português”<sup>174</sup>.

Por sua vez o jornal *A Capital*, num artigo intitulado *Contencioso Económico luso-Moçambicano e as Sequelas da Nacionalização*, escreve:

**“O famoso contencioso económico incide essencialmente sobre sequelas da nacionalização da banca pelo Governo moçambicano, a qual atingiu as delegações dos bancos portugueses que operavam na ex-colónia.**

**Assim, as delegações dos dois bancos nacionalizados tinham obrigações externas na ordem de um milhão e meio de contos em resultado de créditos concedidos à Cimentos e à MARAGRA. Dívidas que passaram a ser suportadas pelas sedes daquelas delegações, agora extintas, o que significa que sobre a banca portuguesa passa a responsabilidade de um milhão e meio de contos que Moçambique não paga, dado que não se chegou a acordo sobre esta matéria nas negociações recentemente frustradas, e nem pagará enquanto aquelas não prosseguirem.**

**As eventuais perdas portuguesas não se resumem porém ao milhão e meio de contos referido. A eles haverá que somar mais um milhão relativo á depósitos da TAP e outro milhão a depósitos particulares”**<sup>175</sup>.

Em contraste com a opinião da maioria da imprensa portuguesa, o *Diário de Lisboa* responsabiliza o governo português por não ter resolvido a questão da nacionalização dos bancos com antecedência uma vez que, conforme o protocolo de Intenções assinado em Junho de 1975, com duração de seis meses, Moçambique

---

<sup>174</sup> *O Dia*, 7/1/1978, páginas centrais.

<sup>175</sup> *A Capital*, 18/5/1979, p. 5.

tomaria a decisão que melhor lhe conviesse. No editorial com o título *A Nacionalização da Banca Moçambicana: Portugal Sabia desde 1975* podia ler-se: “Assume aspectos preocupantes para Portugal a nacionalização da banca moçambicana. As preocupações, na origem de encontros ao mais alto nível, derivam da circunstância da nacionalização ter surgido depois de caduco o Protocolo de Intenções firmado em Junho de 1975 (com a duração de seis meses) entre a Frelimo e o Governo português. Não se tendo resolvido entretanto o problema dos bancos, nem substituído aquele protocolo, Moçambique avançou para a nacionalização, aliás prevista na reestruturação do seu sistema bancário. Por outro lado, ressalta uma falha grave: a medida do governo moçambicano, em vigor desde o passado domingo, era geralmente prevista e havia, inclusive, cooperantes portugueses dentro do assunto, não devendo portanto, constituir novidade para a nossa representação diplomática. Se a embaixada no Maputo “avisou” houve quem não lesse o despacho”<sup>176</sup>.

Portugal criou em Janeiro de 1978, uma comissão<sup>177</sup> para negociar com o governo moçambicano, num primeiro momento, a anulação destas nacionalizações e, num segundo plano, soluções para não prejudicar os seus interesses, que para além do capital dos referidos bancos abrangia também perda da posição accionista nas empresas dependentes daqueles departamentos bancários<sup>178</sup>; perda ou congelamento de depósitos de tesouro, ou dos realizados por nacionais portugueses nos consulados e no BPSM e BFN e liquidação por parte de Portugal das responsabilidades externas assumidas.

Das empresas participadas pelo BFN e BPSM, destacam-se pelo seu impacto económico a Cimentos e a MARAGRA. A Cimentos de Moçambique foi fundada em 1920 com capitais maioritários da Cimentos de Leiria (do grupo Champalimaud). Com a intervenção do Estado em 1979, como resultado da nacionalização da banca, a empresa passou à tutela do estado transformando-se em “Cimentos de Moçambique, E.E (Empresa Estatal)”<sup>179</sup>. Em 1994, após a aquisição de 51% das suas acções pela CIMPOR, passou à sociedade anónima, com a designação de “Cimentos de Moçambique, SARL”<sup>180</sup>. O remanescente das acções, está distribuída pela Cimbetão, Emose (Empresa Moçambicana de Seguros), CFM (Caminhos de Ferro de

---

<sup>176</sup> *Diário de Lisboa*, 6 de Janeiro de 1978, p. 1.

<sup>177</sup> Comissão chefiada por Jorge Sampaio.

<sup>178</sup> As empresas com capitais da banca portuguesa eram a Cimentos de Moçambique, a Química geral, Mobeira do sector de moagem, e a açucareira Maragra.

<sup>179</sup> Decreto 1/83, de 25 de Maio.

<sup>180</sup> *Boletim da República* nº 43, de 26/10/1994.

Moçambique) e Estado moçambicano. Por sua vez, a MARAGRA (Marracuene Agrícola Açucareira) foi fundada nos anos 1960 e iniciou a sua produção em 1970. Em 1977, foi intervencionado pelo estado no âmbito da nacionalização da banca que afectou o seu grande financiador, o Banco de Fomento Nacional (BFN). Em 1998, foi privatizada a favor da sul-africana Illovo Sugar.

As primeiras negociações da comissão presidida por Jorge Sampaio tiveram lugar a 31 de Janeiro de 1978. A delegação Moçambicana é chefiada pelo Governador do Banco de Moçambique, Alberto Cassimo, e desde logo regista-se um impasse porque a delegação portuguesa propunha esquecer problemas do passado e trabalhar-se a partir da situação actual, enquanto da parte moçambicana, pelas palavras do diplomata Manuel dos Santos, certas passagens do documento da delegação portuguesa “atentam claramente à soberania” do povo de Moçambique.<sup>181</sup> As negociações são suspensas a 5 de Fevereiro de 1978 e um comunicado conjunto regista que “as conversações decorreram em ambiente de discussão franca e aberta e de compreensão recíproca”<sup>182</sup>.

No relatório enviado ao primeiro-ministro, a missão portuguesa avisa que “não se deve alimentar ilusões acerca da posição negocial de Portugal”, uma vez que “não são passíveis de discussão as medidas legislativas tomadas pela República Popular de Moçambique”. À prova está “a capacidade de Portugal na cooperação com Moçambique”<sup>183</sup>.

Os impasses são analisados em reunião com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Victor Sá Machado, que apoia, verbal e por escrito, “a inteligência da estratégia seguida pela delegação portuguesa”<sup>184</sup>. Por sua vez, o primeiro-ministro determina a criação de seis grupos de trabalho sobre os vários contenciosos com a

---

<sup>181</sup> Castanheira, José Pedro. **Jorge Sampaio: uma biografia**: Volume I-História de uma geração. 2.ed. Porto: Porto Editora, 2012. p. 607.

<sup>182</sup> *O Jornal*, Ano III, Nº 146, 10 de Fevereiro de 1978, p.9.

<sup>183</sup> Relatório de 10/2/1978: “Deve assinalar-se a situação pode, uma vez mais, deteriorar-se (com gravíssimos reflexos a todos os níveis, na relação entre os dois países) se não forem urgentemente tomadas, pela parte portuguesa (...) as decisões e as medidas julgadas necessárias e convenientes, para salvaguarda dos justos e legítimos interesses nacionais. O relatório alerta ainda para a “política do abandono”, cujas consequências são por demais conhecidas.

<sup>184</sup> Ofício do Ministro a Jorge Sampaio, de 24/2/1978. Arquivo Histórico Diplomático, Cota- Proc. 945, 1- Assuntos Relativos a Bancos.

antiga colónia, sob coordenação da Secretaria do Estado do Tesouro, assistida por Jorge Sampaio e demais membros da comissão<sup>185</sup>.

Em Julho, uma nova missão volta a Moçambique. Desta vez a delegação moçambicana é chefiada por Sérgio Vieira que nas suas Memórias escreve: “A instabilidade portuguesa não facilitava a cooperação desejada e preconizada por todos (...) Começava a discussão e quando avançávamos, caía o Governo e lá se esperava que se arrumasse a casa, para se retomar do zero”<sup>186</sup>. A posição de Sérgio Vieira estava de certo modo em linha com uma opinião em tempos expressa por Aquino de Bragança<sup>187</sup> quando numa entrevista referiu que “o MFA compreendeu melhor e mais depressa que qualquer outra formação de esquerda portuguesa que o contencioso colonial era mais político que técnico e jurídico. O que acontece, porém, é que enquanto as delegações da Frelimo nas negociações foram sempre homogêneas, as delegações portuguesas nem sempre”.<sup>188</sup>

A terceira e última ronda teve lugar a 6 de Novembro de 1978. Na agenda estão assuntos como as disponibilidades do Tesouro português e dos consulados no sistema bancário moçambicano; o encerramento dos departamentos dos bancos Pinto & Sotto Mayor e do Fomento Nacional; o contencioso financeiro entre a TAP e a DETA; a regulamentação dos encargos do transporte dos colonos e seus bens; problemas também em matéria de seguros.

A proposta de resolução apresentada por Portugal é rejeitada e Sérgio Vieira lê um documento que fala do recurso “à velha táctica colonialista de manter as realidades alterando-lhes o seu nome”; lembra “os 500 anos de agressões, pilhagens, massacres”, a que se seguiram dez anos duma guerra colonial de agressão. Parte da proposta é chamada de “insulto despudorado ao povo moçambicano e à sua luta” e no referido documento lê-se que “A República Popular de Moçambique não é o fruto do colonialismo. Ela surgiu da derrota deste”. Em resposta a esta declaração do governo moçambicano, Jorge Sampaio protesta: há “um erro de direcção” da parte moçambicana, que precisa de compreender “de uma vez por todas que não é possível a delegações deste tipo da República Portuguesa” escutar “mensagens que se enganam no

---

<sup>185</sup> Despacho do primeiro-ministro, de 24/2/1978. Arquivo Histórico Diplomático, Cota- Proc. 945, 1- Assuntos Relativos a Bancos.

<sup>186</sup> Sérgio Vieira. **Participei, por isso testemunho**. Maputo: Editorial Ndjira, 2010. pp.541-2.

<sup>187</sup> Na altura Director do Centro de Estudos Africanos e Conselheiro de Samora Machel.

<sup>188</sup> *Expresso*, Nº 123, de 10 de Maio de 1975, p. 18.

destinatário, como que tendo de antemão a certeza de que a delegação portuguesa as vai encaixar e não vai imediatamente fechar os papéis e regressar no primeiro avião”<sup>189</sup>.

Os trabalhos são interrompidos a pedido de Jorge Sampaio para consultas com o governo e, pelo telefone transmite a Lisboa que considera o seu mandato “insuficiente para o prosseguimento das negociações”, dado que “a solução global do problema só politicamente pode ser encontrada”<sup>190</sup>.

A posição oficial do MNE acerca da interrupção das conversações é transmitida por telegrama à embaixada de Portugal em Maputo no dia 9 de Novembro. Com a iminente queda do Governo provisório de Nobre da Costa<sup>191</sup>, o Conselho de Ministros limita-se a “mandar regressar a missão a Lisboa para consultas”, devendo prosseguir as negociações sectoriais relativas à TAP e aos seguros.

A ordem de regresso é comunicada à parte moçambicana no mesmo dia, numa reunião restrita, que se prolonga por quatro horas<sup>192</sup>. Sampaio sublinha que a “declaração da delegação” moçambicana causou surpresa e uma grande perplexidade. “Não pode continuar a usar-se para com os portugueses a mesma análise política e a mesma linguagem como se não tivesse havido nem 25 de Abril, nem descolonização, nem independência de Moçambique, nem propósitos inequivocamente demonstrados pelas nossas mais altas autoridades (...) A delegação portuguesa rejeita firmemente que as soluções por si apresentadas sejam uma revivescência de métodos do passado”<sup>193</sup>.

“Perplexa ficou a delegação moçambicana”, devolve Sérgio Vieira, para quem se chegou a “um impasse político”. “Procuremos outro tipo de aproximação do problema.” Vieira elogia Eanes, numa crítica indirecta aos governos de Lisboa: “Sendo o PR quem é e tendo a vontade de resolver a cooperação com Moçambique, é excelente

---

<sup>189</sup> Castanheira, José Pedro. **Jorge Sampaio: uma biografia**: Volume I-História de uma geração. 2.ed. Porto: Porto Editora, 2012. p. 612.

<sup>190</sup> Nesta altura Jorge Sampaio não faz parte do governo dada a sua recusa em participar do II Governo Constitucional (Castanheira, p. 612).

<sup>191</sup> Que substituiu o II Governo constitucional de Mário Soares.

<sup>192</sup> Participaram na reunião Jorge Sampaio, Castro Rocha e Torres Campos; Sérgio Vieira, Prakash Ratilal e António Branco. Nas suas memórias, Sérgio Vieira escreveu: “a meio da negociação o governo de Lisboa intrometeu-se e Sampaio partiu. Desesperado disse ao Presidente Samora que designasse outra pessoa porque já não conseguia recomeçar as alfabetizações!” (Vieira, p. 542).

<sup>193</sup> Castanheira, José Pedro. **Jorge Sampaio: uma biografia**: Volume I-História de uma geração. 2.ed. Porto: Porto Editora, 2012. p. 610.

que seja ele a orientar-vos. (...) Que a questão das empresas e das coberturas não seja um «*stumbling block*»<sup>194</sup> às relações entre os dois países”<sup>195</sup>.

Com este fracasso negocial, a imprensa em Maputo, sobre tudo o jornal *Notícias*<sup>196</sup> publica várias notícias responsabilizando a delegação portuguesa. Acusa Portugal de não impedir o recrutamento de mercenários por parte do regime de Ian Smith e que a pretensão portuguesa nas últimas negociações visava a recuperação dos bens que são o produto da espoliação do povo moçambicano.

O relatório final da delegação portuguesa reconhece que esta ronda nada trouxe de substancial ou relevante. De forma taxativa diz que há uma clara impossibilidade de prosseguir os trabalhos na perspectiva exclusiva ou predominantemente técnica. Tanto mais que Moçambique tinha ampliado as negociações a problemas relacionadas com a época colonial ou que dela são consequência e que só podem um tratamento de natureza exclusivamente político.

Num balanço global às três missões que o levaram à Moçambique em 1978, Jorge Sampaio retém que, salvo em assuntos de pormenor, as posições portuguesas “foram sistematicamente rejeitadas. Desenvolvemos um esforço permanente de negociação, mas a parte contrária não estava para aí virada— era varrer e acabou”. Ainda, por cima, Maputo tinha a noção da desorganização que se vivia em Portugal. Nos relatórios e contactos com o Governo e a Presidência “propus uma solução política de fundo, que permitisse uma alteração na condução das negociações, sem o que estas acabariam por ficar atascadas no contencioso colonial, enquanto outros países se instalavam para cooperar. Foi o que aconteceu”<sup>197</sup>.

Goradas as negociações de carácter técnico, entendeu-se que o contencioso deveria ser resolvido a nível político. Nesta óptica, realizou-se, a 9 de Abril de 1979, um encontro entre o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal, com o Ministro moçambicano Joaquim Chissano, onde abordaram os princípios gerais básicos com vista ao enquadramento político das negociações. Nesse encontro foi sublinhado que, atendendo às dificuldades económicas e financeiras dos dois países, seria

---

<sup>194</sup> Obstáculo, entrave, problema.

<sup>195</sup> Castanheira, José Pedro. **Jorge Sampaio: uma biografia:** Volume I-História de uma geração. 2.ed. Porto: Porto Editora, 2012. p. 609.

<sup>196</sup> Citado por *O Jornal*, Ano IV, N° 206, 12 de Abril de 1979, p. 26.

<sup>197</sup> Castanheira, José Pedro. **Jorge Sampaio: uma biografia:** Volume I-História de uma geração. 2.ed. Porto: Porto Editora, 2012. p. 610.



impensável a efectivação de transferências de capitais de parte a parte; paralelamente, e tendo em conta o real interesse para Moçambique da viabilização económica das empresas incluídas no contencioso, o esforço português em tal sentido apenas seria possível e útil se as autoridades de Maputo pudessem assegurar as condições mínimas de exploração no domínio laboral, ajustamento dos preços políticos para os preços reais e a flexibilização para obtenção de licenças de importação.

Na visão do Director do Director Geral de Cooperação de Portugal, a intransigência da delegação moçambicana, a repetição dos argumentos ideológicos e as circunstâncias que rodearam a execução do português Nuno Correia<sup>198</sup>, conduziram à posterior suspensão das negociações por iniciativa da delegação portuguesa<sup>199</sup>.

Sobre esta matéria, o MNE de Portugal, em carta do Director Geral da Cooperação, ao Embaixador de Portugal em Bissau (11/05/1979), entende que “na discussão dos vários aspectos deste contencioso tem o Governo de Maputo observado uma estratégia – que voltou a repetir-se nas últimas negociações—a qual consiste em evitar o confronto de razões técnicas deslocando a discussão para um plano de carácter político-ideológico. Para Moçambique, o relacionamento com Portugal deverá ser dividido em dois períodos distintos: um, até a independência, integrando uma realidade de cujas consequentes situações Maputo não se considera responsável, nem está na disposição de suportar encargos; outro, referido ao presente e ao futuro, em que se poderão verificar situações de diverso tipo, enquadráveis nas relações normais entre Estados”<sup>200</sup>.

O fim deste contencioso deu-se na vigência do VI governo constitucional liderado por Sá Carneiro. A actuação deste governo com relação aos países africanos de língua portuguesa seria, conforme o programa do Governo, marcada, sobretudo, por uma atitude pragmática, baseada numa “relação Estado a Estado e sem ingerência nos assuntos internos de qualquer das partes” – e acrescenta que “o Governo procurará ser, também neste campo, sobretudo pragmático: e assim, ao mesmo tempo que apoiará a expansão das relações comerciais e de cooperação técnica e científica com os países de

---

<sup>198</sup> Acusado de ser mercenário e que lhe foi negada a assistência jurídica requerida por Portugal.

<sup>199</sup> Carta do director geral de Cooperação de Portugal ao Embaixador em Bissau. Arquivo Histórico Diplomático, Cota- Proc. 945, 1- Assuntos Relativos a Bancos.

<sup>200</sup> Idem.

expressão portuguesa, não subestimar a importância que reveste o contencioso económico-financeiro que ainda subsiste”<sup>201</sup>.

No discurso da apresentação do programa de governo, Sá Carneiro com relação aos países africanos de língua portuguesa, diz que a cooperação deve ser baseada “numa filosofia de respeito pelas soberanias nacionais, de não ingerência nos assuntos internos de parte a parte e ainda, no que nos toca a nós, portugueses, de salvaguarda da dignidade nacional” e que seria, também, “estudado o contencioso económico e financeiro existente e proposta sua negociação”<sup>202</sup>.

Várias iniciativas, tanto presidenciais assim como da parte do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, concorreram para o desanuviar da tensão nas relações Lisboa-Maputo. Ramalho Eanes desde sempre empenhou-se através de envio de cartas e mensageiros (o mais destacado foi o General Sousa Meneses) ao presidente Samora Machel o que, seria classificado pelo governo da Aliança Democrática (AD) como “diplomacias paralelas”<sup>203</sup>. Por sua vez, o ministro Freitas do Amaral, mesmo com a prioridade de integração europeia, recebeu a 4 de Março de 1980 os cinco embaixadores dos países africanos de expressão portuguesa e asseverou-lhes a vontade de Portugal de estreitar as relações diplomáticas e de cooperação numa base pragmática e focada na resolução dos problemas herdados do processo de descolonização sobretudo com Angola e Moçambique<sup>204</sup>.

Da parte de Moçambique os avanços para a normalização das relações deram-se com a visita à Portugal, em Março de 1981, do ministro dos Negócios de Estrangeiros Joaquim Chissano que permitiu a libertação de alguns presos portugueses em Maputo, da mensagem enviada<sup>205</sup> por Samora Machel a Ramalho Eanes a exprimir a vontade de Moçambique ultrapassar os obstáculos que têm oposto à melhoria das relações com Portugal e, a visita do secretário de estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal Leonardo Matias a Maputo onde foram assinados acordos de cooperação nos domínios da saúde, comercial e cooperação económica.

---

<sup>201</sup> Magalhães, Manuel Manuel Campos. **Belém e São Bento nas Relações Externas Pós-Coloniais Portuguesas (1976-1982)**. Lisboa, 2012. Dissertação de mestrado em ciência política e relações internacionais na FCSH/UNL. p. 91.

<sup>202</sup> Idem, p.92.

<sup>203</sup> Discurso de Freitas do Amaral, *Expresso* de 2/2/1980, p.2.

<sup>204</sup> *Expresso*, Nº 384, 8 de Março de 1980, p. 2.

<sup>205</sup> Enviado Luís Bernardo Homwana em Março de 1977.

Sobre a visita de Joaquim Chissano, *O Expresso*, em editorial exprimia a opinião que:

**“A visita do MNE da República Popular de Moçambique, Joaquim Chissano a Portugal sublinhou a vontade política dos dois países de se darem as mãos nos caminhos da cooperação (recíproca). Foi o primeiro grande passo em termos oficiais, espécie de selo que sustentou o caminho que, pacientemente, vem sendo percorrido apesar dos inevitáveis incidentes de percurso.**

Nesta altura seria injusto esquecer o valioso contributo de Sá Carneiro para uma aproximação mais frutuosa, justamente acentuado quer pelo Presidente Samora Machel, quer pelo ministro Chissano. Com grande clarividência, Sá Carneiro iria equacionar devidamente o célebre problema do contencioso, a que governos anteriores se agarraram”<sup>206</sup>.

A actuação política de Sá Carneiro na questão do contencioso com Moçambique é elogiada por Jorge Sampaio e Ramalho Eanes:

Sampaio lembra que “Sá Carneiro fez aquela declaração célebre: «Não há contencioso nenhum com Moçambique!». Foi uma iniciativa de grande fôlego, que significou a resolução automática de toda a contenda anterior, que passou a ser uma questão do passado.” Sampaio não poupa elogios ao líder do PSD: “Foi o único primeiro-ministro com coragem e força política para impor uma mudança estratégica (...)”<sup>207</sup>.

Para Ramalho Eanes “a acção política de Sá Carneiro foi fundamental e permitiu que as relações se normalizassem. Fizeram-se depois várias visitas e eu próprio fui a Moçambique, acompanhado do Ministro dos Negócios Estrangeiros André Gonçalves Pereira”<sup>208</sup>.

A prova da normalização das relações entre os dois países dá-se com a assinatura, em Outubro de 1980, de um acordo de financiamento entre o Banco de Portugal e o Banco de Moçambique no valor de cem milhões de dólares destinados à compra de bens de consumo, equipamento e serviços.<sup>209</sup>

Joaquim Chissano, acerca da demora na reaproximação entre os dois países, em entrevista a *O Jornal*, afirma que foi “devido à mentalidade neocolonial de algumas forças em Portugal. Forças estas que não conseguiam manter relações de cooperação em

---

<sup>206</sup> *Expresso*, N° 447, 23 de Maio de 1981, p.16.

<sup>207</sup> Castanheira, José Pedro. **Jorge Sampaio: uma biografia:** Volume I-História de uma geração. 2.ed. Porto: Porto Editora, 2012. p. 618.

<sup>208</sup> Idem, p. 619.

<sup>209</sup> *Expresso*, N° 420, 15 de Outubro de 1980.

igualdade com o nosso país, ex-colónia. Agora estou em Portugal e, verifico que os principais partidos, aqueles que estão no Parlamento, consideram que Moçambique é um país independente e deve ser considerado como país independente, soberano, que define a sua via de desenvolvimento e que só pode cooperar com Portugal num plano de igualdade. É por isso que já aceitam que não há contencioso, e que Moçambique não deve nada a Portugal”.<sup>210</sup>

No que se refere à resolução do Contencioso, Chissano lembra a solução encontrada por Vasco Gonçalves mas que houve quebra nas negociações justificadas por interferência da parte portuguesa nos assuntos internos de Moçambique. Salienta o papel desempenhado pelo Presidente Ramalho Eanes e reconhece que foi Sá Carneiro que mostrou vontade de cooperar sem condicionalismos e na base do respeito pela soberania, de igualdade e vantagens mútuas. Porém, entende que “encontrar um único responsável pelo desbloqueamento da situação é realmente muito difícil, porque houve ainda partidos que se aproximaram a nós para estudarem connosco formas e eu creio que isto foi feito a vários níveis, em Portugal. Mas quem se pronunciou agora foi o Presidente Eanes, o primeiro-ministro Sá Carneiro e o Governo actual, de Pinto Balsemão”<sup>211</sup>.

A prova final do encerramento do contencioso e da normalização das relações entre os dois Estados dá-se com a visita a Moçambique do Presidente Ramalho Eanes em Novembro de 1981. A visita tinha como propósito ratificar os vários acordos assinados aquando da deslocação a Maputo em Maio, do Secretário de Cooperação de Portugal, Leonardo Matias e fazer-se um levantamento das oportunidades de investimento em Moçambique por parte de empresas portuguesas.

Esta visita na imprensa dos dois países foi saudada como o retomar das relações e a demonstração de que o contencioso que separava os dois Estados fora de facto ultrapassado. O *Notícias* de Maputo escreve que “a presença de Eanes é o corolário do melhoramento das relações entre Moçambique e Portugal, cujo processo foi iniciado a mais ou menos um ano, quando o então Primeiro-ministro Sá Carneiro anunciou que o seu governo estava disposto a encerrar o chamado contencioso económico”<sup>212</sup>. Por sua vez, *O Jornal* em Lisboa dizia que “o grande mérito da visita de Ramalho Eanes

---

<sup>210</sup> *O Jornal*, Ano VI, Nº 316, 27 de Março de 1981, pp-22-23.

<sup>211</sup> *Idem*.

<sup>212</sup> *Notícias*, Edição de 4 de Dezembro de 1981, p. 1.

consistiu em normalizar as relações, apagar, na medida do possível os aspectos criticáveis do passado colonialista e dos anos da guerra, e sossegar a comunidade portuguesa residente no país, cerca de 20.000 pessoas”<sup>213</sup>. Ainda sobre a visita de Ramalho Eanes, o *Expresso* em editorial perspectiva que “a viagem do Presidente da República a Moçambique é um acontecimento de profundas repercussões políticas, destinado a ficar, como ponto cimeiro, na história do relacionamento entre os dois países”. E prossegue: “Com a visita de Ramalho Eanes realiza-se um encontro do Portugal livre com Moçambique liberto do jugo colonial. Dois países, repete-se, cuja história os compele a precisarem um do outro na caminhada para o futuro, independentemente dos conteúdos ideológicos das respectivas políticas oficiais”. E a finalizar lembra Sá Carneiro: “Nesta hora, porém, é de justiça lembrar um homem que muito contribuiu para o desbloqueamento das relações entre os dois países e que quando morreu fez Samora Machel exclamar «perdemos um grande amigo»: Francisco Sá Carneiro”<sup>214</sup>.

### 3.1 A Questão das Reservas Bancárias

Desde 1975 até 25 de Fevereiro de 1977, o escudo moçambicano continuou ligado ao escudo português, no que concerne às cotações cambiais, sendo que por motivos técnicos a tabela de câmbios publicada era feita com base em informações recebidas do Banco de Portugal. Os motivos técnicos tinham a ver com a capacidade de cálculo da taxa de câmbios em Moçambique, que desde sempre, esteve totalmente dependente do Banco de Portugal<sup>215</sup>.

Na sequência da implementação do programa de ajustamento estrutural em Portugal, em Maio de 1978, o Governo português decidiu desvalorizar a sua moeda, contudo, esta decisão não teve o mesmo seguimento em Moçambique, à medida que o Conselho de Ministros decidiu não desvalorizar o escudo moçambicano, tendo suspenso a tabela de câmbios praticada no país até 25 de Fevereiro de 1977. Portanto, a 26 de Fevereiro de 1977, o escudo moçambicano manteve o seu valor e foi criada uma

---

<sup>213</sup> *O Jornal*, Ano VII, Nº 353, 4 de Dezembro de 1981, p. 8.

<sup>214</sup> *Expresso*, Nº 473, 21 de Novembro de 1981, p. 14.

<sup>215</sup> Anon, F. **Alta Finança Internacional Patrocina Falsificadores de Notas Moçambicanas**. In *Revista Tempo*, Nº 338, 1977. p.7; Pimpão, A. J., **Algumas Considerações sobre a Política Monetária em Moçambique**. Maputo: Banco de Moçambique, 1996. p. 3.

nova base de fixação de câmbios, sendo que, na altura, o então Governador terá informado que o cálculo de câmbios passaria a ser feito pelo BM de acordo com os câmbios internacionais de um determinado número de moedas associadas a países com os quais Moçambique tinha relações comerciais<sup>216</sup>.

Quanto às razões da não desvalorização do escudo moçambicano, para além das razões económicas, tudo indica ter sido um acto de soberania e de demonstração da independência económica<sup>217</sup>. Assume-se este posicionamento atendendo às afirmações do então Governador, que declarou “isto é um acto de soberania do Estado de Moçambique e um dos aspectos da afirmação da nossa independência económica”<sup>218</sup>, tendo ainda, salientado que uma desvalorização do escudo moçambicano teria efeitos negativos na economia, exactamente porque havia uma necessidade de se reactivar a economia<sup>219</sup>, o que implicava o aumento das importações de equipamentos para os sectores prioritários da economia e até de bens de consumo<sup>220</sup>.

A 5 de Novembro de 1977 o Banco de Moçambique passa a controlar o comércio de câmbios e as operações com o estrangeiro, devido à fuga de divisas e a necessidade de integrar o comércio de câmbios e o esquema de pagamentos ao exterior em condições de segurança e eficácia, no âmbito do que se entendia ser uma equilibrada planificação e gestão de recursos<sup>221</sup>.

Sobre as reservas cambiais de Moçambique, Almeida Santos testemunha que “na presidência do Banco de Moçambique, Sérgio Vieira desenvolveu uma política forçosamente inovadora- partia do zero- tendo deixado como principal inovação a criação da moeda moçambicana- o metical. Ficou a constituir uma afirmação de soberania. Houve também que constituir as reservas do próprio Banco, que a era colonial, a guerra e particularmente o 25 de Abril, tinham deixado em crise de exaustão. A velha prática salazarista de enviar para Lisboa, a engrossar as reservas de ouro do Banco de Portugal, a parte paga em ouro dos salários dos moçambicanos que

---

<sup>216</sup> A 4 de Março de 1977 o Banco de Moçambique emitiu um aviso, segundo o qual o escudo moçambicano tomava para sua taxa básica a quantidade de dólares dos EUA contida em uma unidade de escudo moçambicano no dia 26 de Fevereiro de 1977.

<sup>217</sup> Carvalho, Joaquim Ribeiro de. **Criação do Banco de Moçambique: dos Acordos de Lusaka (7/9/1974) à publicação no Boletim Oficial (17/5/1975)**. In: BANCO DE MOÇAMBIQUE. *Histórias vividas, 1975-2010: depoimentos*. Maputo: Banco de Moçambique, 2012. p.22.

<sup>218</sup> Anon, 1977. p.7; BM, 2000:13; Pimpão, 1996. p.4.

<sup>219</sup> De acordo com as Directivas Económicas e Sociais aprovadas pelo III Congresso da FRELIMO.

<sup>220</sup> Anon, 1977. p.7; Pimpão, 1996. p. 4.

<sup>221</sup> Ordem de Serviço nº 17, do Governador do BM.

trabalhavam nas minas do Rand; as crescentes dificuldades do sistema de pagamentos interterritoriais e a crescente debilidade financeira do território, consequentemente da economia da guerra, arrastaram-se penosamente até o breve consulado do Governador Soares de Melo, que corajosamente exigiu o fim da tradicional gestão desse ouro”.<sup>222</sup>

Após a nacionalização da banca em Moçambique, verifica-se o fenómeno designado, pelos responsáveis do regime, de “sabotagem económica” que consistia em roubos, subornos, exportação ilegal de divisas e mercadorias e, especialmente, operações fraudulentas de comércio exterior como é o caso da sobrefacturação. Esta sabotagem era imputada a comerciantes de origem portuguesa e indiana e a razão de ser era a grave crise económica que o país atravessava.

Sobre a sabotagem económica e a questão dos espoliados, a visão de Sérgio Vieira<sup>223</sup> é de que “no cenário em que a potência colonial, através do Presidente Spínola, pretendia postergar para as *calendas gregas* a solução colonial, a Frelimo não podia recorrer à sua autoridade moral e política para providenciar um alento a um morto, clinicamente”. Ainda segundo Vieira, a crise que iniciara, ao nível económico, com a *Nó Górdio*, havia aberto o caminho para os jogos financeiros especulativos, destinados a contornar a legislação que impedia a transferência de capitais. Surgiu, neste contexto, um falso *boom* imobiliário. Quanto maior o êxodo dos colonos, maior a construção de habitações. Com um valor inicial mínimo, o especulador contraía um empréstimo junto da banca, recebia o dinheiro, hipotecava e re-hipotecava o imóvel e, finalmente, a banca ficava com um *mono* em troca de uma transferência que fazia a favor do seu mutuário, para a metrópole ou para a África do Sul. E exemplifica que em 1976, a quando da nacionalização das casas arrendadas, mais de 80% do imobiliário estava hipotecado repetidas vezes e os proprietários residiam no estrangeiro, exigindo transferência de rendas.

Uma situação real de sabotagem económica foi a acusação feita, à cooperante portuguesa Maria de Aguiar Galhardo, pelo Banco de Moçambique, de espionagem económica a favor da Sena Sugar Estates. As autoridades moçambicanas consideraram a cooperante responsável por planos de sabotagem económica e disseram que tinha documentos confidenciais relativos à actividade do BM de que era conselheira jurídica e

---

<sup>222</sup> No prefácio das memórias de Sérgio Vieira, pp. 19-20.

<sup>223</sup> Vieira, Sérgio. **Participei, por isso testemunho**. Maputo: Editorial Ndjira, 2010. p. 692-693.

que o caso deveria ser entregue à justiça, depois de terminadas as investigações em curso<sup>224</sup>.

No entender de Rita-Ferreira, porém, é necessário de usar de alguma cautela no uso do conceito de “sabotagem económica”. Segundo o antropólogo, “a sabotagem económica, mesmo entre os mais altos dirigentes da Frelimo, era um conceito lato que podia aplicar-se a todas e quaisquer dificuldades que as empresas atravessassem (financeiras, administrativas, serviços de manutenção, relações de pessoal, escoamento da produção, abastecimento de matérias-primas, fixação de preços de venda, etc.)”<sup>225</sup>.

Para limitar a exportação de bens na sua maioria para Portugal, pelo Decreto 34/76 de 14 de Outubro, do Conselho de Ministros, foi criada a Comissão de Controlo das Exportações de Pessoas Singulares. Este controlo foi agravado a 6 de Abril de 1977, por uma resolução do Conselho de Ministros que visava controlar a exportação ilegal de divisas. Após ter examinado o facto anormal de que muitos cidadãos se haviam deslocado aos fins-de-semana para Swazilândia e África do Sul, e constatado que estas deslocações só eram possíveis com uso de canais incorrectos para obtenção de divisas, em prejuízo da economia do país, determinou:

- A proibição de deslocações ao estrangeiro aos fins-de-semana;
- Que só em casos excepcionais e autorizadas pelas entidades competentes seriam permitidas tais deslocações;
- Que sejam considerados com maior rigor os pedidos de cambiais para fins turísticos, os quais só poderiam ser concedidas em casos devidamente justificados.

Sobre esta medida, o Consulado de Portugal em Maputo entendeu que “Esta medida que vem no sentimento da sabotagem económica, afectou sobretudo a comunidade portuguesa e indiana que para além de possuir passaportes, tinha maior poder aquisitivo para abastecer-se de bens de primeira necessidade naqueles países vizinhos que, nesta altura, em Moçambique já eram escassos”<sup>226</sup>.

---

<sup>224</sup> A Luta, 28/12/1978, p. 7.

<sup>225</sup> Rita-Ferreira, A. **Moçambique post-25 de Abril: causas do êxodo da população de origem europeia e asiática**. In “Moçambique: cultura e história de um país”. Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1988p. 154.

<sup>226</sup> Telegrama para o MNE com a Referência nº 77, datado de 27 de Janeiro de 1978. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. Cota: SETF-331 Est. 89.



As reservas, no caso do BNU, quando entregue a Moçambique, eram apenas de um milhão de dólares<sup>227</sup> e cerca de uma tonelada de ouro. À luz da política colonial, todo o ouro e reservas eram transferidos para o Banco de Portugal.

### 3.2 Reservas de Ouro e a Mão-de-Obra Moçambicana nas Minas do Rand

A economia da colónia de Moçambique sempre fora dependente da exportação da mão-de-obra para as minas da África do Sul e do sistema ferro-portuário que através dos corredores de Lourenço Marques e da Beira, servia para o escoamento de mercadorias de e para os países vizinhos da então Rodésia do Sul (actual Zimbabwe), Niassalândia (hoje Malawi) e Transvaal (hoje parte da África do Sul).

Em Moçambique, principalmente na região ao sul do rio Save, a colonização sistemática vai provocar o acentuar da tendência migratória para as minas, à medida que se eleva o número de colonos, a usurpação das terras mais férteis do Sul e os consequentes efeitos na agricultura tradicional.

O recrutamento de mão-de-obra ao Sul de Moçambique, para as minas da África do Sul, foi formalizado em 1897 pelas autoridades portuguesas e de Transvaal. Por acordo secreto celebrado em 1901 com as autoridades portuguesas, foi garantido à WENELA<sup>228</sup> o monopólio para recrutamento de trabalhadores moçambicanos até que em 1965 Portugal autorizou, por um concurso restrito<sup>229</sup>, a selecção de mais três agências<sup>230</sup>, nomeadamente a ALGOS<sup>231</sup>, ATAS<sup>232</sup> e CAMON<sup>233</sup> que preferencialmente recrutavam para as minas de platina e de carvão para além da agricultura.

O Estudo realizado pelo Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane<sup>234</sup> aponta como razão para o recrutamento de mão-de-obra estrangeira para as minas do Transvaal, a preocupação da indústria mineira de assegurar

---

<sup>227</sup> Vieira, Sérgio. **Participei, por isso testemunho**. Maputo: Editorial Ndjira, 2010. p. 694.

<sup>228</sup> Agência responsável pelo recrutamento de trabalhadores. A sigla WENELA significa Witwatersrand Native Labour Association.

<sup>229</sup> **O Mineiro Moçambicano**, p. 47.

<sup>230</sup> Idem, p. 48.

<sup>231</sup> Designada a partir do nome do seu proprietário, Albano Domingos.

<sup>232</sup> Agência de Trabalhadores para a África do Sul.

<sup>233</sup> Companhia Angariadora de Mão de Obra Nacional.

<sup>234</sup> Com o título “O Mineiro Moçambicano” publicado em 1977 sob coordenação da historiadora e activista sul-africana Ruth First.

grandes reservas de mão-de-obra, oriunda dos países vizinhos<sup>235</sup> da África do Sul, a salários baixos dada a pouca apetência dos negros sul-africanos em empregarem-se nas minas.

Em Janeiro de 1953, dada a grande procura por mão-de-obra estrangeira, são traçadas metas de recrutamento para cada posto da WENELA em Moçambique. Com a abolição jurídica por parte de Portugal da cultura forçada do trabalho em 1961, e os “indígenas” das colónias teoricamente transformados em cidadãos portugueses, prospera o negócio da exportação de mão-de-obra<sup>236</sup>. Através do Acordo de 1964, Portugal institui a “cláusula do ouro” sobre o pagamento diferido e que lhe vai permitir avultados rendimentos. Em contrapartida, aceita elevar a cota de recrutamento para 100.000, mantendo-se o mínimo em 65.000.

Neste período, a dependência económica de Moçambique e dos restantes países da África Austral não se limita à questão da mão-de-obra migrante mas à importação de produtos acabados da África do Sul. A indústria transformadora da RAS<sup>237</sup> tendo recebido enormes investimentos de países capitalistas ocidentais e encontrando-se com excedentes na sua balança de pagamentos, olha para os países vizinhos como mercados de fácil colocação desses produtos.

Desta feita, na visão de Lopes Júnior, Pretória desenvolve crescentes esforços no sentido de transformar o conjunto dos anteriores “países fornecedores de mão-de-obra” num vasto mercado de escoamento dos seus produtos. Forma-se a chamada “Constelação de Estados”<sup>238</sup> que giraria em torno da África do Sul, servindo os imperativos desta nova dependência económica para limar e estabilizar as contradições políticas, e minar o apoio à Frelimo, e o cerco generalizado à política do apartheid.

No caso específico de Moçambique, Pretória confiava que a proximidade geográfica e complementaridade do sistema de transportes ferroviários obrigaria o novo governo da Frelimo, apesar das referidas diferenças ideológicas, a permanecer como um recipiente das exportações sul-africanas.

---

<sup>235</sup> Para além de Moçambique também recrutava-se nos actuais Zimbabwe, Zâmbia, Lesotho e Botswana, por exemplo.

<sup>236</sup> Lopes Júnior, Miguéis. **O Processo da Acumulação da RSA e a Situação Actual no Sul do Save**. In *Estudos Moçambicanos*, Vol. 1, 1980. p. 101.

<sup>237</sup> República da África do Sul, RAS na sigla inglesa.

<sup>238</sup> Formada pelos países vizinhos fornecedores de mão-de-obra mais os bantustões (regiões habitadas pelas populações negras à luz da política do apartheid) que tinham ganho um estatuto de semi-estados independentes.

Na tentativa de contornar esta dependência, o governo moçambicano estabeleceu, com os restantes países vizinhos formas de cooperação e ajuda mútua. Em reunião realizada em Lusaka, os países da “Linha da Frente”<sup>239</sup>, em conjunto com o Lesotho, Swazilândia, Malawi e o recém-independente Zimbabwe referiram a necessidade de romper a hegemonia económica regional do imperialismo sul-africano. Assim foram acordadas diversas medidas no âmbito da SADCC<sup>240</sup>, - sendo de destacar, a criação de uma organização ferro-portuária, com sede em Maputo,- destinadas a intensificar as trocas comerciais e as ligações económicas entre os países participantes.

A SADCC, recorde-se, foi criada em 1980 pelos governos de nove países designadamente Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe com objectivo de contrapor o poderio da África do Sul em relação aos seus países vizinhos.

No acordo de transferência do BNU estava inclusa a questão das remessas do ouro da África do Sul<sup>241</sup>. Quando Moçambique se tornou independente, o contexto económico apresentava sérios desequilíbrios estruturais, caracterizado por uma economia atrasada, subdesenvolvida, estruturalmente dependente e sujeita aos interesses e às políticas traçadas pela antiga potência colonial. Estava muito virada para satisfazer os interesses dos colonos e das empresas capitalistas implicadas na exploração do território e dos seus recursos humanos, fundamentalmente virada para os países do interior.

Nos últimos anos do colonialismo, cerca da metade<sup>242</sup> das receitas dos invisíveis correntes de Moçambique provinha do trabalho migratório e transportes para com a República da África do Sul. Porém, a mudança do processo de acumulação do capitalismo sul-africano, que deixa de ser extremamente dependente das minas, irá determinar nos anos seguintes uma mais acentuada redução quantitativa e uma maior diversificação quanto à origem da mão-de-obra migrante estrangeira. Esta acção provocou desde logo o agudizar da profunda crise que a economia de Moçambique

---

<sup>239</sup> Os Países da Linha da Frente constituíam uma aliança de países africanos (Angola, Botswana, Moçambique, Zâmbia) entre os anos 60 e 90 com o objectivo de combater o Apartheid.

<sup>240</sup> Southern Africa Development Coordinatoin Conference.

<sup>241</sup> Carvalho, Joaquim Ribeiro de. **Criação do Banco de Moçambique: dos Acordos de Lusaka (7/9/1974) à publicação no Boletim Oficial (17/5/1975)**. In: BANCO DE MOÇAMBIQUE. *Histórias vividas, 1975-2010: depoimentos*. Maputo: Banco de Moçambique, 2012. p.35.

<sup>242</sup> 43,5% em 1972.

atravessa no início da década de 1980 que, entretanto, se iniciou desde o período imediato após a independência.

As remessas de ouro relativas a 60 por cento dos salários dos migrantes, que eram para Moçambique preciosas divisas numa altura em que o esforço de arrancada para o desenvolvimento fazia aumentar a conta de importações, vão diminuir drasticamente, acompanhando a diminuição do número de trabalhadores recrutados. Por outro lado, a partir de Abril de 1978, Moçambique deixou de beneficiar do preço especial de Ouro nas remessas correspondentes aos salários dos mineiros. O Governo de Pretória segue nesse ano a tendência já em curso nos países capitalistas industrializados e autoriza a fixação do preço do ouro com base nos valores do mercado livre.

Nos anos anteriores, entretanto, o recrutamento de novos candidatos já não se verificava. Em 1976, a Câmara das Minas sul-africana determinou que só fossem recrutados migrantes estrangeiros que tivessem, no mínimo, cumprido um contrato nas minas sul-africanas. Esta medida tinha em vista uma maior inserção da população negra sul-africana no mercado de trabalho.

Por sua vez, a partir da independência, o novo governo de Moçambique desenvolveu uma acção tendente a controlar a movimentação de migrantes tendo imposto restrições à emissão de documentos de viagem e o direito à nacionalidade. Estas medidas tinham em vista colocar em prática os objectivos centrais da linha política da Frelimo, da diminuição da dependência em relação ao regime do apartheid. Pelo que facilitar a imigração seria permitir a evolução dinâmica do subdesenvolvimento no Sul de Moçambique e, implicitamente, reconhecer que o trabalhador moçambicano só poderia ganhar o seu pão submetendo-se à exploração num país capitalista<sup>243</sup>.

Segundo Adrião Rodrigues o BM<sup>244</sup> aquando da sua criação tinha em seu poder 150.000 contos (aproximado a €750.000), e ainda nos cofres do banco havia pouco mais de 1 tonelada de ouro, proveniente de vendas antigas dos garimpeiros ao BNU, quando a exploração das areias auríferas, dos rios do norte de Moçambique, era rentável e que tinha ficado para o BM, nos termos do acordo celebrado. A situação registou uma

---

<sup>243</sup> Lopes Júnior, Miguéis. **O Processo da Acumulação da RSA e a Situação Actual no Sul do Save**. In *Estudos Moçambicanos*, Vol. 1, 1980. p. 96.

<sup>244</sup> In <http://spesgaudium.blogspot.pt/>. Os Dias Seguintes, Texto publicado a 03 de Nov. de 2010.

ligeira melhoria porque o governo provisório de Moçambique<sup>245</sup> que teve uma gestão muito vantajosa para Moçambique, nem sempre reconhecida, conseguira travar o envio do ouro dos mineiros moçambicanos para a ainda Metrópole.

A decisão de cessar o envio de ouro para Portugal foi na altura conhecida como “Manifestações de ouro”. Num artigo com o título *Crise Económica na Origem das Manifestações do Ouro*, o *Expresso* escreve que “A atitude tomada pela população moçambicana quanto ao embarque de ouro para Lisboa reflecte não só a impopularidade desta obrigação contraída com o Banco de Portugal mas também o temor pela desorganização económica que ameaça a colónia com consequências inevitavelmente desastrosas: falência, desempregos, baixa de produção, miséria, fome, aumento de criminalidade e insegurança”.<sup>246</sup> Nesta manifestação reivindicava-se a venda daquele ouro no mercado local para a obtenção de mais ganhos e também afirmava-se que o ouro devia permanecer em Moçambique porque fora obtido com trabalho dos mineiros moçambicanos no Rand.

No período que antecedeu o 25 de Abril de 1974, a economia moçambicana já estava numa profunda crise em parte pelos custos da guerra de libertação nacional. Depois da assinatura do Acordo de Lusaka, e perante a necessidade de praticar um salário justo, o novo governo de transição procedeu a aumentos de salários, o que afectou a capacidade de muitas empresas, levando a despedimentos de trabalhadores e ao esgotamento de mercadorias principalmente nas cantinas das zonas suburbanas. Verifica-se, em paralelo, a retracção de novos investimentos e a fuga de alguns empresários, sobretudo de origem portuguesa e indiana, que na sua saída exportam de forma lícita e ilícita divisas, actos que afectaram o fundo cambial.

O acordo para a exportação de mão-de-obra estipulava que, do salário dos mineiros, metade lhes era pago na África do Sul e a outra metade era enviada, em rands, para Moçambique, cujas autoridades pagavam o seu contravalor, em escudos, à pessoa que o mineiro indicava. Estipulava também que, quando o envio de rands atingisse um determinado montante, Moçambique tinha a opção de trocar esse montante por ouro, primeiro a 28 dólares, depois a 32 a onça. Porém, ainda no relato de Adrião Rodrigues, Moçambique vivia uma constante escassez de divisas e quando atingia,

---

<sup>245</sup> O que se seguiu ao 25 de Abril de 1974 e que se não deve confundir com o de Transição.

<sup>246</sup> *Expresso*, Nº 80, 13 de Julho de 1974, pp. 1-2.

contabilisticamente, o montante de rands provenientes dos salários dos mineiros necessário para comprar uma partida de ouro, já tinha gasto esses rands em outras importações e não tinha disponibilidades para pagar à África do Sul o ouro que poderia comprar. Esta situação foi resolvida ainda no governo de Salazar através da instrução dada ao Banco de Portugal para fornecer os rands necessários a Moçambique e o ouro era escoado para os cofres do Banco de Portugal. Após o 25 de Abril, o governo provisório liderado por Soares de Melo, impediu que o Ouro fosse para Lisboa.

Portugal e posteriormente o novo Estado de Moçambique lucraram com a venda de ouro obtido pela cláusula do trabalho diferido. No entender de Malyn Newitt “com a introdução do sistema de preço múltiplo para o ouro em 1969, os portugueses continuaram a receber transferências ao preço oficial e a venderem o ouro no mercado mundial. Quando o preço mundial livre de ouro aumentou, o governo português lucrava substancialmente, tendo as transacções atingido pelo menos 40 milhões de randes/ano e consta que o governo da Frelimo terá arrecadado 150 milhões de randes em 1975”<sup>247</sup>.

Para a África do Sul a eliminação dos controlos sobre os preços do ouro veio alterar toda a base económica da indústria mineira do ouro, cujas receitas permitiram uma mecanização em maior escala e o pagamento de salários elevados para atrair os recursos humanos locais.

Estas reservas de ouro reforçaram, após a independência, o contencioso entre Moçambique e Portugal. Conforme o testemunho de Sérgio Vieira: “a evacuação do ouro que se encontrava em Portugal, mostrou-se muito difícil, mostrando o Ministério das Finanças português a maior relutância em deixar cumprir ao Banco de Portugal o mandato de fiel depositário, que lhe havíamos conferido”<sup>248</sup>.

A tentativa de transferência do referido ouro, prevista na cláusula 10ª da escritura de transferência do BNU, iniciou com um pedido formulado pelo Banco de Moçambique para que o mesmo fosse transferido para o Banque National Suisse-Zurich. Numa primeira fase Portugal não se opôs à esta transferência como atesta o teor da carta do Banco de Portugal ao BNU a transmitir concordância para a transferência do ouro: “Ao comunicar a V.S.as, o que precede pedimos que, logo que esse Banco julgue oportuno efectuar a remessa para o Banque Nationale Suisse, de Zurique, do ouro

---

<sup>247</sup> Newitt, Malyn. **História de Moçambique**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1977. p. 431.

<sup>248</sup> Vieira, Sérgio. **Participei, por isso testemunho**. Maputo: Editorial Ndjira, 2010. pp. 693-694.

pertencente ao Banco de Moçambique, se digne contactar novamente o Banco de Portugal com vista ao acerto das condições de exportação do mencionado ouro”<sup>249</sup>.

Porém o contencioso económico e financeiro que se seguiu logo após a independência travou a transferência de ouro e afectou as demais matérias de cooperação. Não encontrando resposta satisfatória por parte do Banco de Portugal, em 5 de Maio de 1976, o BM concordou<sup>250</sup>, como processo alternativo, que os referidos valores ficassem depositados no BdP, mediante emissão por parte deste de um certificado de posse à ordem do Banque National Suisse-Zurich, modalidade que o BdP se mostrou disposto a aceitar.

Em 23 de Abril de 1977, O BM voltou a solicitar o envio de ouro para o Union de Banques Suisse-Zurich. O Assunto é remetido à Secretaria do Estado de Tesouro (SET) de Portugal que por sua vez, em ofício ao Ministro das Finanças, afirma: “A orientação a tomar nesta matéria, penso que excede largamente as competências desta Secretaria de Estado, pelas implicações políticas que encerrará a decisão a tomar”. E na mesma informação, a SET acrescenta que “se bem que, nos termos da escritura da transferência do ex-departamento do BNU em Moçambique, a transmissão da propriedade de ouro tenha ficado incondicionalmente assegurada e que sempre se tenha considerado e declarado a legitimidade do Banco de Moçambique quanto à propriedade dos valores em causa, a verdade é que a situação actual do contencioso financeiro justifica numa correcta e cuidada ponderação da oportunidade de se dar uma excepção à transferência”<sup>251</sup>.

Perante a insistência do BM, o BNU através da nota com referência SG 171/79<sup>252</sup>, com o título “Instruções do Banco de Moçambique para a Transferência do Ouro Depositado na sede do BNU”, solicita instruções ao SET e refere que decorridos quatro meses sobre o pedido de transferência de valores que se acham à guarda do BNU, ainda não recebera resposta satisfatória a respeito de uma demora que reputa de todo inexplicável e que sai fora das normas de procedimento usuais nas relações entre

---

<sup>249</sup> Carta de 3 de Novembro de 1975. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças . Cota PT/ACMF/GMF/24/24.0.1.

<sup>250</sup> Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças Cota PT/ACMF7GMF/24/24.0.1- Cooperação com Moçambique.

<sup>251</sup> . Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. Cota PT/ACMF/GMF/24/24.01.

<sup>252</sup> Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota SETF-47.

Bancos. Na mesma nota cita as palavras do Vice-Governador do BM: “A persistência de uma tal atitude colide frontalmente com a confiança que depositamos na Banca nacionalizada portuguesa e seguramente porá em causa as relações de colaboração que desejamos assegurar e desenvolver. O prolongamento desta situação está a causar-nos danos materiais, do que teremos de atribuir responsabilidades e exigir reparação”.

Em resposta à preocupação do BNU, o SET por despacho de 27/6/1979<sup>253</sup>, e tomando conhecimento do ofício nº 442/79 do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, afirma que “... no seguimento do decidido numa reunião que oportunamente teve lugar na Presidência da República, aquele Banco (BNU) deverá deixar sem resposta qualquer nova comunicação do Banco de Moçambique sobre o assunto referido na referida carta”.<sup>254</sup> E acrescenta que também o Banco de Moçambique não honrou algumas cláusulas estipuladas no acordo de transferência do ex-departamento do BNU nomeadamente o recebimento de obrigações para liquidação pelo Governo português.

Mediante a concordância do Ministro das Finanças<sup>255</sup> esta matéria foi incluída nas negociações do contencioso e remetida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) com informação para o BNU. A posição do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) foi a seguinte: “Incluir este assunto no âmbito do contencioso financeiro geral com a República Popular de Moçambique à semelhança do comportamento já assumido pelas autoridades moçambicanas relativamente à TAP e outras matérias”<sup>256</sup>.

Para agravar este contencioso, em novo Despacho, o Ministro das Finanças entende que a manutenção do ouro em posse de Portugal era o único instrumento de persuasão político-diplomático pelo que competia a Moçambique no âmbito diplomático negociar a sua devolução e nos termos do referido despacho, que em seguida se transcreve, o BNU deve evitar dar explicações ao BM:

- 1. “A apresentação da questão da devolução ao BM do ouro que lhe pertence em plena propriedade e que está depositado no BNU pode, por acaso, inserir-se numa breve**

---

<sup>253</sup> Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. Cota SETF-47.

<sup>254</sup> Idem.

<sup>255</sup> Ofício nº 1598, de 25 de Março de 1979 do Ministro das Finanças para a SETF. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota PT/ACMF/GMF/24/24.0.1.

<sup>256</sup> Ofício nº 2447, de 1 de Julho de 1979. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota SETF-47.



apreciação geral da conjuntura, em nova degradação, das relações entre Portugal e Moçambique.

2. Neste momento a detenção desse ouro constitui um dos poucos elementos de pressão de que dispomos para defender os nossos direitos de Estado soberano contra o Estado, igualmente soberano, de Moçambique.
3. Por isso, mantêm-se integralmente as anteriores orientações, e especificamente:
  - a) O ouro não deverá ser devolvido ou transferido, nem o assunto será mais tratado entre as duas instituições financeiras, devendo manter-se nesta fase, restrito ao nível diplomático, caso Moçambique opte por situá-lo em tal plano.
  - b) Não serão dadas quaisquer explicações ao BM sobre este assunto.”<sup>257</sup>.

A solução foi encontrada em 1980 no governo de Sá Carneiro da qual, Freitas do Amaral, na altura Ministro dos Negócios Estrangeiros, lavrou o seguinte testemunho:

“Quando tive conhecimento da “questão de ouro de Moçambique”, o meu instinto jurídico disse-me logo que as autoridades moçambicanas deviam ter razão ao reivindicá-lo; mas o certo é que, até 1980, nenhum dos governos Provisórios ou Constitucionais anteriores ao nosso se lembrou de equacionar bem o problema ou teve a coragem de o resolver.

Dei um despacho a mandar ouvir o então consultor jurídico principal do MNE- o Dr. Luís Crucho de Almeida, que fora docente em Coimbra e leccionava então Direito Internacional Público na Universidade Católica de Lisboa. O parecer dele foi claríssimo: todo o ouro que estava depositado no BNU em Lisboa, em nome da antiga província ultramarina de Moçambique, tinha passado, na data da independência, por força do Acordo de Lusaca, a pertencer, em propriedade plena, ao património do Estado moçambicano; e, por consequência, Portugal tinha apenas de cumprir a obrigação jurídica de o entregar; essa obrigação não estava limitada por quaisquer requisitos ou condicionamentos. Nem havia notícia, nos ministérios competentes, de quaisquer reclamações de créditos, por parte de empresas ou cidadãos portugueses, sobre a República Popular de Moçambique (ao contrário do que sucedeu com Angola, que os foi pagando ao longo dos anos).

Homologuei, pois, ponderadamente, o extenso e minucioso parecer, com o qual concordei plenamente. E enviei-o, para efeitos de homologação conjunta, ao Ministro das Finanças, Cavaco Silva, a quem expliquei pessoalmente os aspectos jurídicos da questão e sublinhei a importância política e diplomática de a resolvermos logo que possível. Cavaco Silva não demorou mais de oito dias a telefonar-me, dizendo que ficara convencido com os meus argumentos e com os do parecer do MNE e, por isso, ia também homologar o parecer e autorizar a entrega do ouro.

Falei nesse mesmo dia com o Primeiro-Ministro, a quem resumi o que se passava. Sá Carneiro ficou radiante e pediu-me para preparar o texto de uma carta a enunciar a boa notícia,

---

<sup>257</sup> Despacho Nº 45/79, de 3 de Setembro do Ministro das Finanças. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. Cota SETF-47.

que ele enviaria, como Primeiro-Ministro de Portugal, ao Presidente da República de Moçambique, ao tempo o “fundador” e Presidente Samora Machel”<sup>258</sup>.

Após a concordância do Governo português, o ouro foi transferido para o Banco da França como fiel depositário<sup>259</sup>. Nas palavras de Sérgio Vieira, na altura Governador do Banco de Moçambique, o processo de transferência ocorreu da seguinte forma:

“Saturado das delongas acordei com o Banco de França e um bom amigo, Pierre Schwed, enviá-lo a Portugal. Schwed pertencera às fileiras da resistência francesa, combatera sob as ordens do grande escritor André Malraux. O Jacinto Veloso<sup>260</sup> havia-me apresentado. Na época ele dirigia uma das mais importantes empresas de intermediação financeira de divisas. Quando Schwed se dirigiu ao Banco de Portugal este alegou os entraves que sofria. Schwed então disse que se iria embora e, estando Portugal a negociar a sua adesão à CEE, certamente, que as queixas subsequentes que os governadores do Banco de França e de Moçambique fariam, poderiam suscitar reacções muito negativas da instituição europeia. De imediato tudo se resolveu a contento! O Banco de França recebeu o ouro como fiel depositário”<sup>261</sup>.

Os testemunhos acima citados, de Freitas do Amaral e Sérgio Vieira, aparentemente contraditórios, têm em comum que nesta altura dos acontecimentos, 1980, as relações entre os dois Estados estavam num processo avançado de normalização o que tinha permitido a negociação de diversos acordos de cooperação.

Do relato de Freitas do Amaral, para além da crítica indirecta aos anteriores governos de maioria socialista ou de iniciativa presidencial, vislumbra-se o modelo de diplomacia preconizado pelo governo da AD com relação aos países africanos de expressão portuguesa, baseada na relação soberana entre os estados e sem a componente mais “política” (na acepção “partidária”) que por muito tempo ensombrou a cooperação entre ambos. Da parte de Sérgio Vieira, que omite a disponibilidade do governo português referida por Freitas do Amaral, pode-se entender que nesta altura, 1980, as matérias entre os dois estados já eram de fácil resolução em contraste com o longo período, desde a independência de Moçambique, em que várias questões como o caso concreto do ouro se arrastaram e tomaram contornos político-diplomáticos.

---

<sup>258</sup> Amaral, Diogo Freitas do. **A Transição para a Democracia: Memórias políticas II** (1976-1982). Lisboa: Bertrand Editora, 2008. p. 259.

<sup>259</sup> Nos arquivos consultados não foram encontrados documentos que atestem a transferência do ouro.

<sup>260</sup> Na altura Ministro da Segurança de Moçambique.

<sup>261</sup> Vieira, Sérgio. **Participei, por isso testemunho**. Maputo: Editorial Ndjira, 2010. p. 694.

### 3.3 A questão da Barragem de Cahora Bassa

A barragem de Cahora Bassa nasce da estratégia portuguesa, na segunda metade do século XX, para garantir a sua continuidade nas colónias africanas através da construção de grandes empreendimentos e povoamento por colonos portugueses, de regiões com valor estratégico. Esta barragem foi construída em Tete entre o final da década de 1960 e início da década de 1970 e a conclusão das obras coincidiu praticamente com a independência de Moçambique.

Para Isaacman a visão de Portugal era que o empreendimento “serviria como uma mega barragem de múltiplos usos, concebido para alcançar objectivos económicos, sociais e políticos: expandir a produtividade regional, elevar as condições de vida da população indígena, aumentando substancialmente o número de europeus no vale do Zambeze e acabar com as cheias”<sup>262</sup>. Com a intensificação da guerrilha da Frelimo, foi adicionado aos objectivos iniciais o de servir de barreira contra o avanço dos guerrilheiros às regiões centro e sul de Moçambique com importantes infra-estruturas económicas como os portos e caminhos-de-ferro da Beira e Lourenço Marques”<sup>263</sup>.

No seu projecto inicial, de forma detalhada, “supunha-se que a barragem em Cahora Bassa providenciasse energia para estimular a agricultura, silvicultura e a produção industrial no vale do Zambeze e promover o desenvolvimento de uma indústria pesqueira comercial no lago Cahora Bassa”<sup>264</sup>. Para além disto, esperava-se que esta nova fonte de energia facilitasse a exploração das reservas de carvão, ferro, e outros minérios localizados naquela região e que o seu transporte seria por via marítima através do rio Chinde.

A África do Sul foi desde à partida o grande comprador da energia a gerar pela futura barragem e, desta feita, possuía uma posição dominante e contratualmente protegida, o que lhe permitia uma posição vantajosa nas negociações sobre as tarifas. A viabilidade económica da barragem esteve sempre dependente da África do Sul, que por

---

<sup>262</sup> Middlemas, Keith. **Cabora Bossa: engineering and politics in Southern Africa**. London: Weidenfeld and Nicolson, 1975. p.23 citado por Isaacman (p.97).

<sup>263</sup> Isaacman, Allen; Isaacman, Barbara. **Barragens, Deslocamento e Ilusão de Desenvolvimento: Cahora Bassa e seus legados em Moçambique, 1965-2007**. Maputo: Imprensa Universitária, 2016. p. 97.

<sup>264</sup> Arquivo Histórico Diplomático (AHD), Proc. PAA 146, Pasta 1, Informação de serviço sobre Cahora Bassa elaborada por Domingues de Almeida, a 3 de Junho de 1970.

sua vez, só lhe via benefícios caso o preço da energia fosse baixo em relação ao praticado no mercado internacional.

Pelo contrato, caberia à África do Sul autorizar o fornecimento de energia a outros compradores, o que deixou Portugal e Moçambique "aprisionados" a Pretória, situação alterada quando a África do Sul possibilitou ao Zimbabwe comprar electricidade à HCB.

Por isso Marta Patrício sustenta que “durante cerca de trinta anos, Cahora Bassa fez parte do largo contencioso económico-financeiro interligado com uma instabilidade político-diplomática: Portugal e Moçambique tinham um obstáculo que os impedia de envidar relações bilaterais saudáveis e as suas relações de cooperação sofriam com isto. A partir do momento da reversão da HCB esta situação conheceu uma mudança substantiva, bem visível no ambiente que rodeou as visitas oficiais ao mais alto nível”<sup>265</sup>

A construção da barragem foi condenada pela Frelimo por entender que era um instrumento para perpetuar a colonização e que servia apenas aos interesses do regime do *apartheid* da África do Sul e promoveu uma campanha de propaganda para atingir Portugal e a sua política colonial.

Esta campanha foi desencadeada de forma aberta. No seu boletim informativo, *Mozambique Revolution*<sup>266</sup>, a Frelimo prometeu destruir a barragem porque representava um “acto hostil ao povo moçambicano”. Por sua vez, Eduardo Mondlane, na sua obra *Lutar por Moçambique*, abertamente condenou a aliança entre Pretória e Lisboa. Acrescentou que “Se nós não destruirmos esta barragem, irá destruir-nos, os regimes brancos e racistas em África irão definitivamente ganhar”<sup>267</sup>. Este apelo ajudou a mobilizar uma campanha de condenação e para o boicote ao financiamento do Empreendimento. Várias organizações sociais apelaram a grandes corporações ocidentais tais como General Electric, AEG, Barclays, Siemens para se absterem de participar neste projecto visto como a perpetuação do colonialismo em África.

---

<sup>265</sup> Patrício, Marta. **Cahora Bassa nas Relações Bilaterais entre Portugal e Moçambique: 1975-2007.** In *Revista Portuguesa de Ciência Política*, ano 2012, nº 2.

<sup>266</sup> Nº 40, 1969. p.13.

<sup>267</sup> ANTT,PIDE/DGS, SC, CI(2), Proc. 8743, pasta 2, Eduardo Mondlane.

Promovendo a internacionalização desta questão, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)<sup>268</sup> aprovou um conjunto de resoluções em que se condenavam Cahora Bassa, Portugal, a NATO, e as operações das empresas multinacionais na África Austral.<sup>269</sup> Figuras e organismos políticos também envolveram-se na condenação à Cahora Bassa. É o caso de Kenneth Kaunda, na qualidade de líder da Organização da Unidade Africana (OUA) e dos Países Não Alinhados. Nas Nações Unidas, Kaunda e o representante da Frelimo, Shafurdine Khan, denunciaram o projecto português como “um crime não somente para o povo moçambicano, mas também contra todo povo da África Austral e África como um todo”.<sup>270</sup> Perante esta denúncia, a Comissão Especial do Desenvolvimento das Nações Unidas, com oposição dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha, votou por 14 votos a 2, a condenação de Portugal, Alemanha, França, Itália e África do Sul por sua participação, através de empresas ou seus cidadãos, no empreendimento de Cahora Bassa<sup>271</sup>, posição sufragada em 1971, pela Assembleia Geral das Nações Unidas por 106 votos contra 6<sup>272</sup>. Poucas companhias aderiram a este boicote com a excepção da eléctrica sueca ASEA.

A construção da barragem serviu para a propaganda das partes já envolvidas na guerra colonial: enquanto a Frelimo se esforçava por impedir, diplomática e militarmente, a construção da barragem, Portugal afirmava que tal constituía a principal garantia para a sua permanência em África. Cahora Bassa destinava-se a produzir energia quase em exclusivo para a África do Sul e representava o epicentro de um projecto que previa igualmente empreendimentos agrícolas e industriais. Esperava-se que despoletasse a colonização europeia em grande escala e que a albufeira da barragem erguesse uma barreira vital à passagem das guerrilhas da Frelimo que actuavam a partir das suas bases no Norte de Moçambique<sup>273</sup>.

---

<sup>268</sup> Reunida em Roma, em Julho de 1970.

<sup>269</sup> Middlemas Keith. **Cabora Bossa: engineering and politics in Southern Africa**. London: Weidenfeld and Nicolson, 1975. p. 162 citado por Patrício, Marta. **Cahora Bassa nas Relações Bilaterais entre Portugal e Moçambique: 1975-2007**. In *Revista Portuguesa de Ciência Política*, ano 2012, nº 2.

<sup>270</sup> Middlemas, Keith. **Cabora Bossa: engineering and politics in Southern Africa**. London: Weidenfeld and Nicolson, 1975. p. 164 citado por Isaacman, p.134.

<sup>271</sup> ANTT,PIDE/DGS, SC, CI(2), Proc. 8743, pasta 2, Informação, 834-CI(2), 19 de Agosto de 1972.

<sup>272</sup> Votos contrários dos EUA, Grã Bretanha, Portugal, França, Canadá e África do Sul.

<sup>273</sup> Newitt, Malyn. **História de Moçambique**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1977. p, 455 citado por Patrício, Marta. **Cahora Bassa nas Relações Bilaterais entre Portugal e Moçambique: 1975-2007**. In *Revista Portuguesa de Ciência Política*, ano 2012, nº 2.

O processo de negociação da independência de Moçambique não contemplou a questão de Cahora Bassa. Entretanto, e numa total inversão da posição mantida até então, a Frelimo reconhecia agora as potencialidades do empreendimento para a sua estratégia de desenvolvimento nacional, defendendo a sua importância no desenvolvimento do Vale do Zambeze e na melhoria das condições de vida da população moçambicana, através da irrigação dos campos e do acesso à electricidade para fomentar a agricultura e a indústria nacionais. Esperava-se também que a barragem se constituísse numa importante fonte de divisas através da exportação de energia não só para a África do Sul, mas para toda a região<sup>274</sup>.

Isaacman também sublinha a mudança de posição da Frelimo em relação aos benefícios da barragem: “o governo recém-instalado da Frelimo, depois de anos defendendo que Cahora Bassa ao providenciar energia barata ao apartheid da África do Sul iria perpetuar os regimes brancos por toda a região, mudou radicalmente a sua posição. Exaltando o potencial libertador da barragem, expressou confiança de que Cahora Bassa iria desempenhar um papel importante na revolução socialista em Moçambique e na busca de desenvolvimento económico e prosperidade”.<sup>275</sup> E o autor conclui que ambos regimes, o colonial e o da Frelimo, do ponto de vista teórico, proclamaram o valor estratégico de Cahora Bassa para o desenvolvimento do Vale do Zambeze e simultaneamente como alavanca a toda a economia nacional.

Para a gestão da barragem foi criada a Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB), uma empresa para-estatal portuguesa, que recebeu 82% das acções,<sup>276</sup> com as restantes em poder do estado moçambicano. Os 18% das acções em poder de Moçambique seriam usados para gradualmente amortecer a dívida com Portugal e desta forma obter o controlo sobre a HCB. Porém, as destruições e paralisações da venda de energia representaram um revés nesta pretensão. A barragem ficou paralisada durante os anos da guerra civil. A reconstrução das linhas de transporte de energia só foi possível após o Acordo Geral de Paz, assinado em Outubro de 1992.

O acordo sobre o empreendimento de Cahora Bassa, assinado em 23 de Junho de 1975, atribuiu o direito de a HCB gerir a barragem até que Moçambique pagasse a

---

<sup>274</sup> Isaacman (2005, 205) citado por Patrício, Marta. **Cahora Bassa nas Relações Bilaterais entre Portugal e Moçambique: 1975-2007**. In *Revista Portuguesa de Ciência Política*, ano 2012, nº 2.

<sup>275</sup> Isaacman, Allen; Isaacman, Barbara. **Barragens, Deslocamento e Ilusão de Desenvolvimento: Cahora Bassa e seus legados em Moçambique, 1965-2007**. Maputo: Imprensa Universitária, 2016. p. 4.

<sup>276</sup> Idem. p. 4.

dívida da construção inicialmente orçada em 550 milhões de dólares. Uma vez que não conseguiu pagar até 2007, durante 32 anos após a independência, uma empresa portuguesa deteve o controlo da barragem, determinando as actividades e a venda de praticamente toda a energia para a vizinha África do Sul. Neste período, até à reversão em 2007, o governo moçambicano não conseguiu usar a energia para fins domésticos como a agricultura, indústria e abastecimento de energia no interior do país dada a recusa da HCB em satisfazer o desejo do estado de electrificar as zonas rurais moçambicanas mesmo depois de Cahora Bassa ter retornado à total produção em 1998. A prioridade da HCB era vender energia à sul-africana ESKOM, à zimbabweana ZESA e a novos mercados regionais como Malawi e Botswana. E segundo Issacman, a situação seria agravada com uma nova recusa da HCB à solicitação de Moçambique para redireccionar a energia não usada para uma projectada fundição de alumínio na cidade da Beira<sup>277</sup>.

Um outro factor de discórdia era a negociação dos preços de venda de energia à África do Sul. A quando da assinatura do contrato em 1968 fixou-se o escudo como moeda de referência e a progressiva desvalorização desta moeda no final da década setenta trouxe prejuízos à HCB uma vez que os créditos contraídos para a construção da barragem estavam fixados em marcos, francos e rands.

Em Maio de 1981, aquando da visita do Secretário de Estado de Tesouro Mário Adegas a Moçambique<sup>278</sup>, foi assinado um acordo que permitiu que as autoridades moçambicanas atendessem as preocupações portuguesas no sentido de serem salvaguardados os investimentos feitos em Cahora Bassa o que, anteriormente era posto em causa por Moçambique. Por outro lado acordou-se a manutenção em Lisboa da sede da empresa, a nova composição do conselho de administração<sup>279</sup> e, a aprovação pela assembleia geral dos balanços de 1975, 1976, 1977 e o de 1978 ainda por ser apreciado pelo conselho fiscal.

Outra discórdia residia no facto de a sede da empresa se encontrar em Lisboa. Pelo acordo acima referido, a sede da empresa passou para a vila de Songo mantendo-se em Portugal um escritório da representação de forma a acompanhar os fluxos

---

<sup>277</sup> Isaacman, Allen; Isaacman, Barbara. **Barragens, Deslocamento e Ilusão de Desenvolvimento: Cahora Bassa e seus legados em Moçambique, 1965-2007**. Maputo: Imprensa Universitária, 2016. p. 252.

<sup>278</sup> *O Jornal*, Ano VII, nº 323, 08 Maio de 1981, p. 20.

<sup>279</sup> A substituição na presidência da HCB de António Martins por Castro Fontes.

financeiros da empresa e ainda servir de contacto entre os portugueses que trabalharam na HCB e suas famílias. Neste protocolo, Portugal conseguiu a manutenção de um regime cambial especial, que permitia afectar e conseguir directamente as receitas em divisas provenientes da venda de energia à África do Sul. Em contrapartida, Portugal concordou que o Banco de Moçambique arrecadasse as comissões que receberia caso o dinheiro entrasse no país. Para melhorar a gestão da empresa, foi criada uma comissão mista luso-moçambicana<sup>280</sup> presidida de parte a parte por membros do Governo e que deveria analisar os problemas políticos que se prendessem com a gestão. A comissão foi criada para evitar o aparecimento de novos impasses, sempre devidos, em última análise, à falta de diálogo e à desconfiança sistemática estabelecida pelas duas partes.

A tentativa de tomar o controlo da HCB por parte do governo de Moçambique intensificou-se nos meados dos anos noventa, após a guerra civil e após a introdução das medidas de ajustamento económico apoiadas pelo FMI e Banco Mundial. Como medida de pressão junto do governo português, Moçambique projectou a construção da Barragem de Mpanda Kuwa que haveria de reduzir a rentabilidade da barragem de Cahora Bassa.

A transferência do controlo da HCB de Portugal para Moçambique, que à luz dos acordos de Lusaka devia acontecer até o final do Século XX, foi atrasada devido à paralisação das actividades causada pela sabotagem levada a cabo pela Renamo que, nos princípios de 1981, tinha dinamitado postes na região de Espungabeira (província de Manica) e que levariam seis meses para a sua reparação e reduziriam as exportações de energia pela metade<sup>281</sup>. Moçambique não se sentia responsável por este atraso e insistiu no cumprimento dos prazos.

A barragem de Cahora Bassa foi alvo de confrontação militar na guerra da independência mas também no conflito armado que logo se seguiu, opondo forças governamentais aos guerrilheiros da Renamo. A estratégia militar da Renamo centrava-se na destruição de infra-estruturas económicas e sociais como estradas e pontes, fábricas, escolas e hospitais. Mesmo com o apoio do regime do apartheid da África do Sul, país beneficiário da energia, a Renamo destruiu linhas de transporte de energia de

---

<sup>280</sup> *Expresso*, Nº 448, 30 Maio de 1981, p.16.

<sup>281</sup> *Boletim da Agência de Informação de Moçambique (AIM)*, nº 58, de 1981, p. 3.



Songo até ao território africano. Este contraste justifica-se porque naquela altura o consumo da energia de Cahora Bassa pela África do Sul era residual.

*O Jornal*, num artigo com o título, *Factura de Pretória é paga em Lisboa: Cahora Bassa parada custa dez mil contos por dia*, refere a interrupção do fornecimento de energia à África do Sul devido a sabotagem das linhas de transmissão pela Renamo. Acrescenta que os dirigentes moçambicanos insistiam que enquanto as dívidas relativas à construção da barragem não estivessem liquidadas, Cahora Bassa continuaria a ser um problema do interesse de Portugal. Cita o Vice-Governador do Banco de Moçambique, Prakash Ratilal, em declarações ao *Diário de Notícias*, em Outubro de 1981, comentando a interrupção das linhas : “trata-se de uma situação que só a vocês diz respeito. Cabe-vos analisar o que é do vosso interesse nacional”. Por sua vez, Jacinto Veloso, Ministro da Segurança, falando ao *Expresso*, alertava para o facto de a África do Sul poder utilizar a instabilidade na região para se recusar a negociar o aumento das tarifas com Portugal<sup>282</sup>.

Isaacman diz que para entender a história de Cahora Bassa é necessário considerar as forças mais amplas regionais, transnacionais e globais operando neste período. A geopolítica da guerra fria, os esforços agressivos do regime de apartheid em reforçar a sua posição hegemónica na região, os esforços de Lisboa de manter uma presença significativa no Moçambique pós-colonial e a pressão do Banco Mundial e do FMI, todos figuraram de forma proeminente na história da barragem<sup>283</sup>.

No campo social a gestão da barragem também originou incidentes entre as duas partes, como o aumento salarial decretado em 1980 pela administração da HCB para os trabalhadores moçambicanos e que no entender do governo moçambicano violava a soberania nacional, que afrontava o espírito da Lei 4/80, que regulava os salários, e que acima de tudo tinha sido uma decisão tomada de forma unilateral em Lisboa.

Sobre o aumento salarial, o jornal *Notícias* de Maputo, com o título *Por atentar contra a soberania: Estado moçambicano anula decisão ilegal dos gestores portugueses de Cahora Bassa*, cita as palavras de Armando Guebuza, Tenente-General, Membro do Comité Político permanente da Frelimo, ao dizer que “defendemos Cahora

---

<sup>282</sup> *O Jornal*, Edição de 16/4/1982, p. 13.

<sup>283</sup> Isaacman, Allen; Isaacman, Barbara. **Barragens, Deslocamento e Ilusão de Desenvolvimento: Cahora Bassa e seus legados em Moçambique, 1965-2007**. Maputo: Imprensa Universitária, 2016. p. 16.

Bassa mais uma vez”<sup>284</sup> quando orientava uma reunião com os trabalhadores da HCB em Songo. Neste encontro, aquele dirigente denunciou como ilegal e atentatória da soberania nacional, uma decisão tomada pelos administradores portugueses da HCB no sentido de aumentar em 20% os salários dos trabalhadores moçambicanos. O referido aumento, prossegue o *Notícias*, “contraria frontalmente o espírito e a letra da lei 4/80”<sup>285</sup> sendo por isso recusado pelo ministro do trabalho”.

A decisão tomada pelos membros portugueses do conselho de administração em Lisboa, sem a presença dos administradores moçambicanos, foi vista por Guebuza nos seguintes termos: “Não aceitamos que decisões sobre Moçambique sejam tomadas fora de Moçambique. Esta é uma matéria da nossa soberania, soberania conquistada com o sangue e sacrifício do povo moçambicano”<sup>286</sup>. Por seu turno, o administrador pela parte portuguesa, Antunes da Silva, tentou justificar a referida atitude com o argumento da melhoria das condições sociais dos trabalhadores. No final do encontro manifestou-se satisfeito pela oportunidade que tivera de dialogar sobre o assunto com as autoridades moçambicanas.

Segundo o semanário *O Jornal* os trabalhadores portugueses viram o seu subsídio de viagem também aumentado em 15%, o que a administração da HCB justificou alegando o desconhecimento de qualquer dispositivo legal que o impedisse de tomar tal medida<sup>287</sup>.

Aquando das negociações iniciais para a transferência da barragem de Cahora Bassa, o Ministro das Finanças de Portugal, Joaquim Pina Moura “confirmou que Lisboa estava disposta a uma transferência que haveria de satisfazer as necessidades dos três países”<sup>288</sup> e, estimava-se, do lado moçambicano, que o preço seria de 500 milhões de dólares<sup>289</sup>. Por sua vez, a administração da HCB e as autoridades portuguesas rejeitaram estes valores e, exigiram que para além do valor do empreendimento,

---

<sup>284</sup> *Notícias*, 26 de Jan. de 1981. p. 2.

<sup>285</sup> Lei nº 4/80, *Boletim da República* n.º 24. Série, I, Data da Publicação, 16/6/1980. Fixa as tabelas salariais em Moçambique.

<sup>286</sup> *Notícias*, 26/1/1981, p. 3.

<sup>287</sup> *O Jornal*, Ano V, Nº 309, de 30-12-1981, p. 39.

<sup>288</sup> *Boletim da Agência de Informação de Moçambique* (AIM), nº 293, dez. 2000, p. 21.

<sup>289</sup> *Boletim da Agência de Informação de Moçambique* (AIM), nº 316, nov. 2002, p. 6-8.

Moçambique pagasse dois mil milhões de dólares<sup>290</sup> contado o valor da reparação das linhas de transmissão.

Estas negociações iniciaram-se no governo de António Guterres, tendo obtido os avanços acima descritos porém, nos mandatos de Durão Barroso e Santana Lopes, o impasse agudizou-se tendo levado alguma imprensa local a considerar que “a Frelimo tinha seriamente errado ao não tomar o controlo da barragem na independência”<sup>291</sup> e que nesta altura, o Estado deveria nacionalizá-la<sup>292</sup>.

A demora para alcançar o acordo de reversão deveu-se também à concordância e autorização por parte do Eurostat no que concerne ao impacto orçamental que esta decisão implicaria. Havia necessidade de clarificar o tratamento contabilístico a ser dado aos cerca de 1900 milhões de dólares da dívida da HCB perdoados por Portugal a Moçambique e certificar-se se esta operação, do lado português, teria um efeito nulo no défice público.

O acordo da reversão foi finalmente alcançado no dia 2 de Novembro de 2005, na vigência do governo de José Sócrates, aquando da visita a Portugal do Presidente de Moçambique, Armando Guebuza<sup>293</sup>. Portugal comprometia-se a vender 67% do capital social da HCB ao Governo de Moçambique ao preço global de 950 milhões de dólares (USD).<sup>294</sup> Este valor era dividido em duas partes: a primeira, de 250 milhões USD, no dia da assinatura do acordo de transferência da HCB e a segunda, de 700 milhões USD, até 31 de Dezembro de 2007. Desta forma, Portugal ficaria com 15% do capital social, mantendo-se como accionista de referência e parceiro estratégico, e o Governo de Moçambique tornar-se-ia no accionista maioritário com 85% do capital. Para o futuro, Portugal ficava ainda comprometido a alienar 5% da sua posição a um eventual comprador, indicado ou aprovado por Moçambique. Em contra partida, Portugal recebeu garantias de que as companhias portuguesas haveriam de desempenhar um

---

<sup>290</sup> Isaacman, Allen; Isaacman, Barbara. **Barragens, Deslocamento e Ilusão de Desenvolvimento:** Cahora Bassa e seus legados em Moçambique, 1965-2007. Maputo: Imprensa Universitária, 2016. p. 255.

<sup>291</sup> Jornal *Savana*. “**Portugal não quer largar Cahora Bassa**”, 2 de Abril de 2004.

<sup>292</sup> *Boletim da Agência de Informação de Moçambique* (AIM). “Moçambique devia nacionalizar Cahora Bassa”, 24 Julho de 2004.

<sup>293</sup> Através da assinatura de um Memorando de Entendimento entre os Governos de Portugal e Moçambique, em Lisboa.

<sup>294</sup> Patrício, Marta. **Cahora Bassa nas Relações Bilaterais entre Portugal e Moçambique: 1975-2007.** In *Revista Portuguesa de Ciência Política*, ano 2012, nº 2. p. 155.

papel essencial nos futuros projectos hidroeléctricos e que Moçambique haveria de apoiar os esforços de reforçar as ligações culturais entre as duas nações.<sup>295</sup>

Após os entendimentos alcançados a nível dos dois governos, foi assinado em Maputo, a 31 de Outubro de 2006, o Acordo de Reestruturação e Transmissão do Controlo da HCB (ou Acordo de Reversão e Transferência) para o Estado de Moçambique.<sup>296</sup> Com este documento ficou assente que o Estado moçambicano passa a deter 85% da estrutura accionista da HCB e o Estado português apenas 15%.

Mais do que comemorar a conclusão das negociações, este momento de festa revestiu-se de um grande simbolismo e foi encarado pelo Presidente de Moçambique, Armando Guebuza, como uma "segunda independência nacional" e que "o acordo remove dos nossos solos o reduto final da dominação estrangeira, um marco de 500 anos de dominação estrangeira"<sup>297</sup>. Para a investigadora Alice Dinerman,<sup>298</sup> o facto de Cahora Bassa passar definitivamente para a posse de Moçambique como que representava materialmente o fim da submissão aos interesses do colonialismo português e as memórias de desestabilização fomentadas pelo regime de apartheid sul-africano<sup>299</sup>.

---

<sup>295</sup> Isaacman, , Allen; Isaacman, Barbara. **Barragens, Deslocamento e Ilusão de Desenvolvimento: Cahora Bassa e seus legados em Moçambique, 1965-2007**. Maputo: Imprensa Universitária, 2016. p.259.

<sup>296</sup> Nesse mesmo dia, após a cerimónia de assinatura, foram pagos os 250 milhões USD, correspondentes à primeira *tranche*, e totalmente provenientes das receitas geradas pela HCB.

<sup>297</sup> *Boletim da Agência de Informação de Moçambique (AIM)*, nº 351, 7 Dez 2007., p. 01.

<sup>298</sup> Citado por Patrício, Marta. **Cahora Bassa nas Relações Bilaterais entre Portugal e Moçambique: 1975-2007**. In *Revista Portuguesa de Ciência Política*, ano 2012, nº 2. p. 156.

<sup>299</sup> Dinerman, Alice. **Moçambique depois do Socialismo: a independência revisitada**. In *Revista de Relações Internacionais*, 2007. p. 19 citado por Patrício Marta. **Cahora Bassa nas Relações Bilaterais entre Portugal e Moçambique: 1975-2007**. In *Revista Portuguesa de Ciência Política*, ano 2012, nº 2.

## CONCLUSÃO

Conforme ficou elucidado no presente estudo, o contencioso económico-financeiro entre Portugal e Moçambique esteve directamente ligado ao processo de independência nacional deste último território. O acordo de Lusaka foi negociado num momento turbulento da história de Portugal, desencadeado pelos acontecimentos do 25 de Abril de 1974, e buscou-se, acima de tudo, um entendimento político, remetendo as demais matérias, como as económicas e de cooperação, para negociações posteriores.

De forma geral, as negociações para as independências de Guiné, Moçambique e Angola, em grande medida conduzidas por Melo Antunes, membro do MFA, privilegiaram o fim da guerra no ultramar em detrimento da visão spinolista e secundada por Mário Soares que pressupunha a assinatura de um cessar-fogo e a transferência gradual do poder aos africanos com consulta prévia sob forma de referendo ou eleições com participação dos vários partidos ou grupos nacionalistas. Esta última visão foi sumariamente rejeitada pelos movimentos armados de libertação que sempre se consideraram os únicos legítimos representantes dos povos dos seus territórios e com quem Portugal deveria negociar.

Nos três territórios, com algumas diferenças, as questões económico-financeiras não constaram dos acordos para a independência, sendo remetidas para futuras negociações. O contencioso com Moçambique foi o mais complexo porque, para além das matérias de âmbito da descolonização em si, juntaram-se-lhe opções político-ideológicas tomadas após a independência que prejudicaram interesses do Estado português (a nacionalização dos bancos) e seus cidadãos através da nacionalização de prédios de rendimentos e outros interesses económicos, para além da prisão, perseguição e expulsão daqueles considerados hostis ao novo Estado.

As relações com Angola foram influenciadas pelo falhanço do entendimento entre a FNLA, MPLA e UNITA para o cumprimento do estipulado no acordo de Alvor o que, logo à partida, mergulhou o país numa guerra civil com participação dos dois blocos da guerra-fria e, dada a relutância de Portugal em legitimar o regime do MPLA, a normalização só viria acontecer aquando do encontro de Bissau entre os presidentes Ramalho Eanes e Agostinho Neto.

As quatro rondas de negociações descritas no capítulo II tiveram o mérito de transferir os activos do BNU e possibilitar a criação do Banco de Moçambique mas não foram capazes, logo à primeira vista, de resolver a questão das reservas de ouro, dos passivos da colónia para com a Metrópole dado que, nos últimos anos antes da independência, Moçambique atrasou pagamentos à Metrópole, montante que o Governo de Portugal queria ver registado como dívidas do Estado independente de Moçambique, bem como dos empreendimentos económicos representados sobretudo no Vale do Zambeze, pela construção da barragem de Cahora Bassa.

Após o impasse verificado em Junho de 1975, véspera da independência de Moçambique, que resultaria no referido contencioso, as negociações económico-financeiras foram retomadas em 1978 após a publicação em Moçambique da Lei 5/77, sobre a nacionalização da Banca. Dado o impacto económico que esta medida traria para a banca e o tesouro português, por iniciativa directa dos presidentes Samora Machel e Ramalho Eanes foram constituídas comissões para buscar soluções que afectavam também empresas moçambicanas participadas pelos bancos de Fomento Nacional e Pinto Sotto & Mayor encerradas em Moçambique. Estas negociações, entretanto, não trouxeram resultados satisfatórios conforme atestam não só os relatórios mas também os testemunhos dos principais intervenientes, nomeadamente Sérgio Vieira pelo lado moçambicano e Jorge Sampaio pelo lado português.

O que se pode concluir é que nesta questão da nacionalização da banca e suas implicações não estavam em causa questões técnicas mas sim entendimento político de como enquadrar uma matéria ocasionada por uma lei promulgada por um Estado soberano. A solução intermédia alcançada, mesmo que não definitiva, foi conseguida a quando da presença em Maputo, do emissário do Presidente de Portugal, general Sousa Meneses, que em encontro com Samora Machel, e goradas as negociações com os ministros do governo de Maputo, conseguiu a extensão do prazo para o encerramento dos bancos e um acordo de assistência técnica e de financiamento para que as empresas envolvidas (Maragra, Cimentos de Moçambique e Química Geral) continuassem as suas actividades. Este acordo não encerrava o diferendo porque mesmo que Portugal tenha reconhecido a não existência de dívidas anteriores à descolonização, referia-se a um contencioso económico-financeiro que minava as relações entre os dois Estados. É este contencioso que, rejeitado pelo Governo de Moçambique e passados muitos anos, viria

a ser resolvido de forma política pelo Primeiro-Ministro de Portugal, Francisco de Sá Carneiro em acordo com Presidente de Moçambique, Samora Machel<sup>300</sup>.

No que diz respeito à transferência das reservas de ouro obtidas através da cláusula do pagamento diferido (*difered pay*) entre Portugal e a África do Sul, e como parte do acordo da transferência do BNU, estava acordado que o Banco de Moçambique receberia o ouro ou deveria indicar o fiel depositário do mesmo. A nível das instituições financeiras (BNU, BM e BdP), esta matéria foi tratada no plano eminentemente técnico e, nos anos 1975 e 1976, démarches aconteceram para a transferência do ouro para bancos na Suíça e França. Porém, com o agudizar do contencioso numa primeira fase, devido aos depósitos consulares e ao congelamento dos depósitos da TAP, Portugal entendeu que a questão do ouro também devia fazer parte do dito contencioso e que a sua resolução passaria por acordo diplomático. Uma vez nunca resolvido o contencioso, que se agravou com a nacionalização da banca em 1977, o ouro só seria transferido para Paris em 1980 por iniciativa conjunta dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças de Portugal, no governo AD, nomeadamente, Diogo Freitas do Amaral e Aníbal Cavaco Silva.

Neste contencioso não estavam apenas em causa questões económico-financeiras mas também a cooperação política entre os dois estados. No entender do governo da Frelimo, o BNU que para além de banco comercial em Portugal e nas colónias, desempenhava nestas o papel de banco emissor devia ser nacionalizado porque simbolizava a soberania económica e que sem ela a independência política não faria sentido. Esta visão, aliada a outras opções de política económica tomada pela nova nação, tinham em vista evitar o neocolonialismo, garantindo o total controlo sobre os recursos e o tecido empresarial.

Em todo o processo de negociação as partes usaram tácticas negociais que no momento lhes pareceram mais benéficas. No caso português, procurou-se usar a questão da transferência de ouro como instrumento para ganhar vantagem e recolocando as posições de Moçambique sempre refém das reservas de ouro. Por outro lado, a escolha de Jorge Sampaio como negociador-chefe visou tirar partido da sua proximidade a Melo

---

<sup>300</sup> Ratilal, Prakash. **Enfrentar o Desafio:** utilizar a ajuda para terminar a emergência. Maputo: Globo, 1990; Amaral, Diogo Freitas do. **A Transição para a Democracia:** Memórias políticas II (1976-1982). Lisboa: Bertrand Editora, 2008. p. 259; Vieira, Sérgio. **Participei, por isso testemunho.** Maputo: Editorial Ndjira, 2010.

Antunes, que era muito próximo de elementos da confiança de Samora Machel, como era o caso de Aquino de Bragança, e a figuras moçambicanas proeminentes da luta anti-colonial.

Por sua vez Moçambique usou como táticas na mesa das negociações a exploração de algum “complexo de culpa” do antigo colonizador (algo que Jorge Sampaio procurou “esvaziar” em várias ocasiões, como pudemos verificar) e, por outro lado, a tentativa de tirar partido das rivalidades existentes entre os governos liderados por Mário Soares e o presidente Ramalho Eanes no tocante à condução da política externa. A Frelimo sabia que qualquer uma das partes gostaria de marcar pontos neste *dossier* e procurou maximizar a sua posição negocial.

Os acordos entre os dois estados sobre a mão-de-obra migrante que ao longo dos tempos se estabeleceram entre a África do Sul e Portugal foram sempre ao encontro dos interesses capitalistas de ambas partes. Para a indústria mineira sul-africana, tais acordos significavam a garantia de um controlo rigoroso dos fluxos de trabalhadores e, ligado a este último, de preenchimento das suas necessidades a cada momento. Para Portugal, representavam o auferir de lucros com uma mercadoria com cuja produção não efectuava quaisquer despesas.

O contencioso económico-financeiro embora se considere resolvido no ano de 1980, com a atitude de Sá Carneiro, acabou por influenciar as relações entre Portugal e Moçambique por longos anos, afectando as relações económicas e de cooperação até que em 2007, com a reversão da barragem da Cahora Bassa, se podem considerar, encerrados todos os problemas que minavam desde a independência as relações entre os dois países.

A situação política vivida em Portugal após a Revolução de Abril, caracterizada por uma troca constante de governos, ora de ideologia de esquerda ora da direita, influenciou negativamente o curso normal das relações político-diplomáticas com o novo estado de Moçambique, transformado numa república marxista pouco depois da sua independência.

A diplomacia portuguesa em relação aos novos países africanos de língua portuguesa foi influenciada pelas constantes mudanças governativas em Lisboa e, no caso específico de Moçambique, estas mudanças mostravam não só divisões internas e



perspectivas diferentes entre as forças políticas portuguesas, mas também uma reavaliação constante do problema do contencioso de acordo com a interpretação do grupo político ora no poder. Esta posição revela, também, a utilização destes problemas por diferentes forças políticas em diferentes momentos para os seus fins políticos e partidários imediatos.

As dificuldades que se registaram com os governos PS ter-se-ão prendido com se devem ao seguinte: a alguma animosidade reservada então pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) contra Mário Soares por causa das reservas do PS no tocante ao reconhecimento do regime do MPLA em Angola em Novembro de 1975; às expectativas defraudadas de dirigentes africanos em relação a uma postura mais “solidária” dos governos PS em 1976-1978 para com regimes saídos da luta contra o regime fascista e colonial que ambos haviam combatido; e, possivelmente, à maior dificuldade que o PS tinha em fazer cedências que pudessem ser entendidas, no contexto político de então, como mais uma “capitulação” face aos governos afro-marxistas e mais um “abandono” dos interesses dos “espoliados do ultramar”.

A condução das relações pós-coloniais por parte do Estado português foi partilhada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pelo Ministério das Finanças e mais concretamente pela Secretaria de Estado das Finanças e do Tesouro. O Ministério das Finanças mostrava-se mais intransigente nas cedências tanto na questão do ouro como nas dívidas resultantes da nacionalização da banca portuguesa em Moçambique. Portugal no período de 1977-1978, altura da nacionalização da banca em Moçambique, estava em dificuldades económicas e sob um programa de assistência financeira do FMI pelo que era importante garantir receita. Pela sua parte, o MNE procurava reconstruir as relações bilaterais pós-coloniais, constantemente ameaçadas por incidentes gerados pela situação já próxima da guerra civil em Moçambique, animosidades dos “retornados”, o próprio contencioso económico-financeiro. A isto acresce que o MNE estava igualmente atento às oportunidades que outros países poderiam tentar aproveitar para preencher o “vazio” deixado pela saída abrupta de Portugal em 1975: os países socialistas com os quais a Frelimo construíra relações de cumplicidade e até de alguma dependência, mas também as potências europeias com “vocação africana” como são o Reino Unido, França, Itália e até os países escandinavos.

Da parte moçambicana, a política adoptada pelo novo governo da Frelimo contribuiu também para a degradação das relações com Portugal. Os efeitos da política de nacionalização e a perseguição e prisão de cooperantes portugueses, bem como a política marxista seguida após o III congresso da Frelimo, foram elementos intimidatórios para quem de alguma forma tinha decidido permanecer em Moçambique.

A realidade política interna e o contexto regional também contribuíram para o longo período de tensão nas relações bilaterais entre Moçambique e Portugal. Logo após a independência, Moçambique viu-se mergulhado numa crise económica resultante das políticas económicas introduzidas pela Frelimo, como a política das nacionalizações e estatização de sectores vitais da economia, que estavam em poder de empresários portugueses e de origem indiana, o que levou à fuga destes e abandono das suas unidades de produção. O governo moçambicano sempre refutou a ideia da usurpação, à luz da lei das nacionalizações, de propriedade privada. Justificava que a nacionalização recaía sobre os sectores essenciais do Estado como sejam as clínicas privadas, funerárias e instituições de ensino. No que diz respeito aos prédios e estabelecimentos comerciais e industriais, argumentava que eram nacionalizados estabelecimentos abandonados, dada à fuga dos seus proprietários.

Neste período da vigência do contencioso (1974-1980), Moçambique estava numa situação de relativa estabilidade que lhe permitia assumir uma postura mais intransigente no *dossier* do contencioso. Os efeitos económicos da guerra civil com a Renamo obrigaram a recorrer auxílio ao FMI e adopção das medidas de ajustamento económico como também alguma distensão nas relações com Portugal simbolizadas pelas visitas presidenciais de Eanes a Moçambique e Machel a Portugal respectivamente em 1981 e 1983.

No contexto político, o aparecimento da guerrilha da Renamo obrigou a Frelimo a um maior investimento do orçamento militar e à confrontação política e militar com os países vizinhos dos regimes raciais da África do Sul e da Rodésia. A guerra com a Renamo levou à destruição de infra-estruturas sociais e empreendimentos económicos, portanto, à quase total paralisação da economia nacional. Portugal, dadas as ligações históricas com a África do Sul (e sobretudo dada a presença de uma vasta comunidade de emigrantes) e à existência de um escritório de representação da Renamo em Lisboa, cujo representante era o antigo colono e mercenário Orlando Cristina, foi visto pela

Frelimo como evidenciando uma atitude demasiado permissiva face a este movimento guerrilheiro o que, de certa forma, contribuiu para arrastar o impasse diplomático que prevalecia desde a independência de Moçambique em 1975.

Porém, à margem deste conflito militar e ideológico, uma das muitas ironias da situação da África Austral é a relação de amizade-ódio entre a África do Sul e Moçambique. A economia de Moçambique continuou dependente da África do Sul, pelo que pelo contrário teria visto a sua economia colapsar. A cooperação que se desenvolveu após 1975 entre o marxista-leninista Moçambique e o capitalista segregacionista África do Sul é, em certos campos, mais estreita que quando da dominação colonial portuguesa. No período em estudo, a Cahora Bassa forneceu regularmente a energia à RSA, os corredores ferro-portuários funcionaram em pleno e a circulação de pessoas e bens dentro de uma normalidade, mesmo condicionada pelos efeitos da guerra com a Renamo, continuou a acontecer.

A barragem de Cahora Bassa, também parte do contencioso entre as duas nações, conseguiu cumprir com os objectivos da sua construção: o fornecimento de energia à África do Sul e posteriormente aos demais países da região mas, actualmente, também grande parte da energia consumida em Moçambique é proveniente da HCB. A campanha que visava desacreditar a barragem deve ser entendida e enquadrada no contexto político vivido nos anos 1960/70 onde ela era vista como instrumento para a perpetuação do colonialismo português e como sustentáculo aos regimes racistas da África do Sul e da Rodésia. Esta constatação é reforçada pela mudança de discurso da Frelimo logo após a independência, ao considerar a barragem de Cahora Bassa um instrumento para dinamizar a economia nacional não só pela electrificação do país, mas pela irrigação do vale do Zambeze e pelo fornecimento de energia eléctrica às minas de carvão em Tete e às empresas da zona industrial do corredor de Maputo.

A questão das tarifas de energia, por longo período, colocou em confronto os governos de Portugal, Moçambique e África do Sul, cada um em defesa dos seus interesses. Para Portugal interessava o aumento das tarifas para garantir o retorno dos capitais investidos e a amortização das dívidas contraídas no mercado financeiro internacional. Do lado moçambicano, a venda de energia a qualquer preço era uma garantia de amortização da sua dívida com Portugal e de acelerar o processo de controlo maioritário da barragem conforme estipulado nos acordos de 1975. Para a África do Sul,

competia assegurar o acesso a uma energia a um preço muito baixo em relação à média mundial, por isso, sempre se opôs a esses aumentos alegando em algum momento à sabotagem levada a cabo pela Renamo.

Quanto ao legado deste grande empreendimento, Isaacman (2016:270) entende que, e sem minimizar o significado para Moçambique de finalmente ter conquistado a participação maioritária na Cahora Bassa, “o Acordo de 2007 dificilmente assegurou que a nação pudesse desfrutar de total soberania sobre – ou beneficiar-se na totalidade – deste recurso valioso. Quase toda a electricidade gerada por Cahora Bassa é ainda exportada para África do Sul e o preço que Moçambique recebe por ela permanece abaixo tanto da tarifa mundial assim como do valor que a Electricidade de Moçambique (EDM) paga à sua congénere sul-africana ESKOM pela compra de energia usada pelas indústrias localizadas no corredor de Maputo”.

Para Luís Bernardo Honwana, na nota introdutória ao livro de Isaacman (2016), “não se vislumbram grandes diferenças entre o projecto colonial de Cahora Bassa, em que o projecto foi desenhado para impedir a progressão da guerrilha para o sul do Zambeze, e a posição actual em que a barragem é a grande aposta na produção de energia para alimentar a sub-região austral que convive com défice energético. Os grandes benefícios da exploração da energia não vão para os moçambicanos mas sim para a exportação da mesma, maioritariamente para a África do sul”<sup>301</sup>.

Em suma, o contencioso económico-financeiro entre Portugal e Moçambique foi motivado pela rapidez com que a negociação do acordo de independência se realizou, com primazia concedida às questões políticas e militares por vontade das partes, conforme plasmado nas cláusulas económicas (13ª e 16ª) do acordo de Lusaka. Em menos de seis meses de negociações não foi possível alcançar consensos quanto às questões económico-financeiras, às responsabilidades sobre os passivos que o novo Estado iria herdar bem como às garantias no que se refere aos bens e direitos de cidadãos portugueses que permaneceriam em Moçambique (cláusula 15ª do acordo) sob nova governação e na condição de emigrantes ou cooperantes.

---

<sup>301</sup> Isaacman, , Allen; Isaacman, Barbara. **Barragens, Deslocamento e Ilusão de Desenvolvimento: Cahora Bassa e seus legados em Moçambique, 1965-2007**. Maputo: Imprensa Universitária, 2016. p. XV.

## BIBLIOGRAFIA

1. ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, A. **Moçambique em Transição: Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1982**. Maputo: CEEI/ISRI, 1994. 365p.
2. ADAM, Issuf. **Portugal-Moçambique: A procura de uma relação**. In *Estudos Moçambicanos*, (9), Maio de 1991, pp. 37-72.
3. ALMEIDA, M. Faria. **O Banco Nacional Ultramarino e as suas Instalações em Lourenço Marques**. Lourenço Marques, 1964.
4. ALVES, Luís M. P. Correia. **O Projecto de Cabora Bassa**. Porto, 1997. 227p. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais apresentada na Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
5. AMARAL, Diogo Freitas do. **A Transição para a Democracia: Memórias políticas II (1976-1982)**. Lisboa: Bertrand Editora, 2008. 453p.
6. ANON, F. **Alta Finança internacional Patrocina Falsificadores de Notas Moçambicanas**. Revista Tempo, nº 338, Maputo, 27 Mar. 1977. p. 15.
7. AVILLEZ, Maria João. **Soares, Volume I- Ditadura e Revolução**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, 543p.
8. \_\_\_\_\_. **Soares, Volume II- Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, 355p.
9. \_\_\_\_\_. **Soares, Volume III- O Presidente**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997, 447p.
10. BANCO DE MOÇAMBIQUE. **Cronologia, 1975 – 2010**. Maputo: Banco de Moçambique, 2010, 310p.
11. BANCO DE MOÇAMBIQUE. **Histórias Vidas: 1975-2010: depoimentos**. Maputo: Banco de Moçambique, 2012, 220p.
12. BARROSO, Luís Fernando Machado. **Salazar, Caetano e o “Reduto Branco”**: A manobra político-diplomática na África Austral (1951-1974). Porto: Fronteira do Caos, 2012. 372p.
13. BOUENE, Felizardo. **Moçambique: 30 anos de independência**. In *Africana Studia*, nº 08, 2005. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
14. CARVALHO, Américo dos Santos. **O Plano do Zambeze**. Lourenço Marques: GPZ, 1974.

15. CARVALHO, Anabela Soriano. **Estratégias e Práticas Económicas do Empresariado Islâmico de Origem Indiana em Moçambique (1975-1987)**. In Estudos de Desenvolvimento, África em Transição, Anuário do CESA/ISEG, Editora TRINOVA, 2000. pp. 89-112.
16. CARVALHO, Joaquim Ribeiro de. **Criação do Banco de Moçambique: dos Acordos de Lusaka (07/09/1974) à publicação no Boletim Oficial (17/05/1975)**. In: BANCO DE MOÇAMBIQUE. Histórias vividas, 1975-2010: depoimentos. Maputo: Banco de Moçambique, 2012. p. 35-38.
17. CASTANHEIRA, José Pedro. **Jorge Sampaio: uma biografia: Volume I- História de uma geração**. 2.ed. Porto: Porto Editora, 2012. 1060p.
18. CLARENCE-SMITH, William Gervase. **O Terceiro Império Português (1825-1975)**. Lisboa: Teorema, 1985. 272p.
19. COMICHE, Eneias da Conceição. **O Processo de Reestruturação e Integração da Banca**. In: BANCO DE MOÇAMBIQUE. Histórias vividas, 1975-2010: depoimentos. Maputo: Banco de Moçambique, 2012. p. 67-80.
20. COUTO, Fernando Amado. **Moçambique 1974: O fim do império e o nascimento da nação**. Maputo: Editorial Ndjira, 2011. 473p.
21. **DICIONÁRIO DE HISTÓRIA EMPRESARIAL PORTUGUESA: Séculos XIX e XX- Volume I: Instituições Bancárias**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013. 648p.
22. CUNHA, Joaquim Moreira da Silva. **Cabora Bassa: Quem são os beneficiários?: Palavras proferidas por ocasião da visita às obras do empreendimento de Cabora Bassa na povoação de Songo em 16 de Novembro de 1970**. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1970. 11p.
23. DINERMAN, Alice. **Moçambique depois do Socialismo: a independência revisitada**. In *Revista de Relações Internacionais*, 2007:15.
24. **A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA: Painel dedicado a Moçambique (29 de Agosto de 1966): Depoimentos do Almirante Vasco de Almeida e Costa, General Sousa Meneses e Almirante Vítor Crespo**. In “Estudos Gerais da Arrábida”. Disponível em: <http://www.ahsocial.ics.ulisboa.pt/atom/index.php/sessao-de-29-de-agosto-de-1996>.

25. FERNANDES, Paulo Jorge. **Banco Nacional Ultramarino (1864-2001)**. In: Dicionário de História Empresarial Portuguesa: Séculos XIX e XX- Volume I: Instituições Bancárias. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013. pp. 312-318.
26. FERREIRA, Eduardo de Sousa. **Aspectos do Colonialismo Português: Análise de economia e política sobre as colónias portuguesas, África do Sul e Namíbia**. Lisboa: Seara Nova, 1974. 363p.
27. FERREIRA, Manuel Ennes. **Angola-Portugal: do espaço económico português às relações pós-coloniais**. Lisboa: Escher, 1990. 218p. Dissertação de mestrado em Economia apresentada no Instituto Superior de Economia/UTL sob o título original “Efeitos do Comércio no Desmantelamento do Espaço Económico Português: o caso Angola- Portugal (1962-1985).
28. FERREIRINHA, Mónica. **Breve História do BNU**. Lisboa: BNU, 2009. 158p.
29. GARCIA DA ROSA, Eugénio Óscar. **Os Grupos Económicos e o Desenvolvimento em Portugal no Contexto da Globalização**. Lisboa: Edição do Autor, 2016. 416p. Tese submetida para a obtenção do grau de doutor no ISEG em 2012.
30. GASPAR, Napoleão. **A Evolução do Sistema Bancário em Moçambique, 1975-1992**. Maputo: UEM/Departamento de História, 2000. (Tese de Licenciatura)
31. ISAACMAN, Allen. **Displaced People, Displaced Energy and Displaced Memories: the case of Cahora Bassa 1970-2004**. In: International Journal of African Historical Studies, 2005. 38: 201-238.
32. \_\_\_\_\_; ISAACMAN, Barbara, **Barragens, Deslocamento e Ilusão de Desenvolvimento: Cahora Bassa e seus legados em Moçambique, 1965-2007**. Maputo: Imprensa Universitária, 2016. 325p.
33. JOSSIAS, Nelson Jaime. **A História do Banco de Moçambique: 1975 – 2004**. Maputo: UEM, 2005. (Tese de licenciatura).
34. LANGA, Carmélia E. **A Actividade do Banco Nacional Ultramarino em Moçambique: da fundação à saída de Moçambique 1864 – 1974**. Maputo: UEM, 1995. (Tese de licenciatura).
35. LEITE, Joana Pereira. **A Formação da Economia Colonial em Moçambique: Pacto colonial e industrialização: do colonialismo português às redes informais**

- de submissão mercantil (1930-74). In Estudos de Desenvolvimento, África em Transição, Anuário do CEsA/ISEG, Editora TRINOVA, 2000. pp. 39-51.
36. LOPES Júnior, Miguéis. **O Processo da Acumulação da RSA e a Situação Actual no Sul do Save.** In *Estudos Moçambicanos*, Vol. 1, 1980. p. 91-110.
  37. MACQUEEN, Norrie. **A Descolonização da África Portuguesa: A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império.** Mem Martins: Editorial Inquérito, 1988. 299p.
  38. MAGALHÃES, José Calvet de. **A Diplomacia Pura.** Venda Nova: Bertrand Editora, 1995. 182p.
  39. MAGALHÃES, Manuel Campos. **Belém e São Bento nas Relações Externas Pós-Coloniais Portuguesas (1976-1982).** Lisboa, 2012. Dissertação de mestrado em ciência política e relações internacionais na FCSH/UNL.
  40. MARQUES, Alexandra. **Segredos da Descolonização: toda a verdade sobre o maior tabu da presença portuguesa em África.** 2.ed. Lisboa: Dom Quixote, 2013. 543p.
  41. MARTINS, Manuel Gonçalves. **A Descolonização Portuguesa: as responsabilidades.** Braga: Livraria Cruz, 1986. 181p.
  42. MENDONÇA, Pio Coelho de. **Algumas Reflexões sobre Pagamentos Interterritoriais no Espaço Português.** Coimbra: Coimbra Editora, 1973. 64p.
  43. MIDDLEMAS, Keith. **Cabora Bossa: engineering and politics in Southern Africa.** London: Weidenfeld and Nicolson, 1975.
  44. MOÇAMBIQUE. **Lei Orgânica do Banco de Moçambique:** Aprovada pelo Decreto 2/75 de 17 de Maio. Criação do Banco de Moçambique. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1975.
  45. MOÇAMBIQUE. **Lei 1/92, de 03 de Janeiro.** Definição da natureza, objectivos e funções do Banco de Moçambique como Banco Central. *Boletim da República*, I série, nº 1, 2º Supl., de 3 de Janeiro de 1992.
  46. MONTEIRO, José Óscar. **A Criação do Banco de Moçambique:** do capítulo 0 à cláusula 16. In: BANCO DE MOÇAMBIQUE. Histórias vividas, 1975-2010: depoimentos. Maputo: Banco de Moçambique, 2012. p. 17-29.
  47. MORAIS, João e VIOLANTE, Luís. **Contribuição para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais: Portugal 1926-1985.** Lisboa: Livros Horizonte, 1986.



48. MOSCA, João. **A Experiência Socialista em Moçambique**. Lisboa, Instituto Piaget, 1999.
49. \_\_\_\_\_. **Economia de Moçambique: século XX**. Lisboa Instituto Piaget, 2005. 538p.
50. MURTEIRA, Mário. **A Economia Colonial**. In História da Expansão Portuguesa, Volume V/ Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999. Pp. 104-107.
51. \_\_\_\_\_. **Formação e Colapso de uma Economia Colonial**. In História da Expansão Portuguesa, Volume V/ Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999. Pp. 108-130.
52. \_\_\_\_\_. **A Economia dos Novos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa**. In História da Expansão Portuguesa, Volume V/ Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999. Pp. 131-143.
53. NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1977.
54. NOGUEIRA, Franco. **Como é que a Perda do Ultramar é Compensada pelas Boas Graças da ONU**. Lisboa, 1970.
55. NORONHA, Ricardo Vieira. **A Nacionalização da Banca no Contexto do Processo Revolucionário Português (1975-75)**. Lisboa, 2011. Tese de Doutoramento em História económica e social contemporânea na FCSH/UNL.
56. **O Mineiro Moçambicano**: Um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1977. 326p.
57. PAIXÃO, Braga. **Cem anos do Banco Nacional Ultramarino na Vida Portuguesa: 1864 – 1964**. Lisboa, 1964.
58. PATRÍCIO, Marta. **Cahora Bassa nas Relações Bilaterais entre Portugal e Moçambique: 1975-2007**. In *Revista Portuguesa de Ciência Política*, ano 2012, nº 2, pp. 149-158.
59. PEREIRA, José Carlos Fernandes de Azevedo. **Relações Económicas entre África do Sul e Moçambique: Cooperação ou dominação**. Lisboa, 2006. Tese apresentada no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) para a obtenção do título de Doutor em Economia.
60. PIMPÃO, A. J. **Algumas Considerações sobre a Política Monetária em Moçambique**. Maputo: Banco de Moçambique, 1998, 51p.

61. PINTO, José Filipe. **Do Império Colonial à CPLP: Continuidades e descontinuidades**. Lisboa: MNE/Instituto Diplomático, 2005. 744p.
62. PITCHER, M. Anne. **Sobreviver à Transição: O legado das antigas empresas coloniais em Moçambique**. In *Análise Social*, Vol. XXXVIII (168), 2002, pp. 793-820.
63. RATILAL, Prakash. **Enfrentar o Desafio: utilizar a ajuda para terminar a emergência**. Maputo: Globo, 1990. (Coleção Ensaios).
64. \_\_\_\_\_. **Adesão às Instituições de Bretton Woods e Início da Implementação de Reformas**. In: BANCO DE MOÇAMBIQUE. *Histórias vividas, 1975-2010: depoimentos*. Maputo: Banco de Moçambique, 2012. p. 94-119.
65. REZOLA, Maria Inácia. **Melo Antunes: uma biografia política**. Lisboa: Âncora Editora, 2012. 791p.
66. RITA-FERREIRA, A. **Moçambique post-25 de Abril: causas do êxodo da população de origem europeia e asiática**. In “Moçambique: cultura e história de um país”. Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1988. pp. 121-169.
67. SÁ, Francisco Xavier Valeriano de. **Banco Nacional Ultramarino: Crónica do seu percurso**. Lisboa: Plátano, 2005.
68. **“Samora: «factura» apresentada com maus modos”**, In *O Jornal*, 12.04.1979, disponível em [www.espoliadosultramar.com](http://www.espoliadosultramar.com), acedido a 20.02.2017 (Em referência à carta de Samora Machel ao primeiro-ministro de Portugal, Vasco Gonçalves, sobre o Contencioso Económico-Financeiro).
69. SAMUSSONE, Anselmo. **Legislação Bancária de Moçambique: anotada**. Maputo: Escolar Editora, 2013. 581p.
70. \_\_\_\_\_. **Principal Legislação de Moçambique sobre Intervenção, Nacionalização e Privatização de Empresas do Sector Empresarial do Estado**. Maputo: Escolar Editora, 2014. 293p.
71. SANTOS, António de Almeida. **Quase Memórias: II Volume- As questões da transição à independência de Moçambique e outros territórios**. Lisboa: Casa das Letras, 2006. 466p.

72. SANTOS, A. Valdez dos. **O Acordo de Lusaka Inconstitucional e Antidemocrático.** In *Jornal Português de Economia e Finanças*, nº 323, dez. 1974, p 16-31.
73. SANTOS, Boaventura de Sousa; TRINDADE, João Carlos. **Conflito e Transformação Social:** uma paisagem da justiça em Moçambique; 1º volume. Porto: Edições Afrontamento, 2005. 500p.
74. SANTOS Júnior, Eduardo dos. **Cabora-Bassa no Desenvolvimento do Vale do Zambeze.** In *Revista Ultramar*, Nova Série, Ano II, nº 5/6 (3º/4º Trimestre de 1973), p. 101-175.
75. SERRA, António de Almeida. **Os Três anos que Abalaram Moçambique.** In *Estudos de Desenvolvimento, África em Transição*, Anuário do CESA/ISEG, Editora TRINOVA, 2000. pp. 53-87.
76. SOARES, Ângelo C. O. **Passagem de Testemunho:** para que os jovens herdeiros continuem a luta dos espoliados de Moçambique. Lisboa: Edição do Autor, 1999. 49p.
77. SOUSA, Paulo Silveira e; RAMALHO, António J.; GAMEIRO, Octávio. **Cronologias do Portugal Contemporâneo: 1970-1979.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2016. 630p.
78. TELO, António José. **História Contemporânea de Portugal:** Volume I- Do 25 de Abril à actualidade. Barcarena: Presença, 2007. 399p.
79. THAY, António Hama. **A Indústria do Cimento como Vector Estratégico para o Desenvolvimento de Moçambique:** Estudo de Caso: Cimentos de Moçambique. Lisboa, 2012. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Empresas no ISCTE/Business School-IUL.
80. VALERIO, Nuno (coord). **História do Sistema Bancário Português.** Lisboa: Banco de Portugal, 2007 e 2010. 2vols.
81. VIEIRA, Rui Fernando Miranda. **Cahora Bassa no Desenvolvimento de Moçambique e na Política Portuguesa de Cooperação para o Desenvolvimento.** Lisboa, 1990. Dissertação apresentada no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) para a obtenção do título de Mestre em Economia.
82. VIEIRA, Sérgio. **Participei, Por isso Testemunho.** Maputo: Editorial Ndjira, 2010. 751p.

83. WUYTS, Marc. **Economia Política do Colonialismo Português em Moçambique**. In *Estudos Moçambicanos*, 1980 (1), pp. 9-22.

### **Jornais Consultados**

Jornal Notícias, e Revista Tempo (de Moçambique); Jornais o Dia, A Capital, O Jornal, A Luta, Expresso, Diário de Notícias e Diário de Lisboa (de Portugal).

## **LEGISLAÇÃO E FONTES**

### **Legislação**

#### **De Moçambique**

1. **Decreto-Lei nº 23/74**, de 26 de Dezembro, que atribui competência ao Ministro da Coordenação Económica para, por meio de portarias, determinar as taxas de juros e coeficientes de reserva a observar pela Banca.
2. **Portaria nº 35/74**, de 26 de Dezembro, do Ministro da Coordenação Económica, fixando as regras de redesconto a observar pelo BNU.
3. **Portaria 36/74**, de 26 de Dezembro, do Ministro da Coordenação Económica, reestruturando as taxas de juro activas e passivas em Moçambique.
4. **Decreto-Lei nº 02/75**, de 17 de Julho. Cria o Banco de Moçambique.
5. **Decreto nº 13/75**, de 21 de Junho, determina que continua a ter curso legal em Moçambique e poder liberatório pleno as notas de emissão do BNU, bem como a moeda divisionária em circulação.
6. **Decreto-Lei nº 16/75**, de 13 de Fevereiro. Sobre a Intervenção do Estado em Empresas.
7. **Decreto- Lei nº 5/77**, de 31 de Dezembro. Nacionalização da Banca.
8. **Decreto- Lei nº 6/77**, de 31 de Dezembro. Cria o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD).
9. **Decreto-Lei nº 18/77**, de 28 de Abril, determina que as Empresas com comissões administrativas, nomeadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 16/75, poderão ser transformadas em empresas estatais.

## De Portugal

1. **Convenção de 11/09/1928**, entre o Governo da Republica Portuguesa e o Governo da União Sul-Africana, para o fornecimento de trabalhadores às minas do Rand, revisto em 17/11/34 e prorrogado pelas notas trocadas entre os dois Governos em 21/04/39.
2. **Decreto-Lei n.º 44016**, Diário do Governo n.º 259/1961, Série I de 1961-11-08. Promulga disposições destinadas a promover a integração económica nacional.
3. **Decreto-Lei n.º 44698**, Diário do Governo n.º 265/1962, 1º Suplemento, Série I de 1962-11-17. Estabelece as condições a que ficarão sujeitas as operações de importação, exportação e reexportação de mercadorias, as operações de invisíveis correntes e as de importação e exportação de capitais privados.
4. **Decreto-Lei n.º 44699**, Diário do Governo n.º 265/1962, 1º Suplemento, Série I de 1962-11-17. Regula o exercício do comércio de câmbios no continente e ilhas adjacentes e certas operações relacionadas com o mercado cambial - Revoga os artigos 1.º a 7.º do Decreto-Lei n.º 43024.
5. **Decreto-Lei n.º 44700**, Diário do Governo n.º 265/1962, 1º Suplemento, Série I de 1962-11-17. Regulamenta o exercício do comércio de câmbios nas províncias ultramarinas.
6. **Decreto-Lei n.º 44702**, Diário do Governo n.º 265/1962, 1º Suplemento, Série I de 1962-11-17. Cria inspecções de crédito e seguros ou do comércio bancário nas províncias ultramarinas, altera a constituição e funcionamento dos fundos cambiais existentes e cria os mesmos fundos em determinadas províncias do ultramar - Revoga várias disposições legislativas.
7. **Decreto-Lei n.º 44703**, Diário do Governo n.º 265/1962, 1º Suplemento, Série I de 1962-11-17. Institui o sistema de compensação e de pagamentos interterritoriais no espaço português.
8. **Decreto-Lei n.º 45296**, Diário do Governo n.º 236/1963, Série I de 1963-10-08. Regula o exercício das funções de crédito e a prática dos demais actos inerentes à actividade bancária nas províncias ultramarinas.
9. **Decreto-Lei n.º 45271**, Diário do Governo n.º 226/1963, Série I de 1963-09-25. Aprova várias alterações aos estatutos do Banco Nacional Ultramarino.
10. **Decreto n.º 47065**, Diário do Governo n.º 150/1966, Série I de 1966-06-30. Autoriza a constituição e exercício de actividades na província ultramarina de

Moçambique da sociedade anónima de responsabilidade limitada Banco Standard-Totta de Moçambique, S. A. R. L.

11. **Decreto-Lei nº 07/74**, de 27 de Julho. Esclarece o alcance do n.º 8 do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas (sobre o reconhecimento dos povos à autodeterminação).
12. **Decretos-Lei nº 450/74, 451/74, 452/74, 13/09/1974**, sobre a nacionalização dos bancos emissores, respectivamente, o Banco de Angola, o BNU e o Banco de Portugal.
13. **O Decreto-Lei nº 132-A/75**, de 14/03. Nacionaliza todas as instituições de crédito do continente e ilhas adjacentes, com excepção do Crédito Franco-Portugais, dos departamentos em Portugal do Bank of London and South América e do Banco do Brasil, bem como das 19 Caixas Económicas e do sistema das Caixas de Crédito agrícola Mútuo.
14. **Decreto-Lei nº 276B/75**, 04/06. Autoriza o ministro das Finanças a transferir as posições contratuais do Estado português para uma sociedade concessionária, a constituir, para a exploração e aproveitamento hidroeléctrico de Cabora Bassa.
15. **Decreto nº 87/79**, de 20/08. Aprova o acordo especial de cooperação no sector eléctrico entre Portugal e Moçambique.
16. **Despacho Normativo 110/79**, de 23 de Maio, sobre a integração no sistema bancário nacionalizado, de trabalhadores portugueses em serviço nas instituições bancárias de Moçambique.
17. **Decreto-Lei nº 232/88**, de 05 de Julho, transformou o Banco Nacional Ultramarino, E.P., em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

#### **Fontes (Por ordem cronológica)**

1. Acordo entre Portugal e a República da África do Sul relativo ao projecto de Cabora-Bassa, assinada em Lisboa, a 19 de Setembro de 1969. Arquivo Histórico Diplomático, Cota- PT/AHD/3/MNE/ACO-BL/ZAF/DS00020.
2. Contrato para a execução do Empreendimento de Cabora Bassa com o consórcio Zamco- Acordo complementar de 01/05/1973. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota SETF-44.
3. Negociações com a FRELIMO: documento secreto de 1974. Arquivo Histórico Diplomático, PT/AHD/Sala 16, Estante E54, Prateleira P.02, N.ºs 87949, 87966.

4. Ofício nº 1718, de 05/12/1974, do Secretário do Estado do Tesouro “que solicita um parecer técnico face às medidas promulgadas pelo Governo de Transição de Moçambique sobre as taxas de operações bancárias activas e passivas “. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. PT/ACMF/GMF/24/24.01.
5. Despacho nº 2505/74, de 25/11, do SET que determina que as “as medidas anunciadas (sobre as taxas a observar pela banca em Moçambique) se afiguram serem unilaterais e não estão conformes o Acordo de Lusaca”. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. PT/ACMF/GMF/24/24.01.
6. Ofício nº 1206/C do Alto-Comissário em Moçambique enviado ao Ministro das Finanças a remeter cópia da carta sobre as negociações Portugal/Frelimo no domínio económico-financeiro, recebida do Gabinete do Primeiro-Ministro do Governo de Transição. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. PT/ACMF/GMF/24/24.01.
7. Carta do Presidente Samora Machel ao Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, de 18/04/1975.
8. Carta Resposta do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves ao Presidente Samora Machel, data de 09/05/1975.
9. Processo de Descolonização, de 1975. Arquivo Histórico Diplomático, S12, E16, P01, nº 75588.
10. Carta do Banco de Moçambique, de 03/11/1975, a solicitar ao BNU a transferência do Ouro para o Banque National Suisse-Zurich. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. PT/ACMF/GMF/24/24.01.
11. Carta resposta datada de 12 dez. 1975, assinada por José Oliveira Marques, Vice-Governador do BNU, ao ofício nº1718, de 05 de Dezembro de 1974, do SET. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. PT/ACMF/GMF/24/24.01.
12. Carta do Banco de Portugal ao BNU, de 04/12/1975, a transmitir a concordância do Governo para a transferência do ouro. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota SETF-47.
13. Apontamento 2.2.2, de 12/01/1976, Elaborado por Neves Ferreira, do MNE, sobre o Contencioso. Arquivo Histórico Diplomático, PAA 149, Ref. 980, 945.
14. Relatório do Conselheiro da Embaixada Manuel Antunes Caldas Faria. Arquivo Histórico Diplomático, PAA 149, Ref. 980, 945.

15. Carta do Banco de Moçambique, de 05/03/1976, a concordar como processo alternativo, que o ouro ficasse depositado no BdP, mediante emissão por parte deste de um certificado de posse à ordem do Banque National Suisse-Zurich. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. PT/ACMF/GMF/24/24.01.
16. Telegrama do Consulado de Portugal em Maputo para o MNE-Portugal, com a Referência 386, datado de 06/9/1976. Arquivo Histórico Diplomático. Cota Prov 83, Ref.. 945,8-945,9.
17. Ouro de Moçambique Depositado no BNU, Cartas do BNU para a SETF em 1976. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. PT/ACMF/SETF/SET/036/002/0013.
18. Informação de Serviço, de 01 de Março de 1977, elaborada por Queirós de Barros, do MNE, sobre a Descolonização. Arquivo Histórico Diplomático. Cota Prov. 15 (Classif. 940).
19. HCB: Negociações com a República da África do Sul, para a primeira revisão tarifária. De 26 de Março de 1977. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. PT/ACMF/SETF/SET/EMP/056/0015.
20. Carta de Demissão de Adrião Rodrigues do cargo de Vice-Governador do Banco de Moçambique, datada de 1977.
21. Carta do Banco de Moçambique, de 23/04/1977, a solicitar a transferência do ouro para o Union de Banques Suisse-Zurich. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. PT/ACMF/GMF/24/24.01.
22. Carta do PR Ramalho Eanes a Samora Machel, de 07 de Janeiro de 1978 sobre a nacionalização da banca em Moçambique.
23. Telegrama do Consulado de Portugal em Maputo para o MNE-Portugal, com a Referência 77, datado de 27 de Janeiro de 1978, refere a prisão de indianos e portugueses acusados pelo tráfico de divisas. Arquivo Histórico Diplomático, PAA 149, Ref. 980, 945.
24. Relatório da Missão chefiada por Jorge Sampaio às negociações económico-financeiras de 28/01-07/02 de 1978. ”. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. PT/ACMF/GMF/24/24.01.
25. Portugal-Moçambique: Acordos para a independência. Arquivo Histórico Diplomático. PAA 149 Ref.980,945.
26. Relatório do Representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Delegação Enviada a Maputo para Conversações (Janeiro/Fevereiro de 1978),



- Relatório elaborado a 15 de Fevereiro de 1978 por Leite Cruz. Arquivo Histórico Diplomático. Cota Prov. 74/75.
27. Problemas Resultantes da Descolonização, de 1978. Arquivo Histórico Diplomático, S16, A24, P03, n.ºs 91791, 91792, 91793.
  28. Despacho de S.Excia. o Primeiro-Ministro, de 24/02/1978, com o assunto “Problemas Relativos à Cessação das Actividades do Banco de Fomento Nacional e do Banco Pinto e Sotto Mayor”. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota SETF-47. Est. 88.
  29. Relatório Sobre as Negociações com Moçambique: Fim das Actividades do BFN e BPSM. Missão Integradora das Organizações de Cooperação, MIOC-362/78, de 14-06-78, Proc. 10,3. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota SETF-47. Est. 88.
  30. Negociações do Encerramento do BFN e BPSM. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. PT/ACMF/SETF/SET/036/002/0009.
  31. Acta da Reunião de 28/12/1978 entre Sousa Meneses e Marcelino dos Santos. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota SETF-331. Est. 89.
  32. Relatório da Missão de Sousa Meneses a Moçambique. Documento do Instituto de Altos Estudos Militares. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota SETF-331. Est. 89.
  33. Negociações com a FRELIMO – Documentos não desclassificados. Cotas S16-E54-P01-87949 e S16-E54-P01-87966.
  34. Divergências que oporiam duas alas da FRELIMO. Arquivo Histórico Diplomático Cota: AHD/3/UM-GM/ -UI08085.
  35. Acta da III Reunião das Negociações da Banca, de 31/03/1979 (lideradas por Mário Machungo e Álvaro Barreto). Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota SETF-331. Est. 89.
  36. Carta do Director Geral da Cooperação, ao Embaixador de Portugal em Bissau (11/05/1979), AHD-Proc. 980,945.
  37. Ofício n.º 1598, de 25/05/1979, do Gabinete do Ministro das Finanças, transcreve o despacho do Ministro das Finanças a concordar com a nota do SET sobre a transferência do Ouro. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. PT/ACMF/GMF/24/24.01.

38. Carta do Banco de Moçambique, de 10/04/1979, a solicitar ao BNU por conta e risco próprio, a transferência do Ouro para Paris. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. PT/ACMF/GMF/24/24.01.
39. Consequência da Interrupção das Negociações com a RPM. Apontamento de José Manuel Castro Rocha, de 10/04/79. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota SETF-331. Est. 89.
40. Carta do Banco de Moçambique, de 10/04/1979, a solicitar a transferência do Ouro para a FINACOR em Paris. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota SETF-47.
41. Instruções do Banco de Moçambique, para a Transferência do Ouro Depositado na Sede do BNU. Documento do BNU, Ref. SG 171/79. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota SETF-47.
42. Acta das conversações entre o Secretário de Estado da Cooperação da RPM, António Sumbane e o Secretário de Estado da Cooperação de Portugal, Eduardo Amber. Data 24/05/1979. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota SETF-331. Est. 89.
43. Ofício nº 2447, de 01/06/1979, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que informa que a questão do Ouro deve ser incluída no âmbito do Contencioso. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota SETF-47.
44. Despacho do SET de 27/6/1979 que instrui o BNU a ignorar toda a comunicação do Banco de Moçambique referente à questão do Ouro. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota SETF-47.
45. Despacho nº 45/79, de 03 de Setembro, do Ministro das Finanças que estipula que o “Ouro não deve ser transferido e que o assunto deverá ser tratado a nível diplomático”. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota SETF-47.
46. Normalização das Relações com Moçambique. Documento do MNE, datado de 14/04/1980. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Cota SETF-331. Est. 89. Páginas 237713-237723.
47. Carta do Primeiro-Ministro Francisco Sá Carneiro a Samora Machel, a encerrar o Contencioso, datada de 1980.
48. Problemas Resultantes da Descolonização, Período 1974-1980. Arquivo Histórico Diplomático, S16, E79, P03, nº 90347.

49. Acta da Primeira Reunião da Comissão Mista Luso Moçambicana relativa ao empreendimento de Cabora Bassa, efectuada em Lisboa de 06 a 08 de Janeiro de 1982. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. PT/ACMF/GMF/24/24.01.
50. Cooperação com Moçambique- Acordos de cooperação, Período 1975-1981. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. PT/ACMF/SETF/GSETF/MF/002/005/004/0004.
51. Contencioso da Descolonização, Período 1974-1982. Arquivo Histórico Diplomático, PAA 945,1 Cota Prov. 83.
52. Relações Políticas de Portugal com Moçambique, Período 1974-1982. Arquivo Histórico Diplomático, PAA 980,945 Cota Prov. 148 e 149.
53. Assuntos Políticos (países de língua portuguesa). Arquivo Histórico Diplomático, S03, E10, P06, nº 39382.
54. Acordo HCB/ESKOM/EDM, assinado a 28 de Maio de 1983. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. PT/ACMF/SETF/GSET/EMP/001/012/001-HCB.
55. Viagem a Portugal do Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel: Discursos proferidos pelos Presidentes Ramalho Eanes e Samora Machel entre 8 a 11 de Outubro de 1983. Biblioteca Nacional de Portugal, Cota: SC 54997V.

# ANEXOS

Anexo 1- Cronologia

Anexo 2- Lista de Correspondência de Destaque

Anexo 3- Lista dos Principais Acordos e Protocolos

Anexo 4- Lista dos Governos de Portugal e Moçambique no Período 1974-1980

Anexo 5- Lista dos Membros das Equipas de Negociação

Anexo 6- Acordo de Lusaka

## **ANEXO 1- CRONOLOGIA**

### **1974**

**05 de Fevereiro-** Jorge Jardim chega a Lisboa para se encontrar com Marcelo Caetano, Baltasar Rebelo de Sousa e Kaúlza de Arriaga, a fim de os informar a cerca de um plano de independência para Moçambique que, supostamente, tinha o acordo dos países vizinhos e da própria FRELIMO.

**25 de Abril-** Golpe de estado militar põe termo ao governo do Estado Novo em Portugal.

**26 de Julho-** É promulgada em Portugal, a Lei 7/74 que reconhece a autodeterminação dos territórios africanos.

**07 de Setembro-** é assinado o Acordo de Lusaka, entre o governo português e a Frelimo estabelecendo o cessar fogo e o reconhecimento da independência de Moçambique.

### **1975**

**20-27 de Janeiro-** Realiza-se a Primeira ronda das negociações económico-financeiras em Maputo.

**22 Fev-02 de Março-** Realiza-se a Segunda ronda das negociações económico-financeiras em Cascais.

**30 de Março-** Deslocação de Melo Antunes à Tanzânia para definir com a FRELIMO os aspectos finais da independência de Moçambique.

**08-15 de Abril-** Realiza-se a Terceira ronda das negociações económico-financeiras em Maputo.

**17 de Maio-** É criado o Banco de Moçambique.

**14-23 de Junho-** Realiza-se a Quarta ronda das negociações económico-financeiras em Maputo.

**23 de Junho-** É assinado o Acordo de transferência do Departamento de Moçambique do BNU.

**25 de Junho-** É proclamada a Independência de Moçambique.

## **1976**

**24 de Julho-** São nacionalizados os prédios de rendimentos e outros sectores económicos em Moçambique.

## **1977**

**Fevereiro-** Realiza-se o III Congresso da FRELIMO.

**Março-** Visita à Portugal, de Luís Bernardo Homwana, enviado do Presidente Samora Machel.

**31 de Dezembro-** Nacionalização da banca em Moçambique através da lei 05/77.

## **1978**

**01 de Agosto de 1978-** Samora Machel concede audiência à delegação portuguesa chefiada por Jorge Sampaio.

**25 de Novembro-** Nomeação de Sampaio para presidir à Comissão encarregue de retomar as negociações com Moçambique.

**Dezembro-** Visita a Moçambique de Sousa Meneses, enviado do Presidente de Portugal, para negociar os efeitos da nacionalização da banca em Moçambique.

## **1979**

**20 de Março-** Como representante do Presidente da República, Melo Antunes é recebido no Maputo por Samora Machel, no início de uma missão na África Austral.

**Março-** Visita a Maputo, de Paulo Enes, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal onde mantém conversações com Joaquim Chissano, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique.

**02 de Abril-** Suspensão das negociações entre Portugal e Moçambique, levadas a cabo pelo Ministro da Indústria Álvaro Barreto, devido à execução de um cidadão português que se encontrava detido.

## **1980**

Por carta do primeiro-ministro Sá Carneiro, é encerrado o contencioso económico-financeiro entre Portugal e Moçambique.

É transferido de Portugal para França, o ouro pertencente a Moçambique e depositado no Banco de Portugal.

## **1981**

**Março-** Visita a Portugal, do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Chissano.

**Maior-** Visita a Moçambique, do Secretário de Estado da Cooperação, Leonardo Matias.

**Novembro-** Aquino de Bragança, enviado do Presidente Samora Machel, visita Lisboa em preparação da visita de Ramalho Eanes à Moçambique.

**Novembro-** Visita do PR de Portugal, Ramalho Eanes, a Moçambique.

## **1992**

**03 de Janeiro-** Separação das funções Emissora e Comercial do Banco de Moçambique e a criação do Banco Comercial de Moçambique (BCM).

**04 de Outubro-** Assinatura do Acordo Geral de Paz entre o Governo de Moçambique e a Renamo.

## **2006**

**31 de Outubro-** Acordo de Transferência do Controlo Maioritário da HCB de Portugal para Moçambique.

## **ANEXO 2- LISTA DE CORRESPONDÊNCIA DE DESTAQUE**

- Carta de Samora Machel para Vasco Gonçalves.
- Carta Resposta de Vasco Gonçalves para Samora Machel.
- Carta de Samora Machel para Ramalho Eanes sobre a Nacionalização da Banca em Moçambique.
- Carta resposta de Ramalho Eanes para Samora Machel sobre a Nacionalização da Banca em Moçambique, de 07 de Janeiro de 1978.
- Carta de Sá Carneiro para Samora Machel a encerrar o Contencioso, 1980.

## **ANEXO 3- LISTA DOS PRINCIPAIS ACORDOS E PROTOCOLOS**

1. Acordo de Lusaka, 7 de Setembro de 1974.
2. Protocolo de Acordo sobre o Empreendimento de Cahora Bassa, assinado em Lourenço Marques, a 14 de Abril de 1975 por Jorge Sampaio e Joaquim de Carvalho em representação de Portugal e da FRELIMO, respectivamente.
3. Protocolo de Acordo sobre a transferência do BNU, assinado em Lourenço Marques, a 14 de Abril de 1975 por Jorge Sampaio e Joaquim de Carvalho em representação de Portugal e da FRELIMO, respectivamente e ratificado a 16 de Junho de 1975.
4. Protocolo de Acordo relativo ao Gabinete do Plano do Zambeze, assinado no Guincho, a 2 de Março de 1975 por Jorge Sampaio e Joaquim de Carvalho em representação de Portugal e da FRELIMO, respectivamente.
5. Protocolo de Acordo Geral de Cooperação e Amizade entre Portugal e Moçambique, assinado em Lourenço Marques, a 14 de Abril de 1975 por Jorge Sampaio e Joaquim de Carvalho em representação de Portugal e da FRELIMO, respectivamente.
6. Protocolo de Acordo de Cooperação Científica e Técnica, assinado em Lourenço Marques, a 14 de Abril de 1975 por Jorge Sampaio e Joaquim de Carvalho em representação de Portugal e da FRELIMO, respectivamente.
7. Protocolo de Acordo Judiciário, assinado em Lourenço Marques, a 14 de Abril de 1975 por Jorge Sampaio e Joaquim de Carvalho em representação de Portugal e da FRELIMO, respectivamente.



8. Protocolo de Acordo sobre Propriedade Industrial, assinado em Lourenço Marques, a 12 de Abril de 1975 por Jorge Sampaio e Joaquim de Carvalho em representação de Portugal e da FRELIMO, respectivamente.
9. Protocolo de Acordo destinada a evitar a dupla tributação relativamente aos impostos sobre o rendimento, assinado em Lourenço Marques, a 14 de Abril de 1975 por Jorge Sampaio e Joaquim de Carvalho em representação de Portugal e da FRELIMO, respectivamente.
10. Acordo do Transporte Marítimo, Jul. 1976.
11. Acordo entre BNU e Banco de Moçambique, Jun. 1976, referente aos trabalhadores cooperantes que transitaram do BNU para o BM.
12. Acordo de Transporte Aéreo, Jan. 1977.
13. Acordo Financeiro Portugal-Moçambique, Out. 1980: Montante de 100 milhões de dólares.

## ANEXO 4- LISTA DOS GOVERNOS DE PORTUGAL E MOÇAMBIQUE NO PERÍODO 1974-1980

### De Portugal:

<b>Governo</b>	<b>Presidente do Conselho de Ministros</b>	<b>Início do Mandato</b>	<b>Fim do Mandato</b>	<b>Partido</b>
I Governo provisório	Adelino de Palma Carlos	16-5-1974	18-7-1974	Independente
II, III, IV e V Governos provisórios	Vasco Gonçalves	18-7-1974	19-9-1975	Independente
VI Governo provisório	Pinheiro de Azevedo	19-9-1975	23-6-1976	Independente
Governo interino	Vasco Almeida e Costa	23-6-1976	23-7-1976	Independente
I Governo Constitucional	Mário Soares	23-7-1976	23-1-1978	Socialista
II Governo Constitucional	Mário Soares	23-1-1978	29-8-1978	Socialista e Centristas
III Governo Constitucional	Alfredo Nobre da Costa	29-8-1978	22-11-1978	Iniciativa presidencial
IV Governo Constitucional	Carlos A. Mota Pinto	22-11-1978	1-8-1979	Iniciativa presidencial
V Governo Constitucional	Maria de Lurdes Pintasilgo	1-8-1979	3-1-1980	Iniciativa presidencial
VI Governo Constitucional	Francisco Sá Carneiro	3-1-1980	4-12-1980	Aliança Democrática

### De Moçambique:

- De 9-9-1974 a 25-6-1975: Governo de Transição cujo Primeiro-ministro foi Joaquim Alberto Chissano (FRELIMO).
- De 25-6-1975 a 19-10-1986- Governo presidencialista de Samora Machel.

## **ANEXO 5- LISTA DOS MEMBROS DAS EQUIPAS DE NEGOCIAÇÃO**

### **I. Assinatura do Acordo de Lusaka**

Delegação Portuguesa:

1. Melo Antunes, presidente;
2. Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros;
3. António Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial;
4. Vítor Crespo, Conselheiro de Estado;
5. Antero Sobral, Secretário do Trabalho e Segurança Social do Governo Provisório de Moçambique;
6. Alexandre Lousada, tenente-coronel;
7. Vasco Almeida e Costa, capitão-tenente;
8. Casanova Ferreira, major.

Delegação moçambicana<sup>302</sup>:

1. Samora Machel, presidente;
2. Joaquim Chissano;
3. Óscar Monteiro;
4. Alberto Chipande.

### **II. Comissão Especializada Mista (Comissão de Cúpula) para as negociações económicas:**

1. Jorge Sampaio, chefe;
2. Oliveira Marques (BNU);
3. Walter Marques (BdP);
4. José Manuel Galvão Teles (Ministério das Finanças);
5. Emílio Simões de Abreu (Ministério Da Coordenação Interterritorial);
6. António Martins (Barragem de Sines);
7. Freitas Mota (Min. Economia);
8. Fernando Reino (Comissão da Descolonização);
9. José Falcão e Cunha (GPZ);
10. Mário de Aguiar, do governo (provisório) de Moçambique.

---

<sup>302</sup> Rezola, p. 162.

Da parte de Moçambique:

1. Joaquim de Carvalho, presidente;
2. Alberto Cassimo;
3. Mário da Graça Machungo;
4. Eneas Comiche;
5. Rui Baltasar Alves;
6. Carlos Adrião Rodrigues;
7. António Pereira Leite.

## **ANEXO 6: ACORDO DE LUSAKA**

### **O ACORDO DE LUSAKA DE 7 DE SETEMBRO DE 1974**

Reunidas em Lisboa de 5 a 7 de Setembro de 1974 as delegações da Frente de Libertação de Moçambique e do Estado Português, com vista ao estabelecimento do acordo conducente à independência de Moçambique, acordaram nos seguintes pontos:

1. O Estado Português, tendo reconhecido o direito do povo de Moçambique à independência, aceita por acordo com a FRELIMO a transferência progressiva dos poderes que detém sobre o território nos termos a seguir enunciados.
2. A independência completa de Moçambique será solenemente proclamada em 25 de Junho de 1975, dia do aniversário da fundação da FRELIMO.
3. Com vista a assegurar a referida transferência de poderes são criadas as seguintes estruturas governativas, que funcionarão durante o período de transição que se inicia com a assinatura do presente Acordo: a) Um Alto-Comissário de nomeação do Presidente da República Portuguesa; b) Um Governo de Transição nomeado por acordo entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português; c) Uma Comissão Militar Mista nomeada por acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique.
4. Ao Alto-Comissário, em representação da soberania portuguesa, compete: a) Representar o Presidente da República Portuguesa e o Governo Português; b) Assegurar a integridade territorial de Moçambique; c) Promulgar os decretos-leis aprovados pelo Governo de Transição e ratificar aos actos que envolvam responsabilidade directa para o Estado Português; d) Assegurar o cumprimento dos acordos celebrados entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique e o respeito das garantias mutuamente dadas, nomeadamente as consignadas na Declaração Universal dos Direitos do Homem; e) Dinamizar o processo de descolonização.
5. Ao Governo de Transição caberá promover a transferência progressiva de poderes a todos os níveis e a preparação da independência de Moçambique. Compete-lhe, nomeadamente: a) O exercício das funções legislativa e executiva relativas ao território de Moçambique. A função legislativa será exercida por meio de decretos-leis; b) A administração geral do território até à proclamação da independência e a reestruturação

dos respectivos quadros; c) A defesa e salvaguarda da ordem pública e da segurança das pessoas e bens; d) A execução dos acordos entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português; e) A gestão económica e financeira do território, estabelecendo nomeadamente as estruturas e os mecanismos de controle que contribuam para o desenvolvimento de uma economia moçambicana independente; f) A garantia do princípio da não discriminação racial, étnica, religiosa ou com base no sexo; g) A reestruturação da organização judiciária do território.

6. O Governo de Transição será constituído por: a) Um Primeiro-Ministro nomeado pela Frente de Libertação de Moçambique, a quem compete coordenar a acção do governo e representá-lo. b) Nove Ministros, repartidos pelas seguintes pastas: Administração Interna; Justiça; Coordenação Económica; Informação; Educação e Cultura; Comunicações e Transportes; Saúde e Assuntos Sociais; Trabalho; Obras Públicas e Habitação; c) Secretários e Subsecretários a criar e nomear sob proposta do Primeiro-Ministro, por deliberação do Governo de Transição, ratificada pelo Alto-Comissário; d) O Governo de Transição definirá a repartição da respectiva competência pelos Ministros, Secretários e Subsecretários.

7. Tendo em conta o carácter transitório desta fase da acção governativa os Ministros serão nomeados pela Frente de Libertação de Moçambique e pelo Alto-Comissário na proporção de dois terços e um terço respectivamente.

8. A Comissão Militar Mista será constituída por igual número de representantes das Forças Armadas do Estado Português e da Frente de Libertação de Moçambique e terá como missão principal o controle da execução do acordo de cessar-fogo.

9. A Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português pelo presente instrumento acordam em cessar-fogo às zero horas do dia 8 de Setembro de 1974 (hora de Moçambique) nos termos do protocolo anexo.

10. Em caso de grave perturbação da ordem pública, que requeira a intervenção das Forças Armadas, o comando e coordenação serão assegurados pelo Alto-Comissário, assistido pelo Primeiro-Ministro, de quem dependem directamente as Forças Armadas da Frente de Libertação de Moçambique.

11. O Governo de Transição criará um corpo de polícia encarregado de assegurar a manutenção da ordem e a segurança das pessoas. Até à entrada em funcionamento desse

corpo o comando das forças policiais actualmente existentes dependerá do Alto-Comissário de acordo com a orientação geral definida pelo Governo de Transição.

12. O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique comprometem-se a agir conjuntamente em defesa da Integridade do território de Moçambique contra qualquer agressão.

13. A Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português afirmam solenemente o seu propósito de estabelecer e desenvolver laços de amizade e cooperação construtiva entre os respectivos povos, nomeadamente nos domínios cultural, técnico, económico e financeiro, numa base de independência, igualdade, comunhão de interesses e respeito da personalidade de cada povo. Para o efeito serão constituídas durante o período de transição comissões especializadas mistas e ulteriormente celebrados os pertinentes acordos.

14. A Frente de Libertação de Moçambique declara-se disposta a aceitar a responsabilidade decorrente dos compromissos financeiros assumidos pelo Estado Português em nome de Moçambique desde que tenham sido assumidos no efectivo interesse deste território.

15. O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique comprometem-se a agir concertadamente para eliminar todas as sequelas de colonialismo e criar uma verdadeira harmonia racial. A este propósito, a Frente de Libertação de Moçambique reafirma a sua política de não discriminação, segundo a qual a qualidade de Moçambicano não se define pela cor da pele, mas pela identificação voluntária com as aspirações da Nação Moçambicana. Por outro lado, acordos especiais regularão numa base de reciprocidade o estatuto dos cidadãos portugueses residentes em Moçambique e dos cidadãos moçambicanos residentes em Portugal.

16. A fim de assegurar ao Governo de Transição meios de realizar uma política financeira independente será criado em Moçambique um Banco Central, que terá também funções de banco emissor. Para a realização desse objectivo o Estado Português compromete-se a transferir para aquele Banco as atribuições, o activo e o passivo do departamento de Moçambique do Banco Nacional Ultramarino. Uma comissão mista entrará imediatamente em funções, a fim de estudar as condições dessa transferência.

17. O Governo de Transição procurará obter junto de organizações internacionais ou no quadro de relações bilaterais a ajuda necessária ao desenvolvimento de Moçambique, nomeadamente a solução dos seus problemas urgentes. 18. O Estado Moçambicano independente exercerá integralmente a soberania plena e completa no plano interior e exterior, estabelecendo as instituições políticas e escolhendo livremente o regime político e social que considerar mais adequado aos interesses do seu povo.

19. O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique felicitam-se pela conclusão do presente Acordo, que, com o fim da guerra e o restabelecimento da paz com vista à independência de Moçambique, abre uma nova página na história das relações entre os dois países e povos. A Frente de

Libertação de Moçambique, que no seu combate sempre soube distinguir o deposto regime colonialista do povo português, e o Estado Português desenvolverão os seus esforços a fim de lançar as bases de uma cooperação fecunda, fraterna e harmoniosa entre Portugal e Moçambique.

Lusaka, 7 de Setembro de 1974.

Pela Frente de Libertação de Moçambique:

Samora Moisés Machel (Presidente).

Pelo Estado Português:

Ernesto Augusto Melo Antunes (Ministro sem Pasta). Mário Soares (Ministro dos Negócios Estrangeiros). António de Almeida Santos (Ministro da Coordenação Interterritorial). Victor Manuel Trigueiros Crespo (conselheiro de Estado). Antero Sobral (Secretário do Trabalho e Segurança Social do Governo Provisório de Moçambique). Nuno Alexandre Lousada (tenente-coronel de infantaria). Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa (capitão-tenente da Armada). Luís António de Moura Casanova Ferreira (major de infantaria).

Aprovado, depois de ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 7/74, de 27 de Julho.

9 de Setembro de 1974.

Publique-se. O Presidente da República, António de Spínola.